



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

ROSEMEIRE MARTINS CARDOSO

Educação Integral em Tempo Integral: impactos numa escola municipal

Porto, 2017



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

ROSEMEIRE MARTINS CARDOSO

Educação Integral em Tempo Integral: impactos numa escola municipal

Porto, 2017

Educação Integral em Tempo Integral: impactos numa escola municipal

Assinatura: _____

Projeto de Mestrado em Docência e Gestão da Educação, apresentado à Universidade Fernando Pessoa, por Rosemeire Martins Cardoso, para obtenção do grau de Mestre em Docência e Gestão da Educação, na área de Administração Escolar e Educacional, sob a orientação da Professora Doutora Fátima Coelho.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a Deus Todo Poderoso que me deu a graça de realizá-la. Ele que iluminou cada momento de minha trajetória, abençoando a minha vida e as pessoas que mais amo: meus pais, irmãos, esposo, filhos, netos, genros e noras. E a todos os educadores que lutam pela melhoria da qualidade da educação e do bem-estar da sociedade Curralinhense.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por iluminar-me, dando-me discernimento, saúde e condições para chegar ao fim deste curso. Por ter-me concedido a graça de poder compartilhar esse momento com todas as pessoas que fizeram parte dessa trajetória. A vocês:

João e Mercês Cardoso, meus pais queridos pelo carinho e incentivo;

Diego, Ariany, Ariana, Arielma e Jhon, filhos queridos e amados pelo carinho, dedicação, amor, incentivo, companheirismo e compreensão;

Divam, meu esposo e companheiro pelo seu, amor, apoiou, carinho e compreensão em todos os momentos difíceis;

Alex Sacramento, meu genro pelo seu companheirismo, incentivo, paciência e amizade;

Nathalia Leitão pelo carinho, colaboração e paciência;

Gabriel, Gustavo e Kevim meus netos amados;

Reginaldo, Mayara e Jak meus genro e noras;

Meus irmãos e irmãs;

Aos amigos que sempre me incentivaram a não desistir, pelas palavras de carinho e incentivo;

A Doutora Fátima Coelho minha orientadora, por compartilhar seus conhecimentos e contribuir para o meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

A todos os professores que ministraram as disciplinas do curso Gestão e Docência da Educação que orientaram-me, colocando-me em contato com novos conhecimentos, incentivando-me a chegar ao fim com esse projeto que compartilham seus saberes e experiências ajudando-me a ser uma pessoa melhor e a fazer melhor o que eu amo.

A Professora Doutora Piedade Alves pelo acolhimento carinhoso, ela que é rica em conhecimento e de um coração e humildade sem tamanho.

Aos colegas de turma, por seu carinho, companheirismo, amizade e pela socialização de seus conhecimentos nos momentos de discussão e debates em sala.

A TODOS MUITO OBRIGADO!

RESUMO

A implementação da Escola de Tempo Integral parece algo novo, considerada por muitos a solução atual para os problemas tão antigos de nossas escolas, tais como: a melhoria da qualidade do ensino, a garantia da permanência dos alunos nas escolas, a criação de novos espaços de aprendizagem, a formação do sujeito em suas várias dimensões. Ela é uma proposta contemporânea que alinha as demandas do século XXI, seu foco é a formação do sujeito crítico, autônomo, responsável consigo e com o mundo; é inclusiva pois, reconhece a singularidade dos sujeitos e suas múltiplas identidades, promove o ensino globalizado.

O presente trabalho procurou conhecer a opinião de vinte e oito profissionais e vinte educandos, quanto a implementação da Educação Integral em Tempo Integral na Escola Feliciano Peres Duarte, para poder identificar os impactos causados no processo ensino-aprendizagem.

Como instrumentos de recolha de dados utilizou-se a entrevista aos responsáveis pelo processo educacional e o questionário aplicado aos educandos. Conclui-se que: os conflitos entre os profissionais, a desestruturação do transporte escolar, o aumento do consumo do combustível, a falta de espaço físico, o aumento do fluxo de alunos nos turnos, a mudança da rotina diária na copa, são alguns dos impactos causados por essa implementação.

Palavras-chave: Educação Integral, Tempo Integral; impactos; ampliação do tempo escolar e espaço.

ABSTRACT

The implementation of the School of Integral Time, seems something new, considered for many, the current solution for the so old problems of our schools, such as: the improvement of the quality of education, the guarantee of the permanence of the pupils in the schools, the creation of new spaces of learning, the formation of the citizen in its some dimensions. It is a proposal contemporary who, lines up the demands of century XXI, its focus is the formation of the critical citizen, independent, responsible I obtain and with the world; she is inclusive therefore, it recognizes the singularity of the citizens and its multiple identities, it promotes education globalized.

The present work looked for to know the opinion of the professionals and learners, how much the implementation of the Integral Education in Integral Time in the Feliciano School Peres Duarte, to be able to identify to the impacts caused in the process teach-learning.

As instruments of retraction of data it was used interview of which they had participated, responsible for the educational process and the questionnaire applied to the learners. Analyzed instruments that when being, in them the conclusion took that: the conflicts between the professionals, the restructuring of the pertaining to school transport, the increase of the consumption of the fuel, the lack of physical space, the increase of the flow of pupils in the turns, the change of the daily routine in the pantry. They are some of the impacts caused for this implementation. It is concluded as soon as, the objectives of this research had been reached.

Word-key: Integral education, Integral Time; globalized education; impacts; magnifying of the pertaining to school time and space.

INDICE GERAL

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO</u>	4
<u>CAPITULO I – EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO</u>	5
1.1. INICIATIVAS A FAVOR DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	6
1.2. A LEGISLAÇÃO QUE AMPARA A OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	12
1.3. A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL ATUAL	13
<u>CAPITULO II – A REALIDADE DA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE CURRALINHO</u>	16
2.1. CURRALINHO – UM POUCO DA SUA HISTÓRIA	16
2.2. O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO - PME	19
2.3. O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO	22
2.3.1. O PME EM CURRALINHO	24
2.4. O TEMPO PEDAGÓGICO NA ESCOLA	25
2.5. A AMPLIAÇÃO DO TEMPO E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL.	30
2.6. QUALIDADE DO ENSINO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL	35
<u>II PARTE – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO</u>	40
<u>CAPITULO III – PARTE EMPÍRICA</u>	41
3.1. PROBLEMÁTICA	41
3.2. OBJETIVOS	42
3.3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	42
3.4. PARTICIPANTES NO ESTUDO	43
3.5. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO	47
3.6. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS	49
<u>CAPITULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</u>	50
4.1. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	50
4.2. ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	58

4.2.1. RESPOSTA DOS EDUCANDOS	58
<u>CAPÍTULO V – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO</u>	66
5.2. OBJETIVOS	67
5.2.1. GERAL	67
5.2.2. ESPECÍFICOS	67
5.2.3. AÇÕES	67
5.2.4. RECURSOS HUMANOS	67
5.2.5. AVALIAÇÃO	67
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	69
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	73
<u>ANEXOS</u>	78
<u>ANEXO I – ENTREVISTA AOS ENCARREGADOS DO PROCESSO EDUCACIONAL</u>	80
<u>ANEXO II – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EDUCANDOS</u>	81
<u>ANEXO III - TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DA ENTREVISTA</u>	82
ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	84
COORDENADORA PEDAGÓGICA	85
PROFESSORA COMUNITÁRIA	85
MONITOR DE ATIVIDADE	86
EDUCADOR DA TURMA	87
SERVENTE	87
MERENDEIRA	87
AGENTE DE PORTARIA	88
CONDUTOR DE TRANSPOR ESCOLAR	88
REPRESENTANTE DO CONSELHO ESCOLAR	88

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Distribuição dos profissionais quanto ao gênero
- Gráfico 2 - Funções desempenhadas na Escola
- Gráfico 3 - Habilitações acadêmicas dos profissionais
- Gráfico 4 - Distribuição dos educandos quanto ao gênero
- Gráfico 5 - Distribuição dos educandos quanto a idade
- Gráfico 6 - Tempo de frequência na escola
- Gráfico 7- Opiniões sobre a educação
- Gráfico 8 - Significado da educação a tempo integral
- Gráfico 9 - Possibilidades da implantação da educação em tempo integral na escola
- Gráfico 10 - Mudanças sentidas pela implantação da educação em tempo integral
- Gráfico 11 - Mudanças na rotina escolar
- Gráfico 12 - Classes afetadas com a implementação da EITI
- Gráfico 13 - Atividades oferecidas no contraturno
- Gráfico 14 - Processo de escolha das atividades
- Gráfico 15 - Distribuição do Tempo para o planejamento por atividade
- Gráfico 16 - Sugestões para a melhoria da implementação da EITI
- Gráfico 17 - Gosto por frequentar a escola
- Gráfico 18 - Atribuição da importância à educação
- Gráfico 19 - Distribuição de tempo de participação no contraturno
- Gráfico 20 - Distribuição de participação em atividades
- Gráfico 21 - Distribuição de atividades por preferência
- Gráfico 22 - Mudanças de rotina na escola

Gráfico 23 - Pontos considerados positivos na EITI

Gráfico 24 - Pontos considerados negativos na EITI

Gráfico 25 - Necessidades percebidas na implementação da EITI

LISTA DE ABREVIATURAS

- APM – Associação de Pais e Mestre
- CIACs – Centros de Atenção Integrado à Criança e ao Adolescente
- CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública
- DA – Dificuldade de Aprendizagem
- DICEI – Diretoria de Currículos e Educação Integral
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EFPD – Escola Feliciano Peres Duarte
- EITI – Educação Integral em Tempo Integral
- FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- INEP – Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases
- MEC – Ministério da Educação
- PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
- PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
- PIBID – Programa de Iniciação à Docência
- PME – Plano Municipal de Educação
- PME – Programa Mais Educação
- PNAD – Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios
- PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEB – Secretaria de Educação Básica

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle

Uex – unidades Executoras

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação

INTRODUÇÃO

A escola é uma comunidade com seus membros, seus interesses, seu governo. Se esse governo não for um modelo de governo democrático, está claro que a escola não formara a democracia. Diretores, professores e alunos devem organizar-se de forma a que todos participem da tarefa de governo, com a divisão de trabalho que se relevar mais recomendável. A participação de todos, o sentimento de interesse comum é essencial ao feliz desempenho da missão educativa da escola (Teixeira, 1969, p. 210).

1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

Vive-se em uma sociedade com conflitos onde há uma desigualdade social com imensa disparidade, na qual a escola está presente e é tida como, principal meio para se chegar a educação. Educação para o trabalho, educação para a vida, educação para viver em sociedade. “À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele” (Delores, 1998, p.89).

Assim sendo, a implementação da Educação Integral em Tempo Integral (EITI) - com suas mudanças e adaptações - em uma instituição escolar exige reflexão e envolvimento de toda a equipe responsável pelo processo educacional. Ela que tende a levar à instituição à um novo modelo de cultura escolar/educacional, capaz de proporcionar ao educando novas teorias, práticas e conhecimentos diferenciados, dos do currículo das disciplinas pedagógicas da grade comum - em um maior espaço de tempo e em diferentes ambientes escolares - possa de fato acontecer de forma lógica e cronológica, proveitosa para o processo ensino-aprendizagem. Com o objetivo de formar cidadão autônomo, crítico, criativo e resiliente, capazes de viverem com os outros, respeitando o meio e entendendo-se autores de sua própria história.

A Educação Integral visa o desenvolvimento do sujeito em todas as dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constitui como projeto coletivo. Ela é uma proposta contemporânea, que alinha as demandas do século XXI, tendo como foco a formação integral do sujeito. Ela promove a inclusão e o respeito a diversidade sustentando-se na política educacional de qualidade de todos e para todos, visando a construção de uma sociedade com direitos e deveres igualitários com formação de cidadãos empreendedores,

comprometidos com o processo educativo contextualizado, que promove a sustentabilidade como reflexo do conhecimento adquirido atrelado ao que se pratica (Centro de Referência em Educação Integral-Undime, 2013, p.1-2).

A palavra “integral” refere-se ao total ao inteiro ao global. Discutir sobre Educação Integral exige serias reflexões sobre os conceitos construídos ao longo da história, da formação de homens/mulheres e da história da educação e demanda um estudo aprofundado que alicerce a construção das ideias. A EITI não é uma ideia nova ela é concomitante à ideia de uma nova escola capaz de adequar-se a uma nova ação educativa.

As marcas da defesa e reivindicação de reformas no âmbito da política educacional de Anísio Teixeira em prol de uma educação integral se fazem presentes desde 1932. Estas reformas representariam, segundo os intelectuais signatários do Manifesto dos Pioneiros, a preparação do caminho para mudanças maiores que eles queriam ver acontecer no país. E nesse sentido solicitavam: “Uma nova política educacional que nos preparará, por etapas a grande reforma, em que palpitará, com o ritmo acelerado dos organismos novos, o músculo central da estrutura política e social da nação” (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932, p. 3).

Definir os fins educativos é definir, ao mesmo tempo, a sociedade, a cultura e o homem que se quer promover. Educar é realmente cultivar a criança para dela se fazer um homem (...) Toda imagem do homem é uma imagem social. Fixar fins para a educação é escolher um tipo de homem, portanto de homem social, portanto de sociedade. Elaborando fins educativos, opta-se por um modelo, ao mesmo tempo, do homem e da sociedade. Essa escolha não é abstrata e intemporal. Há tantas escolhas possíveis quanto classes e grupos em conflitos, pois a determinação dos fins pedagógicos exprime esse conflito (Charlot, 1983, cit in Aranha, 1989, p.2).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9394/96), que rege o campo educacional no Brasil, a Escola de Tempo Integral é vagamente abordada. Ela estabelece uma jornada efetiva de trabalho em sala de aula e no mínimo de quatro horas para o Ensino Fundamental, “sendo progressivamente ampliado seu período de permanência na escola”, menciona ainda, no Art. 34 “ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”. Esses argumentos não impõem obrigatoriedade aos sistemas de ensino, passando assim a proposta da Escola em Tempo Integral, a ser mais uma utopia do que, um parecer pronto para ser colocado em prática, de forma abrangente e real.

A implementação da Escola de Tempo Integral, faz parte do PDE-MEC/2007, que tem como proposta que, “até 2024, 50% das escolas estejam atendendo à 50% dos educandos, matriculados na rede pública com EITI”. Ela visa a extensão do período de escolarização e propõe educar o homem/mulher todo em seu conjunto, físico, intelectual e espiritual e em todos os aspectos sociais, científico, artístico, econômico, político e religioso. No entanto para que tudo isso aconteça é necessário a reorganização das políticas públicas, do currículo, dos espaços físicos das instituições e a adaptação dos profissionais para que, os educandos possam ter um maior tempo de permanência, com aprendizagem, qualidade e prazer na escola.

Essa pesquisa, tem como fim, conhecer a opinião dos profissionais responsáveis pelo processo educacional e dos educandos, sobre a implementação da EITI na Escola Feliciano Peres Duarte (EFPD), com intuito de identificar os impactos causados pela mesma na perspectiva de no futuro poder discutir com os representantes do município, melhores condições de implementação desse projeto.

Considera-se um estudo de caso com abordagem qualitativa, com visão observadora e reflexiva.

Esse trabalho apresenta-se em duas partes:

Na I parte - **Enquadramento Teórico**, constituído pelos capítulos: **I - Educação Integral no Contexto Brasileiro Contemporâneo**, no qual apresenta-se a história das lutas de educadores em busca de um sistema educacional público de qualidade, no século XX e início do século XXI; **II - A Realidade da Educação no Município de Curalinho**, nesse capítulo, apresentam-se as condições do ensino-aprendizagem em tal município.

Na II parte – **Parte Empírica**, constituída pelos **Capítulos III – Opções Metodológicas**, aqui apresenta-se o problema, os seus questionamentos e como foi desenvolvido este trabalho, bem como suas interpretações, o **Capítulo IV – Apresentação e Análise dos Resultados**, capítulo responsável pelo resultado final desta investigação e o **Capítulo V – Proposta de Intervenção**.

No final deste apresentam-se as **Considerações Finais**, resultantes deste estudo de caso, considerações estas que, acredita-se no futuro poder contribuir para o engrandecimento da educação e a melhoria do processo ensino-aprendizagem do município de Curalinho. As **Referências Bibliográficas**, que deram suporte para a elaboração e implementação deste trabalho e os **Anexos**.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPITULO I – EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Nas últimas décadas, tem se intensificado e ocupado lugar de destaque nos discursos acadêmicos, sociais e políticos o debate acerca do fomento à qualidade da educação no Brasil. No âmbito educacional, as investigações apontam para múltiplos fatores com potencial de contribuição à melhoria da qualidade da educação. Dentro das perspectivas de incursões pedagógica, destacam-se os estudos acerca de Educação Integral e suas possíveis contribuições para a melhoria da qualidade da educação no Brasil. Esses estudos configuram-se com base em diferentes abordagens epistemológicas, desenvolvidos por alguns pesquisadores em educação. Eles apontam algumas direções para a compreensão do processo educativo no Brasil e para possíveis ações transformadoras da realidade educacional do país.

Para Gadotti (2008), o debate atual sobre a questão da jornada integral, da educação integral ou a escola de tempo integral ocorre no momento em que o Brasil está vivendo o desafio da qualidade da sua educação básica.

Sendo o Brasil um país, com enorme desigualdade social e pouco investimento na educação, fica mais difícil ainda buscar uma educação de qualidade, para todos, por tanto, vislumbrar a implantação da educação integral como possibilidade de concretizar esse anseio torna-se uma grande esperança.

No Brasil, a compreensão da concepção sobre educação integral, surge no século XX discutida pelas correntes Autoritárias, Elitistas e Liberais, através do estudo do pensamento educacional das décadas de 20 e 30, quando a educação integral, significava uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e culturais, ela fez parte das propostas das diferentes correntes políticas daquele período. As correntes autoritárias e elitistas referiam-se a ela como ampliação do controle social e dos processos de distribuição criteriosa da hierarquia social. O extremo dessa tendência expressou-se no surgimento da Ação Integralista Brasileira. Já as correntes Liberais tratavam-na como objeto de reconstrução das bases sociais para o desenvolvimento democrático de homens/mulheres, o qual só poderia dar-se através de indivíduos intencionalmente formados para a cooperação e a participação. Nesse cenário surge Anísio Teixeira, grande colaborador da modernização do sistema educacional no Brasil.

Anísio Teixeira fazia parte dos movimentos liberais, ele destacou-se na História por sua significativa contribuição com a educação no Brasil. Ele elaborou teorias e práticas que contribuíram com a ampliação das funções da escola e o seu fortalecimento como instituição.

1.1. Iniciativas a Favor da Educação Integral

“O papel do ensino é levar ao desenvolvimento máximo todas as faculdades da criança: físicas, intelectuais e morais. O dever do educador consiste em favorecer a plenitude total deste conjunto de energias e de aptidões que encontramos em todos. (...) Porque assim teremos formado seres completos” (Faure, 1989, p.122).

No início do século XX, existiu um movimento em vários países que procurava modificar a sociedade de maneira radical, combatendo o capitalismo e almejando a destruição do Estado, que se chamava Movimento Anarquista. Os anarquistas consideravam os indivíduos, unidades independentes que não dependiam da política e nem da religião.

No Brasil, o Movimento Anarquista impulsionou-se no período de 1889 a 1930, com a iniciativa dos imigrantes italianos, apoiados por intelectuais brasileiros e imigrantes espanhóis e portugueses. Os anarquistas discutiam os valores tradicionais da sociedade, buscando a transformação dos valores presentes na consciência do homem contemporâneo, a partir da análise de algumas ações novas, inclusive no campo educacional. Para os anarquistas era importante modificar a escola, uma vez que, com o povo não alfabetizado ficava difícil fazer circular as ideias do seu movimento, em especial entre as classes menos favorecidas, pobres e operários que, eram os mais atingidos pela falta de escolarização, já que as escolas eram destinadas a burguesia e com a concepção burguesa – escolas tradicionais, nas quais homens e mulheres eram educados separadamente com castigos, repressão, submissão e obediência. Com isso, surge a ideia da criação de escolas que seguissem o modelo pedagógico proposto pelos anarquistas, uma estratégia de transformação profunda da sociedade. Com isso todos os homens/mulheres teriam acesso as escolas, baseada na liberdade e igualdade, que eliminasse o autoritarismo das escolas tradicionais e promovessem o ensinamento dos valores cidadãos, privilegiando a educação integral do indivíduo. A luta do Movimento era em favor de que “as escolas deveriam ser frequentadas por crianças de ambos os sexos, para desfrutarem de uma relação de igualdade desde cedo”. Assim nascem as escolas anarquistas no início do século XX, chamadas de Escolas Modernas, que vem acentuar o debate a respeito do papel social e político da escola, para os anarquistas a escola era apenas um dos meios de se educar e educar era mais do que apenas os processos de escolarização, “O verdadeiro ideal educativo é o que se propõe a educar o homem todo. E o homem todo é o conjunto do homem físico, do homem intelectual, do homem cívico e do homem espiritual” (Aires, 1981, p. 46).

O Movimento da Escola Nova, aconteceu na primeira metade do século XX, e foi significativo, para a renovação do ensino e a introdução das ideias de uma escola de Educação Integral, na Europa e na América. A ideia da Escola Nova, era de que, o professor deixasse de ser um mero transmissor de conhecimento e passasse a ser um facilitador da aprendizagem que, despertasse no educando o interesse pelo conhecimento e com isso, aguçasse a sua curiosidade para o aprendizado do novo, do diferente, fazendo do educando um “ser ativo”, centro do processo da aprendizagem. Dessa forma a iniciativa e a espontaneidade são valorizadas e se respeita o ritmo e a forma, de cada um aprender.

O grande nome do Movimento da Escola Nova, na América foi o filósofo e pedagogo John Dewey, segundo ele “a prática e a democracia são importantes ingredientes da educação”. Assim, a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas sim a própria vida. A educação deve ter como eixo norteador a vida-experiência e a aprendizagem” (Miranda-UFMG 2010, p 17). Um marco importante desse movimento no Brasil, foi a divulgação de um documento intitulado *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*; escrito por 26 educadores em 1932, com objetivo de direcionar as políticas educacionais segundo as ideias do Movimento. Esse documento teve grande repercussão e ficou conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

Segundo o texto do Manifesto a Educação Nova propunha servir não aos interesses de classe, mas aos interesses do indivíduo. Conforme Lemme, “as poucas escolas públicas existentes nas cidades eram frequentadas pelos filhos das famílias de classe média” (1984, p.258). Dessa forma, as transformações socioculturais que, vinham ocorrendo desde o final do século XIX, provocaram um movimento de modernização na educação. O Manifesto dos Pioneiros da Educação pode ser considerado um dos documentos mais importante no processo de modernização da educação brasileira, no que se refere as diretrizes de uma nova política educacional de ensino. O Manifesto contou com a assinatura de nomes importantes da cultura e educação como: Anísio Spínola Teixeira, Fernando de Azevedo, Cecília Meirelles entre outros.

Anísio Teixeira, um dos mentores intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, além de grande educador, fez parte do Governo Estadual fato que, permitiu colocar em prática as concepções teóricas da Escola Nova. Criou o Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos educacionais (INEP). Pensando na implantação de um Sistema Público de Ensino mais eficaz, proponha um modelo de educação, onde a escola oferecesse ao educando um ensino mais completo e global, que “desse às crianças um programa completo de leitura,

aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento, visto não ser possível educá-lo no grau de desnutrição e abandono em que vivia” (Teixeira, 1959, p.74-78).

O Manifesto proporá que, se ampliassem os horizontes da educação e que sua estrutura nacional fosse alicerçada por uma cultura educacional própria na qual a base fosse reflexiva quanto ao seu funcionamento. As ideias expressadas nesse documento solidificaram no Brasil o movimento de reconstrução nacional do ensino. Essa reconstrução promoveu a busca pela qualidade alicerçada nas propostas do Manifesto, caracterizando objetivos e fins da educação nacional quanto, as diretrizes acerca das finalidades em suas modalidades, ressaltando a importância da educação pública oferecida pelo estado e o direito essencial público e integral do indivíduo. Referente à escola, o movimento de reconstrução, promoveu em sua estrutura organizacional o plano geral de educação que a tornou acessível a todos os cidadãos, inclusive aqueles em condições de inferioridade econômica. Com intuito de obter o máximo de desenvolvimento de acordo com suas aptidões e necessidades.

“A nova doutrina, que não considera a função educacional como uma função de superposição ou de acréscimo, segundo a qual o educando é "modelado exteriormente" (escola tradicional), mas uma função complexa de ações e reações em que o espírito cresce de "dentro para fora", substitui o mecanismo pela vida (atividade funcional) e transfere para a criança e para o respeito de sua personalidade o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação. Considerando os processos mentais, como "funções vitais" e não como "processos em si mesmos", ela os subordina à vida, como meio de utilizá-la e de satisfazer as suas múltiplas necessidades materiais e espirituais. A escola, vista desse ângulo novo que nos dá o conceito funcional da educação, deve oferecer à criança um meio vivo e natural, "favorável ao intercâmbio de reações e experiências", em que ela, vivendo a sua vida própria, generosa e bela de criança, seja levada "ao trabalho e à ação por meios naturais que a vida suscita quando o trabalho e a ação convêm aos seus interesses e às suas necessidades”.
”... (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932. p. 195-196).

Já nesse período, entendia-se como necessidade do educando uma educação mais integral e ampliada, para sua formação profissional e integração social, só esse modelo de educação seria capaz de contemplar as necessidades e os interesses do indivíduo em cada uma de suas fases de desenvolvimento natural. Por esse motivo seria necessário que a escola, reformulasse suas funções e recriasse suas metodologias, dando novo significado à educação pública oferecida no Brasil. A escola desde então busca ressignificar seu papel na sociedade, respeitando a diversidade, preservando a cultura e dando sentido a doutrina da vida do

educando brasileiro. Isso torna o Manifesto da Escola Nova, um documento novo e atualizado, necessário a melhoria da qualidade da educação pública do Brasil. Sua base é em defesa de um sistema de ensino público e gratuito, laico e obrigatório, de qualidade para todos. Idealizado por vários educadores, que fundamentam diretamente a proposta da dinâmica da Escola em Tempo Integral, conciliada à necessidade do século XXI, múltiplo de exigência social, humana, cultural e tecnológica.

As ideias renovadoras de Anísio Teixeira explicitam a necessidade de reestruturação do sistema de ensino, desde as suas políticas até a funcionalidade educacional, fazendo uma retomada dos direitos econômicos e políticos esfacelados pelo sistema capitalista, refletidos na ordem dos acontecimentos sociais e educacionais.

Anísio Teixeira resumiu a realidade e justificou as mudanças necessárias ao sistema educacional, nos quatro itens que se seguem:

“(a) porque as transformações são tão aceleradas que as instituições mais naturais de educação – a família e a própria sociedade – não têm elementos para servir à situação nova, tornando-se preciso que a escola amplie as suas responsabilidades, assumindo funções para as quais bastavam, em outros tempos, a família e a sociedade mesmas, (b) porque o novo critério social de democracia exige que todos se habilitem não somente para os deveres de sua tarefa econômica, como para participar da vida coletiva, em todos os sentidos, devendo cada homem ter possibilidades para vir a ser um cidadão com plenos direitos na sociedade (c) porque a ciência, invadindo o domínio da educação, criou a necessidade de reconstrução dos velhos processos de ensino e de ajustamento de novos materiais de instrução, (d) porque uma concepção nova esclareceu que educação não é simplesmente preparação para a vida, mas a própria vida em permanente desenvolvimento, de sorte que a escola deve-se transformar em um lugar onde se vive e não apenas se prepara para viver” (Teixeira 1997, p. 89).

A partir de 1950, Anísio Teixeira dá início a construção de escolas-modelo para a consolidação da proposta de educação, baseada nos princípios conceituais do escolanovismo, ele afirmava que as novas responsabilidades da escola era educar, em vez de instruir, formar homens livres e ensinar a viver com mais inteligência e mais tolerância. Assim, além da aprendizagem das ideias e dos fatos, também se aprenderiam atitudes, ideias e senso (Miranda-UFMG 2010, p.25). Com essa concepção, inaugurou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na Bahia, na década 1950.

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro, foi a primeira experiência educacional a atender, no contra turno e em espaços diferenciados. Suas atividades curriculares eram

trabalhadas em dois espaços diferentes, as chamadas de escolares –intelectuais, conteúdos curriculares- eram trabalhadas nos espaços chamados de “escolas classes”, em horário regular e as atividades práticas –artes aplicadas, industriais e plásticas, jogos, recreações, ginástica, teatro, música, dança - no espaço denominado de “escola parque”, realizadas, em turnos opostos, a alternância dessas atividades fazia parte da concepção do projeto que, previa a integração da escola ao desenvolvimento urbano da área em que estava situada. No Centro tinha quatro escolas classe e uma escola parque. A ideia da Escola Parque fazia parte do projeto de reformulação do ensino da Bahia, seu objetivo ofertar aos estudantes, uma educação integral, cuidando da sua alimentação, higiene, socialização e preparação para o trabalho e cidadania.

Em Brasília, na década de 60, em meio ao movimento de criação da cidade, são construídos vários centros educacionais com a mesma concepção do Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Classe, os Jardins de Infância e a escola Parque. Anísio Teixeira e outros educadores criaram uma comissão, que se responsabilizou pela criação e organização do Sistema Educacional da Capital Federal, que pretendia, segundo o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, tornar-se um modelo educacional para todo o Brasil.

O Golpe Militar, ocorrido em 1964, desmobilizou os movimentos sociais de educação, Paulo Freire, Anísio Teixeira e diversas lideranças, ligados à luta pela melhoria na qualidade da educação, foram presos e exilado do país. De 1964 a 1984, as ideias de uma educação melhor foram frustradas, o governo altera os planos de toda uma geração que sonhava com mudanças significativas no país. Esse período foi marcado pelos Atos Institucionais, imposto pelo Governo, que cassou os direitos civis e paralelamente, pela luta de diversos segmentos da sociedade pela redemocratização do País.

Durante o processo de redemocratização do país, houve uma organização dos movimentos sociais que, passaram a reivindicar seus direitos. E em meio a essas reivindicações defendiam, o direito a educação pública como dever do estado e a necessidade de se construir uma escola menos discriminatória, mais inclusiva e que desenvolvesse plenamente as várias dimensões formadoras do fazer humano. Com isso vem a necessidade das mudanças, como a revisão do currículo oficial e das atividades escolares, das formas de organização escolar, bem como os critérios de avaliação dos educandos. Assim surgem novas experiências no cenário educacional do Brasil.

Nesse contexto destaca-se no Rio de Janeiro, uma experiência de escolarização em tempo integral, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) criados por Darcy

Ribeiro, Secretário de Educação, no governo de Leonel Brizola, que funcionaram de 1983 a 1987. Os CIEPs, idealizados como experiências de escolarização em Tempo Integral, voltados para as crianças de classes populares, com objetivo de proporcionar, educação, esporte, assistência médica, alimentação e atividades culturais, na própria escola.

(...) o Ciep é integrado em vários sentidos: seu projeto desenvolve uma proposta de currículo que assume a cultura como eixo articulador das atividades pedagógicas voltadas para aspectos pertinentes ao desenvolvimento de uma vida saudável. A dimensão integradora propõe o desenvolvimento de um diálogo constante e transformador com a comunidade a que atende. Assim, o projeto pedagógico implica pensar esta escola como polo de dinamização cultural, possibilitando a elaboração e apropriação dos saberes escolares pelos alunos, com abertura para receber e incorporar saberes próprios à comunidade, inclusive para o resgate de práticas e saberes em risco de desaparecimento ante a pressão dos meios de comunicação. (Monteiro, 2009, p. 38).

Na concepção de Darcy Ribeiro, os CIEPs atendiam a três dos requisitos essenciais de uma escola popular eficaz. Espaço para a convivência e as múltiplas atividades sociais, durante todo o período de escolaridade; ampliação da jornada escolar que possibilitaria tempo para a realização das várias atividades complementares como: os estudos dirigidos, a frequência à biblioteca à videoteca, a educação física, a recreação e as atividades laboratoriais; a capacitação do magistério que, prepararia o educador adequadamente para atender as necessidades educacionais, sociais e culturais dos educandos.

Em meados da década de 90, nas escolas públicas, vários movimentos de renovação pedagógica se destacaram, com o objetivo de qualificar o atendimento educacional, várias delas passaram a reorganizar seu tempo e espaço, sob o discurso da necessidade de construir uma escola, voltada para a formação integral de seus educandos. A Escola Cidadã, em Porto Alegre 1994, criada pela Secretaria Municipal de Educação, foi uma experiência que trouxe a público a discussão sobre a “escola que temos” e a “escola que queremos” discutida em todas as comunidades escolares, constituída de quatro segmentos: pais, alunos, professores e funcionários. Seu objetivo, identificar na perspectiva escolar, quais os seus entraves e seus anseios em relação ao processo ensino-aprendizagem (Azevedo, 2000, p.18)

Em 1995, surge a Escola Plural, em Belo Horizonte, que em seu eixo norteador trás, a discussão sobre a reorganização dos tempos e dos espaços escolares, os quais devem ser pensados em função dos educandos e suas necessidades, enfatizando a importância da escola perceber o educando como centro do processo de ensino-aprendizagem que necessita de uma formação plena e em todas as dimensões. Na década de 90, surge ainda, no governo de

Fernando Collor de Mello o projeto dos Centros de Atenção Integrada à Criança e ao Adolescente. Programa estes implantado em vários estados brasileiros, que atendiam a todos os educandos, no sistema de Educação Integral e em tempo Integral.

A Escola Candanga, criada por Cristovam Buarque em Brasília no período de 1997 a 200. Esse projeto ofereceu oportunidade para a participação efetiva da família na escola, proporcionando educação para os pais e mães de baixa renda, como forma de estimular o desenvolvimento da comunidade como um todo. Seu currículo amparava-se no princípio da compreensão da realidade dos agentes sociais de transformação com perspectiva integradora da formação de um educando ativo.

1.2. A Legislação que Ampara a Obrigatoriedade da Educação no Brasil

Pode-se perceber que, a proposta de uma Educação Integral e a construção de uma Escola de Tempo Integral, não são ideias recentes no cenário educacional brasileiro, bem como, não existe uma definição consensual sobre seus significados. Diversos aspectos englobam a perspectiva de uma educação que visa a formação plena do sujeito em uma escola de tempo integral. Os diversos movimentos, experiências e concepções que, envolvem a História da Educação Integral no Brasil, permitem afirmar que a “Educação Integral, caracteriza-se pela ideia de uma formação mais completa possível para o ser humano, embora não haja consenso sobre o que se convencionou chamar de formação completa” (Miranda-UFMG 2010, p. 51). Entende-se por completa, pelo fato de ser um modelo de educação mais abrangente e global que, visa à formação plena do sujeito em uma escola com mais estrutura, funcionando em tempo integral.

Atualmente, quando se fala em Educação Integral no Brasil, percebe-se diferentes concepções e práticas, alicerçadas em diversas visões sociais, por vezes complementares, por vezes contraditórias, ocasionadas talvez por uma história cheia de percalços, levando em consideração, as modificações e adaptações das leis. Com objetivo de incorporar os princípios de uma Educação Integral, o fortalecimento da sua implantação e efetivo funcionamento nas escolas públicas, em busca da promoção da qualidade da vida e garantia da cidadania do povo brasileiros.

A Constituição Federal, em seu texto afirma que “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (1988, art. 3). O artigo 6 da Constituição Federal, assegura

o direito à educação a todos os brasileiros. A leitura desse texto remete à garantia dos direitos sociais para toda a população, a educação é incluída como direito social, além da proposta da universalização e da gratuidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No art. 214 a Constituição Federal propõe com obrigatoriedade um plano de metas estabelecido nacionalmente para a educação. Dessa forma, ela nos fornece uma ideia geral sobre os objetivos principais da educação no país.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é outro instrumento legislativo, de amparo e estímulo para a efetivação da oferta de uma educação de qualidade para o povo brasileiro. O ECA, prevê o direito e o bem-estar de crianças e adolescentes, como um direito e uma obrigatoriedade.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA 1990, art. 4º)

O Estatuto do Idoso em seu Art. 3º, é outro instrumento que regulamenta e assegura o direito à educação, a vida saudável, à dignidade e à cidadania. São inúmeras as leis no Brasil que faz da educação, um dever do Governo Federal. Se é dever do poder público o bem-estar de os educandos, então é um direito, de se ter escolas com boa estrutura física, e Educação Integral de qualidade. As leis existem e estão aí, são bem redigidas. O desafio passa a ser o de concretizar esses direitos no cotidiano em níveis municipais, estaduais e federais. Transformar os princípios legislativos em ações efetivas. Não pode se negar que, nas duas últimas décadas houve a ampliação do acesso a escolarização, um acréscimo significativo no atendimento à Educação Infantil e ao Ensino Médio, no entanto isso ainda não é o suficiente para se chegar a uma educação de qualidade.

1.3. A Educação Integral no Brasil Atual

O incremento das funções e tarefas ligados à gestão e governação do Estado e dos grandes conglomerados urbanos, a proliferação de atividades socioeconômicas relacionadas com os setores industrial, comercial, agrícola, assim como os transportes e as comunicações, desenvolveram de forma gigantesca as necessidades de qualificação da mão-de-obra dos diferentes grupos socioprofissionais. Dessa realidade emerge uma nova racionalidade instrumental baseada num novo tipo de ensino e pedagogia. Tratava-se, desde então, de deixar o ensino escolástico e livresco sem articulação com a razão, a ciência, a tecnologia e o mundo do trabalho. Os processos de aprendizagem dos múltiplos saberes passaram a ser determinados progressivamente pelos ditames da racionalidade empresarial e estatal. O mundo da

produção, consumo e distribuição de mercadorias exigia um tipo de conhecimentos que não se adequava mais a um saber contemplativo da ordem divina (Ferreira, 1996, p.112).

A trajetória histórica da escolarização pública em Tempo Integral no Brasil, parte da experiência pioneira desenvolvida por Anísio Teixeira (1900-1971), no Centro Educacional Carneiro Ribeiro (1900-1971), passando pelos Ginásios Vocacionais (década de 1960) em São Paulo, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs, 1980) e chega ao projeto dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CIACs, 1990) já citados a cima. Não se pode deixar de citar, as escolas públicas que, se organizaram, adaptando-se ao funcionamento no modelo de Escola Integral em Tempo Integral, fato que acontece com muita frequência na atualidade. Muito embora essas experiências tenham sido vivenciadas em alguns poucos estados, são experiências marcantes, que deixaram bons frutos e servem para estudos e diagnose da EITI como uma possibilidade de política qualitativa para a escola pública atual.

Hoje quando se fale em Educação Integral, percebe-se diferentes concepções e práticas, alicerçadas em visões sociais de mundo. Com as mudanças sociais o processo educacional também se modificou ao longo dos anos, as buscas incessantes por uma formação “mais completa possível” e a implementação efetiva de uma escola de Educação Integral promoveram, as leis e as políticas foram se modificando. Dessa forma os marcos legais vêm se fortalecendo, principalmente após o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007.

A partir do ano de 2000, diversas experiências de ampliação da jornada escolar começaram a surgir em escolas da rede pública de ensino em todo o país. Tendo como suporte a Lei de Diretrizes e Base (LDB) que impõe a necessidade de uma educação de qualidade para a formação completa do educando. Muitas dessas experiências começaram, como Projetos de Intervenção Pedagógica, elaborados com intuito de trabalhar algumas Dificuldades de Aprendizagem (DA), nos quais grupos de alunos, ficavam por um período maior no ambiente escolar.

O processo de universalização do acesso ao Ensino Fundamental, desencadeou-se no Brasil ao longo do século XX, esse processo é fruto de uma demanda histórica que, obrigou as redes escolares sobre tudo, as públicas a repensarem, formas de organização e distribuição de recursos – espaciais, financeiros e humanos – que atentassem para o quantitativo de vagas disponibilizadas para atender os alunos que buscavam matricular-se na educação formal. Tal

situação levou boa parte das escolas a superlotação das turmas e a criação de mais turnos – manhã, intermediário, tarde e noite - na jornada escolar diária pois, estas passaram a operar no limite de sua capacidade, a fim de atender a uma demanda crescente por vagas. Seguindo princípios de racionalização financeira e de um aproveitamento milimétrico das estruturas físicas das escolas. Esses fatores promoveram certa deficiência na qualidade da educação dessas escolas. Essa situação se prolongou por todo o século XX, igualmente no início do século XXI e vem ao encontro de outra demanda, “a qualidade da educação”. Já não basta matricular todos os educandos é necessário se fazer uma adequação, “qualidade igual à quantidade”, isso passa a ser a nova demanda da Educação Nacional.

Devido a superlotação, a falta de espaço e a diminuição da qualidade da educação nas escolas públicas, se intensifica a discussão acerca das propostas e alternativas que, possam minimizar tais deficiências. Esse processo vem acompanhado da urgência, segundo Rios, de “qualificar a qualidade, refletir sobre a significação de que ela se reveste no interior da prática educativa (2001, p. 21) ”. Essa urgência é perceptível nas lutas e discussões, que vem sendo travadas por educadores, sindicatos, setores da sociedade civil organizada. Acompanhada por políticas educacionais implantadas por alguns governos, algumas adequadas outras inadequadas; por vezes eficientes para esta ou aquela realidade; ora carente de uma elaboração mais coletiva e inclusiva, que se mostra em determinados casos eficientes à essa busca incessante pela “qualidade” da educação. Neste contexto de redimensionamento do próprio papel da escola pública, a questão da qualidade parece emergir como elemento da democratização do saber. Não basta colocar todos na escola, mas sim discutir e procurar formas qualitativas de atender a expansão da escolarização.

A ampliação das funções da escola, de forma a melhor cumprir um papel sócio integrador, vem ocorrendo por urgente imposição da realidade, e não por uma escolha político-educacional deliberada. Entretanto, a institucionalização do fenômeno pelos sistemas educacionais.

Segundo Cavaliere (2002, p.250):

“[...] envolverá escolhas, isto é, envolverá concepções e decisões políticas. Tanto poderão ser desenvolvidos os aspectos inovadores e transformadores embutidos numa prática escolar rica e multidimensional, como poderão ser exacerbados os aspectos reguladores e conservadores inerentes às instituições em geral”.

Dentro deste debate, algumas políticas educacionais voltadas para a qualidade da escola pública, basearam-se em experiências educacionais desenvolvidas acerca das ideias e práticas pedagógicas aplicadas no modelo de escolarização em tempo integral. Pode-se buscar a gênese da escolarização em turno integral no Brasil junto ao movimento escola novista, influenciado pelo pragmatismo e pelo pensamento de John Dewey (1859-1952).

Um apoio necessário para o aumento da jornada escolar dos educandos surgiu em 2001, com o lançamento do Plano Nacional de Educação (PNE) resultante da obrigatoriedade imposta no Art. 214 da Constituição Federal (1988).

Nem todas as obrigatoriedades seriam possíveis para se promover a qualidade da educação, se não houver investimento. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou em 1996 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para atender apenas o Ensino Fundamental. Os recursos desse fundo vinham das receitas de impostos, das transferências dos estados, Distrito federal e municípios vinculados à educação. O Fundef vigorou até 2006, quando foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que passa a atender todos os educandos do Ensino Infantil, Fundamental e Médio, bem como a Educação de Jovens e Adultos. Um compromisso da União firmado, até o ano de 2020. Esse é o mais importante mecanismo de redistribuição de recursos vinculado à educação no Brasil.

Capítulo II – A Realidade da Educacional no Município de Curralinho

2.1. Curralinho – Um pouco da sua História

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, a educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão (Constituição Federal, 1988, Art. 227).

O município de Curralinho tem uma população de aproximadamente 32 mil habitantes, localiza-se ao Norte do estado do Pará, na costa Sul, na microrregião de furos da Ilha do Marajó, tendo como limites ao norte o município de Breves, ao sul o Rio Pará e Baía das Bocas, ao leste São Sebastião da Boa Vista.

Curralinho originou-se de uma fazenda particular denominada de “**Curralzinho**”, que cresceu devido o agrupamento de pessoas ligadas aos seus proprietários, em decorrência dos interesses comerciais na década de 1930. Seu nome vem da palavra Curralzinho, usado pelos

aventureiros portugueses que com o uso e o tempo, perdeu a vogal “z” passando a pronuncia-lo “**Currálinho**”.

A população, em sua maioria famílias que vivem em situação de extrema pobreza – uma vez que o município não dispõe de empresas, para oferta de emprego - vivendo quase exclusivamente dos Programas Sociais, aposentadorias/pensões e empregos oferecidos pela prefeitura. As famílias dispõem de pequenas propriedades, onde trabalham a pesca, o plantio e a extração do fruto do açaí – na última década grande responsável pelo sustento das famílias ribeirinhas, no período do verão - e a agricultura familiar – plantação de mandioca, macaxeira, banana, abacaxi, melancia e cupuaçu - grandes responsáveis pela alimentação diária desse povo. A extrema pobreza da população é um dos fatores que impedem o desenvolvimento socioeconômico e fazem do poder público, mantenedor de todas as despesas dos educandos nas escolas. Sendo a escola pública, único projeto de vida e perspectiva de oportunidade de formação para o mercado de trabalho. Já que, no município não existem escolas particulares.

O município tem uma matrícula efetiva – no ano de 2017 – de aproximadamente 11.000 (onze mil) alunos no ensino fundamental, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Na área de educação o município está organizado da seguinte forma: 51 escolas da esfera municipal e 02 da esfera estadual, sendo 03 centros de Educação Infantil, 24 escolas de Ensino Fundamental Multisseriado, 25 núcleos escolares de Ensino Fundamental seriado e 01 escola de Ensino Médio. Nesse contexto, Currálinho vive atualmente em busca de políticas capazes de promoverem a vida, a cidadania do povo, e atender as diferentes necessidades dos educandos matriculados nas escolas públicas do município, de forma responsável e comprometida com a formação cidadã e as obrigatoriedades educacionais, é certamente um dos maiores desafios que a escola tem de enfrentar na atualidade, esse desafio torna-se maior ainda, quando se trata da **“IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL”**. As políticas desse modelo de educação são diferenciadas da educação regular, ela depende da adaptação dos alunos quanto ao tempo de permanência na escola, da qualidade dos espaços físicos para atendê-los, do aumento do quadro de profissionais, do aumento das despesas com o transporte e da alimentação escolar. Fatores determinantes na qualidade da EITI.

Os recursos destinados à alimentação, ao transporte, aos materiais didáticos e a folha de pagamento dos profissionais da educação sempre foram insuficientes para atender a necessidade do sistema educacional no município, tendo assim que ser complementado pelo

governo municipal. Nos últimos anos com a crise no Brasil, os cortes das verbas destinadas à educação só aumentaram, dificultando o plano de implementação da EITI, nas escolas do município.

Segundo o presidente do Conselho do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), os recursos destinados à educação do município vêm sofrendo cortes desde 2013. O Plano nacional da Alimentação Escolar (PNAEC), reduziu em 20%, já era pouco hoje tornou-se, mínimo frente a necessidade do município à manutenção da oferta da alimentação de boa qualidade e em quantidade suficiente para atender os alunos segundo o calendário letivo do município. O Plano Nacional Atenção ao Transporte Escolar (PNATE) sofreu corte em 15% e o recurso do FUNDEB, sofreu corte em 10% também e com o aumento do Piso Nacional dos Professores, ficou restrito único e exclusivamente ao pagamento da folha de funcionário. Não possibilitando assim, qualquer margem para complementação em qualquer outro setor educacional. Com isso o processo educacional está cada vez mais fragilizado.

A escola deve oferecer ao educando possibilidades de inclusão social e condições básicas para o campo profissional daí a necessidade de tornar a escola pública um espaço de verdadeiras e amplas aprendizagens, com a adequação do ensino-aprendizagem e um atendimento voltado verdadeiramente à qualidade de vida e formação social. O trabalho de formação integral do aluno conta, com a participação ativa dos governantes do município, para a implementação e adaptação de políticas colaborativas no processo de formação da sociedade. A educação escolar é fundamental no processo de desenvolvimento e formação de homens/mulheres.

Entendemos que educar não é apenas "formar" sujeitos para a sociedade que nos é posta, mas que possam transformá-la. O discurso que a educação muda a sociedade deve ser aprimorado, pois a transformação não ocorre pela ação da escola, mas de forma mediada. Isso porque é por meio da educação que ocorrem tomadas de consciências que desencadeiam processos de transformação social. É necessária a superação da visão idealista para a qual a educação é o carro motor da mudança, uma vez que a tomada de consciência é parte desse processo. A formação do indivíduo requer um processo educativo pelo qual o homem se apropria da experiência sócio histórica acumulada ao longo dos anos, em sua relação com outros indivíduos. Pensar em educação exige entendê-la como inserida no processo de desenvolvimento do indivíduo pertencente ao gênero humano (Pelegrin 2016, p. 2).

Percebe-se assim, a grande necessidade de ir em busca de um modelo de educação que, proporcione perspectivas de melhores condições de vida e trabalho, para o povo curralinhense. Considerando essa realidade, os responsáveis pela administração do processo educacional de Curralinho, junto com os educadores, buscam a implementação da EITI desde o ano de 2012, inicialmente com a adesão do Programa Mais Educação (PME), como experiência.

2.2. O Programa Mais Educação - PME

O Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica – SEB, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para as escolas prioritárias, cuja listagem é anualmente incluída no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC (Moll 2013, p.6).

A educação se apresenta hoje, como o ponto central do desenvolvimento econômico, social, político e cultural do ser humano, portanto, um primeiro fator a ser compreendido neste contexto é que a educação ganhou sentido multisetorial. A escola já não é o único espaço de aprendizagem. As políticas públicas, como cultura, assistência social, esporte, meio ambiente, direitos humanos, projetos fundamentados em princípios éticos e humanistas, invadem o campo das chamadas ações/programas socioeducativos, objetivando proporcionar aos educandos a ampliação do universo cultural, proporcionando aprendizados de iniciação tecnológica, inclusão digital; aprendizados no campo esportivo, educação para valores, para a paz, consciência e trato ambiental, enfim, aprendizagens básicas que se deslocam da escola, mas a ela se complementam.

O ensino integral precisa ser entendido não só como equalização inestimável de oportunidades de vida e melhoria de aprendizagem para todos os educandos mais também como meio de minimizar os problemas de saúde, segurança, renda, lazer, esporte, cultura e emprego. Proporcionando melhores condições de vida para todos a partir da escola. O educando nesse conjunto de ações, deverá desenvolver-se com harmonia e equilíbrio levando em consideração novas oportunidades no mercado de trabalho, bem como, estabilidade no meio sociocultural.

O PME, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, é coordenado pela SEB/MEC, em parceria com as Secretarias Estaduais/Municipais de Educação, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para a indução da agenda de Educação Integral nas redes estaduais e municipais de ensino,

que amplia a jornada nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macro campos: Acompanhamento Pedagógico, Educação ambiental, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Cultura Digital, Promoção da Saúde, Comunicação e Uso de Mídias, Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica.

O Governo Federal, através do PDDE, responsável pelos repasses financeiros, destina os valores – integral - segundo o número de alunos inscritos no Programa e as atividades de acordo com os gastos necessários para: ressarcimento de monitores, aquisição dos kits de materiais, contratação de pequenos serviços e obtenção de materiais de consumo e permanentes. Os recursos são administrados, pelas Unidades Executoras: Associações de Pais e Mestres/Conselhos Escolares; e paralelo a esse recurso o município recebe ainda, junto com o PNAE, uma contribuição para a alimentação dos alunos inseridos no PME, e adicionado ao recurso mensal do FUNDEB, recebe uma complementação para o transporte e outros gastos necessários. Muito embora o Programa, ofereça toda essa estrutura os recursos disponibilizados, ainda estão muito além do necessário, para a implementação a Educação Integral em Tempo Integral no município.

A escola, ao fazer adesão do Projeto educativo através de questionário eletrônico, escolhe, a cada ano de funcionamento, três atividades – dentro dos macros campos – sendo a quarta atividade obrigatória, a de Acompanhamento Pedagógico, todas com a mesma carga horária.

Compreende-se que a Educação Integral em jornada ampliada no Brasil é uma política pública em construção e um grande desafio para os responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem – em todas as esferas instituições escolares, Secretarias de Educação e poder público municipal/estadual/federal.

O Programa foi criado inicialmente para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentam baixo “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica” (IDEB). Ele visa fomentar, por meio de sensibilização, incentivo e apoio, projetos ou ações de articulação de políticas sociais e implementação de ações socioeducativas oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens, e que considerem as seguintes orientações:

- I. Contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;
- II. Promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;
- III. Integrar as atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes;
- IV.

Promover, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais; V. Contribuir para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens; VI. Fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não governamentais e esfera privada; VII. Fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros; VIII. Desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em territórios mais vulneráveis; e IX. Estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Manual Operacional de Educação Integral, 2013, p.5)

O (a) atual Prefeito (a) e secretário (a) de Educação, responsáveis pela adesão; Técnico em educação; responsável pela articulação com os gestores das instituições escolares; Professor Comunitário responsável pela articulação na escola e mediações; Monitores das atividades – deve ser pessoas de dentro da comunidade – responsáveis em fazer a mediação dos conhecimentos; Educandos inscritos no Programa.

As atividades do PME tiveram início em 2008, com a participação de 1.380 escolas, em 55 municípios nos 26 estados e Distrito Federal, atendendo 386 mil educandos. Nos anos que se seguiram houve um aumento consecutivo do número de escolas e de alunos atendidos, atendidos pelo Programa. Em 2014, os recursos chegaram para quase 60 mil, escolas em todo o país – segundo o MEC.

“Identificamos que 26 mil escolas, que atendem 10 milhões de estudantes do ensino fundamental, são responsáveis por 70% dos problemas de baixo índice de letramento e alfabetização. Por isso, vamos trabalhar com esses três programas em conjunto porque reduzir o problema de alfabetização é o nosso principal desafio” (Mercadante, 2016, p.17).

No entanto em 2015, com a crise financeira no Brasil, surgiram os primeiros problemas. O Diretor de Currículos e Educação Integral do MEC, afirmou que “Os recursos do Mais Educação podem ser cortados em até 70% do seu orçamento” (Ítalo Dutra). No início o Governo Federal dividiu os repasses em duas parcelas. Escolas de todo o país apontaram atraso no recebimento das verbas. Os novos olhares das políticas educacionais perante as inovadoras experimentações pedagógicas, bem como seu desenvolvimento em práticas contemporâneas, nos permitem realizar uma releitura dos princípios da educação integral na atualidade. Em geral, a educação integral constitui um amplo conjunto de práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento das potencialidades do ser humano. Tais práticas encontram tempo e espaço heterogêneos, prosperando através de iniciativas

educacionais que visam uma formação equilibrada e uma interação dinâmica e sistêmica com o meio ambiente.

O ideal da Educação Integral traduz a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, busca-se reconhecer as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens (Moll, 2013, p. 4).

Com a implementação do PME, a escola é estimulada a construir uma agenda de Educação Integral articulada a partir da ampliação da jornada escolar. Surge também a necessidade de organização/reorganização dos espaços físicos e do currículo, para essa realidade é necessário ainda se pensar em políticas públicas que façam a adequação das realidades dos atores sociais as práticas pedagógicas, para que esse processo de ensino seja capaz de contribuir para a diversidade e riqueza de vivências, que tornam a Educação Integral, uma experiência inovadora e sustentável ao longo do tempo.

O Programa conta, em sua estrutura, com os Comitês Metropolitanos ou Regionais, constituídos por representantes das secretarias, gestores escolares e outros parceiros, entre os quais as Universidades; e Comitês Locais formados por profissionais que atuam no Programa e representantes da comunidade escolar e do entorno. Esta estratégia de implementação e fortalecimento do PME, constitui-se como meio de articulação das ações e experiências e de construção de planos de ação coletivas. A organização do currículo e os conteúdos programáticos do PME, devem ser organizados de acordo com os conteúdos da base nacional curricular, Lei 9.394/96 – LDB – com temas estruturantes e contemporâneos para a vida em uma sociedade que se, afirma como republicana e democrática.

Em 2015, o governo não abriu para adesão o PME, já em 2016, quando abriu foi com algumas mudanças na política de implementação.

2.3. O Programa Novo Mais Educação

Temos, primeiro de tudo, de restabelecer o verdadeiro conceito de educação, retirando-lhe todo o aspecto formal, herdado de um conceito de escolas para o privilégio e, por isto mesmo, reguladas apenas pela lei e por toda sua parafernália formalística, e caracterizá-la, enfaticamente, como um processo de cultivo e amadurecimento individual, insusceptível de ser burlado, pois corresponde a um crescimento orgânico, humano, governado por normas científicas e técnicas, e não jurídicas, e a ser julgado sempre a posteriori e não pelo cumprimento formal de condições estabelecidas a priori. Restabelecida esta maneira de conceituá-la, a educação deixará de ser campo de arbitrária regulamentação legal, que no Brasil vem fazendo

dela um objeto de reivindicação imediata, por intermédio do miraculoso reconhecimento legal ou oficial. O fato de havermos confundido e identificado o processo educativo com um processo de formalismo legal levou a educação a ser julgada por normas equivalentes às da processualística judiciária que é, essencialmente, um regime de prazos e de normas, fixados, de certo modo, por convenção (Teixeira 2007, p.100).

O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo geral, melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos das artes, cultura, esporte e lazer; no Ensino Fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de 5 a 15 horas semanais no turno e contra turno escolar. Sua finalidade:

- Alfabetização, ampliação do letramento e melhoria no desempenho em língua portuguesa e matemática, por meio de acompanhamento pedagógico;
- Redução da evasão escolar, da reprovação e da distorção idade/ano, mediante ações pedagógicas;
- Melhoria do ensino-aprendizagem;
- Ampliação do período escolar.

A implementação do PME segue as mesmas linhas do Programa Mais Educação, com a mesma política de apoio e organização. Havendo pequenas mudanças no processo de adesão, que foi realizado no período de 19/10/2016 a 04/11/2016 por meio do módulo PAR do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC). A partir daí as Uex, das escolas deveriam elaborar e enviar à SEB/MEC o Plano de Atendimento da Escola, por meio do Sistema do PDDE Interativo, no prazo de 24/10/2016 a 18/11/2016. Nesse Novo Mais Educação as escolas poderão escolher três atividades e mais o Acompanhamento Pedagógico – que é obrigatório – sendo que a carga horária do Acompanhamento Pedagógico é o dobro da carga horária das outras atividades.

Escola de tempo integral. Em sentido restrito refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa. Em sentido amplo, abrange o debate da educação integral – consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros – no qual a categoria “tempo escolar” reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação, quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar (MOLL, 2010).

O Programa Novo Mais Educação traz alguns critérios para adesão:

- Escolas que já participaram do PME;
- Escolas que apresentam índice de nível socioeconômico muito baixo, segundo o INEP;
- Escolas que apresentaram baixo desempenho no IDEB.

No Brasil, de acordo com levantamento feito pela assessoria de imprensa do MEC (2016), existem pelo menos 3,4 milhões de estudantes matriculados em escolas de Tempo Integral. Desse total 3,1 milhões, estão no Ensino Fundamental e outros 303 mil, no ensino médio, em um total de 61 mil, escolas.

Nessa nova etapa do Programa Novo Mais Educação/2017. A SEMED, fez adesão de apenas 16 escolas e matriculou 1.310 alunos. Com previsão de atendimento em espaços arranjados nas escolas ou a pedido de cedência na comunidade e sendo feito arranjo também no transporte escolar e no calendário de atendimento – as escolas deverão atender os alunos no contra turno em apenas dois/três dias na semana. Com o funcionamento previsto para o início do 2ª semestre.

2.3.1. O PME em Curralinho

O município de Curralinho só aderiu ao Programa em 2012, incluindo 19 escolas e 947 educandos, o início das atividades aconteceram no primeiro semestre de 2013. No primeiro ano, o funcionamento foi negativo, devido à falta de informação, de planejamento e de estrutura física. Ninguém estava preparado para essa realidade. As escolas compraram os materiais, mais as atividades não funcionaram.

A adesão de 2013, com o funcionamento em 2014 a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) contratou um técnico, exclusivo para o funcionamento do Programa. Com essa iniciativa algumas escolas conseguiram desenvolver diversas atividades.

Em 2015, o município fez uma adesão de 23 escolas e uma matrícula de 2.912 alunos, momento em que o projeto começou a apresentar eficácia mostrando retornos positivos. Todas as escolas atendiam com transporte escolar e no horário de contra turno das aulas regulares, em espaços improvisados como: bibliotecas, corredor, sala de professor e pátio da escola– já que as mesmas não têm espaços suficiente disponíveis. Algumas faziam acordo de cedência com a comunidade, e as atividades aconteciam em espaços diferenciados como: quadra esportiva, ginásio de esporte, salão paroquial e sede de festa. Apenas 4 escolas em parceria com a comunidade construíram, espaço próprio para o atendimento dos alunos no

contra turno – a escola pesquisada é uma delas. Para o funcionamento no contra turno as escolas faziam arranjo também no transporte e na alimentação escolar, pois o recurso destinado pelo Programa era insuficiente, para que o calendário fosse cumprido. Assim, as escolas atendiam os alunos do Programa em apenas dois/três dias na semana. No final de 2015, para celebrar o sucesso do PME nas escolas, a SEMED e a Secretaria de Cultura encerraram o ano letivo com “A primeira amostra cultural de Currálinho”, um evento que durou 5 dias e contou com a presença de todas as escolas onde funcionava o Programa. As escolas fizeram exposições artesanais, de hortaliças, plantas nativas, plantas medicinais, brinquedotecas, gibitecas. Houve apresentação de todos os grupos teatrais, grupos de dança, grupos musicais, canto coral. Competições esportivas de judô, capoeira e competições de leituras entre outras atividades. Todas as escolas fizeram demonstração das atividades realizadas.

2.4. O Tempo Pedagógico na Escola

Pode-se dizer que a noção de tempo, faz parte da vida do ser humano. O tempo de certa forma é um meio de regulação da vida social e uma forma do ser humano se orientar no mundo. Se observarmos as civilizações mais antigas, veremos que elas usavam os movimentos do sol, da lua, das marés; as estações do ano, entre outros fenômenos naturais como referências temporais. Com as descobertas e a evolução sociocultural, do ser humano, essas referências foram sendo substituídas pelos relógios e calendários, símbolos reguladores mais precisos e objetivos para a vida e o cotidiano na sociedade atual. Esses instrumentos, de contagem e medição do tempo são essenciais para a percepção temporal. De certa forma, o relógio impõe ritmo a vida das pessoas e o calendário conta os anos, “hoje, somos prisioneiros do tempo contado em segundos, minutos, horas, dias, meses, anos, décadas e milênios” (Whitrow 1993, p.31). Ou seja, o ser humano habituou-se, a seguir relógios, calendários e agendas sem questionar o sentido do tempo. Adotou-se uma vivência cronológica do tempo de forma intuitiva, tendo o tempo como algo que flui lenta ou aceleradamente. Muitas vezes as atividades são desenvolvidas não pela necessidade, mas porque “está na hora”.

É costume dizer “o tempo passa”, fazendo assim, imposição ao movimento do tempo, no entanto, percebe-se que o tempo não tem existência física, não passa. Na realidade o ser humano é que passa e envelhece, são os acontecimentos que têm começo, meio e fim, a ação do tempo é que, se faz presente nas transformações.

Portanto, o que chamamos de “tempo” significa, antes de mais nada, um quadro de referência do qual um grupo humano – mais tarde, a humanidade inteira – se serve para erigir, em meio a uma sequência contínua de mudanças, limites reconhecidos pelo grupo, ou então para

comparar uma certa fase, num dado fluxo de acontecimentos, com fases pertencentes a outros fluxos, ou ainda para muitas outras coisas. (Elias 1998, p.60).

Nesse sentido, a experiência do tempo não é universal, mas varia, ou seja, não é necessariamente a mesma para todos os grupos sociais e não foi a mesma para os seres humanos em diferentes períodos do processo de civilização. Elias argumenta que os processos específicos de tempo que a maioria das pessoas procura marcar com a ajuda de relógios e/ou calendários, por exemplo, não são compartilhados por todos os grupos humanos. A experiência do tempo para o homem da idade média foi diferente daquela que é vivida hoje pelas pessoas que habitam as cidades. Então, é preciso compreender o tempo como um processo historicamente situado e sujeito aos eventos da humanidade.

O tempo é uma convenção social. A sua forma de determinação é resultante de um processo de evolução que se deu ao longo de séculos numa ligação recíproca com o aumento de necessidades sociais específicas de coordenar e sincronizar o desenrolar das atividades humanas entre si, e destas com o desenrolar dos processos físicos externos aos homens. Assim, a noção de tempo é evidenciada pelas coerções temporais externas exercidas pela sociedade sobre as pessoas, sob a forma de calendários e relógios. As coerções decorrem das estruturas e relações sociais e dos processos naturais, como o envelhecimento, e suscitam o desenvolvimento de uma autodisciplina que regula a relação do indivíduo com o meio social. “Elas exercem uma pressão relativamente discreta, comedida, uniforme e desprovida de violência, mas que nem por isso se faz menos onipresente, e à qual é impossível escapar” (Elias, 1998, p. 22)

(...) uma crescente dualidade da noção temporal – o tempo físico e o tempo social. Nesta divisão conceitual, o tempo físico pode ser indicado como aquele que se inicia sob o domínio de Chrónos e determina o ritmo e a contagem do tempo que guia o mundo em dias, horas, minutos etc. e o tempo social – o Kairós, que pode ser indicado como o tempo vivido pelos homens, nem sempre coincidente com o tempo cronológico. (Ferreira; Arco-Verde, 2001, p. 7).

Essas diferentes concepções de tempo, como processo vivido e experiência no tempo social e físico, determinado por meio dos relógios e calendários - são importantes para a nossa discussão, pois é nesse contexto que tentaremos compreender a coexistência do tempo prescrito e do tempo real no trabalho de ensino. Da mesma forma que o tempo é uma instituição social construída historicamente, o tempo escolar é um tempo social vinculado à

regulação da vida na escola. Segundo Ferreira e Arco-Verde: “o tempo escolar é institucional, é organizativo e é fato cultural. Como tal, resulta de uma construção histórica” (2001, p.8).

O tempo escolar e o estabelecimento de horários, com a distribuição de conteúdos, matérias e atividades durante o ano letivo é fruto de mudanças das concepções de educação escolar e das reformas educacionais. Embora os tempos escolares tenham sido definidos pelo currículo nacional único e pela legislação, as discussões em torno dessa dimensão importante no trabalho educativo, ganharam relevância no fim do século XX e continuam em relevância no início do século XXI. Essas discussões trazem elementos para a reflexão sobre a sequência temporal que orienta a organização do trabalho escolar, as diferentes formas pelas quais passou e tem passado, bem como suas múltiplas temporalidades, seus usos e significados.

No Brasil, como em vários países da Europa, a estruturação do tempo escolar teve influência das escolas Jesuítas, por meio do “Ratio Studiorum”- Regulamento, Normas e Regras de Estudo. Exposição longamente elaborada dos métodos e das regras em uso em todos os estabelecimentos de ensino da Companhia de Jesus. Dessa forma a organização do tempo na escola caminha junto com a institucionalização da escola pública e ganha a legitimação sob o controle do Estado.

A atuação legal do Estado sobre a prescrição do tempo cresce no decorrer do século XVIII neste continente, e intensifica-se no século XIX, acompanhando o processo de secularização da escola elementar e a configuração dos sistemas estatais de ensino. A normatização do tempo pelo Estado significou, em toda parte, colocar em ação um dispositivo de racionalização do ensino e de controle sobre a infância e os professores (Souza, 1999, p.129).

Percebe-se dessa forma que, o tempo escolar é estabelecido pelo Estado com normas de ensino e pelo controle sobre as atividades dos alunos e dos professores, a proposta pressupõe a ordenação da burocracia escolar por meio da organização pedagógica e disciplinar. A proposta do tempo por meio de calendários, rotinas, programas e projetos na escola tem como foco as práticas escolares, atividade principal da organização do ensino.

A legislação foi um dos instrumentos amplamente utilizados pela burguesia liberal para reformar os sistemas de ensino e adequar a escola aos interesses dos grupos hegemônicos no poder e às necessidades da nova ordem social. Em que pesem as diferenças entre tempo formal e os usos e práticas do tempo real nas escolas, é preciso reconhecer que a lei também é uma forma discursiva e uma forma de intervenção social. (Souza, 1999, p. 129-130).

A obrigação escolar foi uma das primeiras prescrições do Estado em relação ao tempo escolar estabelecida na Constituição em 1824, que fixou a frequência escolar obrigatória para crianças em idade de 7 aos 12 anos. A lei buscou incorporar na escola concepções sobre organização espacial, temporal, administrativa e didático-pedagógica, de modo a orientar a implantação de uma escola homogênea, padronizada e uniforme. “A ordenação do tempo escolar pautou-se na aspiração de uniformização e controle, regulamentou-se a frequência, a duração do curso primário, o calendário, a jornada e a distribuição das atividades e do programa (Souza, 1999)”. É nesse processo de ordenação do tempo escolar, marcado pela prescrição de normas e pelo controle da prática escolar pelo Estado, que o calendário escolar é amparado.

Em seu artigo sobre “Cadências escolares e ritmos docentes”, Teixeira afirma que, após analisar os calendários de algumas escolas, observou que eles:

especificam vários períodos e temporalidades, delimitando conjuntos de tempos/atividades, tais como: as jornadas de trabalho e dias de descanso (feriados, recessos, férias); as subunidades de temporalização como bimestres, quinzenas, semanas e dias letivos; os períodos festivos e comemorativos (dia das mães, do índio etc); as datas pedagógicas especiais, como os dias de planejamento, “as semanas de avaliação”, os períodos de recuperação; os períodos não letivos, como os de seleção e de matrícula; as datas das reuniões e assembleias escolares; a programação extra escolar, como as excursões; os “dias de conveniência”, as feiras de cultura, as competições esportivas e etc. (1999, p. 98).

Pode-se dizer que, o calendário escolar evidencia o caráter de organização, planejamento, continuidade, uniformidade e linearidade do tempo vivido na escola de acordo com a idade das pessoas e aproveitamento do tempo em consonância com o processo de ensino-aprendizagem e produção escolar. O ano – tempo social submetido aos ritmos do universo - no calendário escolar é a unidade fundamental pois, ele institui-se um tempo de trabalho permanente que só para quando recebe autorização.

O ano possui uma dimensão Cíclica, associada à racionalização dos programas, isto é, à concepção de série, aprovação/reprovação. O início do ano letivo, corresponde, assim, aos meses de janeiro e fevereiro e compreende para as crianças, o principiar de uma nova série ou a repetição da anterior. O ano se encerra com os exames finais, atestado de conclusão da série e corresponde aos meses de novembro e dezembro (Souza, 1999, p.133).

Foi com essa organização do tempo, o ensino simultâneo, a produção escolar e a reunião de várias salas de aula em um mesmo local, que serviu de base para se constituir a Escola Primária moderna. Essa organização pedagógica compreendia o estabelecimento da classificação uniforme dos alunos e a ordenação dos planos de estudo, ou seja, a organização e temporalidade dos conhecimentos que eram transmitidos - conteúdos, lições e exercícios – aos alunos.

Esse modelo de organização tem como objetivo racionalizar e padronizar o trabalho educativo, delimitando e controlando o trabalho escolar. Com o uso dos relógios e campainhas, os horários de aula são ordenados em função das disciplinas escolares e de sua sequência ao longo dos dias, semanas, meses e anos. Visando facilitar o trabalho docente. Nessa perspectiva, a organização do tempo escolar no Brasil teve sua origem no final do século XIX com a escola organizada em graus de ensino, classificação de alunos e várias salas de aula. Esse novo modelo de ensino representado pelo grupo escolar significou uma das mais importantes inovações educacionais na época.

Os grupos escolares, concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber... encarnavam, simultaneamente, todo um conjunto de saberes, de projetos políticos educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. (Filho & Vidal, 2000, p. 25).

Libâneo, (1993) entende que o homem é um ser histórico, cujas ações e pensamentos mudam com o decorrer do tempo, transformando o mundo de acordo com suas necessidades. Se o homem é o resultado dessa mudança, do processo ao qual constrói a cultura e a si próprio, a natureza humana não é estática nem eterna. A partir dessas relações, os homens criam padrões de comportamentos, instituições e saberes, cujos aperfeiçoamentos são decorrentes do tempo, e realizados pelas gerações sucessivas “É a educação que mantém a memória de um povo, afirma Aranha” (1996), ao relatar que a educação é uma instância mediadora que torna possível a reciprocidade entre indivíduo e sociedade.

Dessa forma acredita-se que, com o decorrer do tempo, as lutas e as mudanças significativas, que envolvem o processo ensino-aprendizagem/escolarização no Brasil, é chegada a hora de buscar meios para se efetivar a implementação da Educação Integral em Tempo Integral que, tem como meta a educação para todos. Construir uma escola Integral é uma tarefa social, não cabe somente ao sistema/professores, mas, todas as sociedades, nesse sentido, precisam construir condições reais para o atendimento dos educandos e de suas reais necessidades. Para que isso ocorra é preciso contar com a participação de todos nesse

processo. É muito importante que o profissional da educação incorpore, em sua prática pedagógica, uma constante reflexão sobre a necessidade de extensão diária, do período de escolaridade do educando para se chegar à Educação Integral.

A ação de integrar assim compreendida propiciará um vir `tona das potencialidades ou competências escondidas, abafadas, camufladas. Dizemos assim da busca integradora dos projetos coletivos ou comuns. Dizemos da integração como o aflorar de descobertas das pessoas presentes em nossos espaços e em nossos tempos – a descoberta das pessoas em suas múltiplas possibilidades e potencialidades (Fazenda, 2000, p. 143).

2.5. A Ampliação do Tempo e a Organização do Espaço Escolar na Educação Integral em Tempo Integral.

A organização do tempo e do espaço, compreendidos como uma interpretação histórica e social que se diferencia de acordo com as peculiaridades materiais e simbólicas de cada grupo social, denota suas crenças, seus sentimentos, tradições e uma diversidade de estilos de vida e de manifestações culturais. Cada grupo social sincroniza seu tempo real (baseado nas teorias físicas e matemáticas) a um tempo ideal (que corresponde a desejos e necessidades relacionados a modos de vida), criado para atender suas necessidades existenciais e produtivas – o tempo da alimentação, do descanso, do trabalho, do lazer, do convívio familiar, da escola etc. –, estabelecendo uma dinâmica de temporalidade e espacialidade própria de cada sociedade. A organização dos calendários e horários de funcionamento das escolas é, sem dúvida, uma questão de evidente repercussão social, merecedora, portanto, de ampla discussão e envolvimento dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de escolarização. Nesse sentido, o debate supõe a necessidade de ruptura de tradições e rotinas incorporadas à tradição escolar a partir da revisão dos interesses e das condições objetivas de trabalho. O tempo da escola funciona como um regulador – material, funcional e simbólico – que incide nas possibilidades e limites da socialização escolar, bem como na quantidade e na qualidade das experiências de aprendizagem que os estudantes podem ter ao longo de um ano letivo.

A Educação Integral constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, adolescentes e jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. Ela se dará por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o

processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos. Não se trata, portanto, da criação ou recriação da escola como instituição total, mas da articulação dos diversos atores sociais que já atuam na garantia de direitos de nossas crianças e jovens na corresponsabilidade por sua formação integral. (PDDE– Manual de Educação Integral, 2009, p.88).

A perspectiva da EITI vai muito além de aulas de reforço – dedicadas ao ensino-aprendizagem da leitura, escrita ou cálculos matemáticos. É uma ação que articula os projetos da escola, através de atividades esportivas, informática, arte, música, teatro, artesanato, entre outros, para melhorar a aprendizagem e proporcionar interação do educando com o meio em que está inserido.

Dar espaço para a educação integral é dar espaço para a formação cidadã, que vai além da educação escolar. Percebe-se, no entanto, que, apesar do cenário educacional, não ser dos melhores, a implementação da EITI parece ser um objetivo de muitos, a ser alcançado. Nas últimas décadas os órgãos governamentais decidiram implementar políticas públicas que induzem as comunidades escolares a isso. No entanto isso não é o suficiente, faz-se necessária a intensificação de debates sobre os meios e as condições de tal implementação pois ela depende de “questões de cunho filosófico, [...] reflexões sociológicas, político-pedagógicas e administrativas” (Cavaliere, 2002, p. 07).

Quando se fala em Educação Integral, os primeiros elementos que costumam ser pensados é a extensão da quantidade de horas que o educando passa na escola e a organização do espaço, onde o educando realizará suas atividades. Embora a Educação Integral, possa se dar em diferentes tempos e espaços, a ampliação da jornada e organização/reorganização dos espaços, tem sido muito debatido, devido as grandes dificuldades de cunho financeiro enfrentado, pelas escolas.

Na impossibilidade de ampliar o atendimento em horário integral – até hoje considerado um privilégio pelo investimento que envolve – muitas escolas públicas das redes municipais, vêm oferecendo atividades extraclases que representam algumas horas a mais na escola. Em algumas redes, permite-se que alunos do ensino fundamental frequentem os dois turnos escolares, numa forma precária e improvisada de oferta de horário integral (Castro & Faria, 2002, p. 85).

A necessidade de extensão do horário de permanência e os espaços a serem ocupados durante esse período de extensão, vai de encontro a falta de recursos financeiros para a organização dos espaços e compra de alimentação, pagamento dos educadores, manutenção do transporte e compra de materiais didáticos Tudo isso tem sido muito debatido e de certa

forma arranjado, pois são, característica das políticas públicas indutoras, voltadas para essa concepção de ensino, Como acontece no PME do Governo Federal e outros programas implementados por iniciativa dos estados e municípios. Com essas iniciativas, percebeu-se na última década, um crescimento no número de vagas ofertadas pelas escolas com jornada ampliada.

No entanto o fato do educando ficar o dia todo na escola, não garante que ele tenha acesso a uma educação integral. A educação integral que o educando deve receber é aquela que, associada ao processo de escolarização, torna-se um meio de conectar aprendizagem, à vida e ao universo de interesses e possibilidades do educando, o tempo de permanência do educando na escola deve ser sempre, em circunstâncias de aprendizagem.

Portanto, nesse momento, se faz necessário discutir os desafios e os caminhos desse modelo de educação que visa uma formação mais global. Percebe-se a necessidade, de ser ampliado o tempo e organizado/reorganizado os espaços, dos educandos na escola, no entanto, como qualificar essas horas e esses espaços a mais? Para Alais Ávila do Instituto C&A – organização sem fins lucrativos, fundada no ano de 2014 pela rede de lojas C&A Modas - o aumento do tempo em que os educandos ficam na escola é uma pauta muito importante, e adotada em “todos os países que levam a educação a sério”. Estender o tempo dos educandos dentro das escolas e organizar o espaço, não melhora por si só a qualidade do ensino, nem garante o desenvolvimento integral do mesmo. É necessário, portanto, garantir espaços adequados, extensão do tempo de permanência dos educandos na escola dentro de um planejamento que garanta uma formação mais completa, para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Entendemos Educação Integral dentro de uma concepção crítico-emancipadora em educação. Na prática ela eclode como um amplo conjunto de atividades diversificadas que, integrando o e integradas ao currículo escolar, possibilitam uma formação mais completa ao ser humano. Nesse sentido, essas atividades, constituem-se por práticas que incluem os conhecimentos gerais; a cultura; as artes; a saúde, os esportes e o trabalho. Contudo, para que se complete essa formação de modo crítico-emancipador, é necessário que essas práticas sejam trabalhadas em uma perspectiva político-filosófica igualmente crítica e emancipadora (Hora, Coelho apud Babalim, 2006, p.8).

Dessa forma pode-se perceber o potencial da Educação Integral para a qualificação da educação. Isso porque, tanto a escola como os docentes e os conteúdos abordados se aproximam mais uns dos outros e da realidade social. A extensão da jornada escolar possibilita, que a escola invista em dimensões formativas que não fazem parte do contexto

regular, mas que, podem estreitar ainda mais essa relação, promovendo assim a emancipação e a formação do educando. A organização dos espaços pedagógicos, devem ser pensados de acordo com o projeto educacional, paralelo ao projeto de vida do educando e sua realidade. Esses fatores possibilitam o rompimento dos muros das instituições, tornando a escola mais próxima da comunidade, ficando mais atrativa aos olhos do educando, capaz de ser reconhecida como possível meio para um projeto de vida.

A organização do tempo e do espaço, compreendidos como uma interpretação histórica e social que se diferencia de acordo com as peculiaridades materiais e simbólicas de cada grupo social, denota suas crenças, seus sentimentos, tradições e uma diversidade de estilos de vida e de manifestações culturais. Cada grupo social sincroniza seu tempo real (baseado nas teorias físicas e matemáticas) a um tempo ideal (que corresponde a desejos e necessidades relacionados a modos de vida), criado para atender suas necessidades existenciais e produtivas – o tempo da alimentação, do descanso, do trabalho, do lazer, do convívio familiar, da escola etc. –, estabelecendo uma dinâmica de temporalidade e espacialidade própria de cada sociedade (Campo, Branco & Daniel, 2016, p.1).

Entretanto essas qualificações, não ocorrem de forma natural, na Escola de Tempo Integral, a sua estrutura e normatização, por si só, não garante a “qualidade” do processo educacional. Ela, se não adaptar o tempo e os espaços às necessidades da comunidade escolar em que se insere, pode significar, somente a reprodução de um determinado modelo, ou seja, ela pode nas horas a mais “oferecer mais do mesmo e nas mesmas condições”.

Romper a dicotomia, entre as aulas acadêmicas e as atividades educacionais complementares, exige a elaboração de um projeto político-pedagógico aberto à participação e à gestão compartilhada de ações convergentes a formação integral da criança, de adolescentes e de jovens – do contrário, pode-se estar apenas capturando o seu tempo livre, com a pretensão de que, na escola, ficarão melhor cuidados ou de que aprenderão mais, permanecendo por mais tempo na escola, ou seja oferecendo-lhes “mais do mesmo” – o que as experiências nessa direção têm demonstrado não melhorar o processo de aprendizagem (Brasil, 2009, p. 33).

Elaborar o projeto político-pedagógico de forma colaborativa é um elemento fundamental para o sucesso da implementação da EITI. Quando o educando for ouvido em suas necessidades e elas forem traduzidas nos Planos e Projetos educacionais a serem aplicados nas salas de aula. Ele se sentirá parte integrante da escola e mais à vontade nas discussões e atividades pedagógicas e os adultos poderão ser mais percebidos como mediador e menos professor. Isso pode aumentar a possibilidade de construir/reconstruir novos arranjos

de tempos e espaços, novas formas de pensar, criar e recriar a relação com o conhecimento e o encontro entre os sujeitos, descentralizando o conteúdo e dando oportunidade de novos meios para se chegar ao conhecimento.

Vive-se um momento importante na educação, inúmeras experiências de EITI estão sendo vivenciadas no Brasil, com diferentes estruturas, arranjos e concepções. É necessário, no entanto, que as horas a mais sejam pensadas, dentro da possibilidade de diversificação do conteúdo, inovação de suas metodologias e dinamização dos espaços, para que esta, não acabe de fato, reproduzindo o mesmo modelo de ensino nos dois períodos e em um mesmo ambiente, sem que haja de fato aprendizado.

Cavaliere apresenta duas visões diferentes de se ver a extensão do tempo escolar:

“A escola de tempo integral e o outro como o aluno em tempo integral”. No primeiro, a ênfase estaria no fortalecimento da unidade escolar, com mudanças no seu interior pela atribuição de novas tarefas, mais equipamentos e profissionais com formação diversificada, pretendendo propiciar a alunos e professores uma vivência institucional de outra ordem. No segundo, a ênfase estaria na oferta de atividades diversificadas aos alunos no turno alternativo ao da escola” (Cavaliere 2009, p.53).

Percebe-se que, a implementação da EITI é muito delicada, não só por se tratar de um projeto financeiramente dispendioso mais, por se tratar de algo muito complexo, que necessita de muita reflexão e investimento emocional e humano, para que ela não se torne um meio para as crianças e jovens não estarem nas ruas, isso não é uma forma de ajudar a educá-los, mas sim uma questão política para retirá-los das ruas e colocá-los numa instituição. O educando não necessita apenas estar em uma instituição é necessário que ele receba formação, para o ofício do trabalho e se prepare para interagir com a sociedade.

É muito claro a necessidade, de ampliação do tempo, organização dos espaços e adaptação dos currículos para o atendimento dos educandos, mais essas mudanças devem acontecer, com objetivo de formar sujeitos em suas várias dimensões, através de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade e integral. Não se pode pensar em educação de qualidade para a atualidade, sem primeiro reformular nossas práticas pedagógicas e procurar entender os homens/mulheres que vivem no século XXI. Para Lacerda (2013 p.1) “A educação das crianças hoje não pode ser a mesma que foi dada a seus avós, elas têm o direito de aprender, mas não tem a obrigação de ter a mesma educação que foi dada a seus avós”.

2.6. Qualidade do Ensino na Educação Integral em Tempo Integral

As famílias e os políticos tendem a se ater ao que está logo à vista: a infraestrutura. Assumem – equivocadamente – que se o prédio é moderno, a educação no seu interior é boa. E, ao contrário: se o lugar é precário ou a educação se faz ao ar livre, presumem – erroneamente - que a educação é má (Portal Aprendiz, 2014, p.1).

Qualidade, associada à educação, é entendida e trabalhada de muitas maneiras. Por muitos anos vem sendo assunto de boa parte da população – educadores, políticos, responsáveis de alunos entre outros – e no mundo inteiro. Escolas bem equipadas com materiais didáticos, computador e internet é sinônimo de modernidade e qualidade, para outros – oriundos de famílias de baixa/sem nenhuma renda – muitas vezes a qualidade da educação se traduz em uma oportunidade de se ter uma refeição segura por dia.

Importante destacar que a escola deve transformar o aluno em um sujeito construtor do seu conhecimento, e o professor deve posicionar-se como um orientador desta construção. Situações do contexto social devem estar presentes na sala de aula e a aprendizagem deve ser responsável e compartilhada (Libâneo, 2012, p.1).

No entanto, poucos se preocupam e ocupam-se do mais importante, que é: o quê, e como se ensina; o que e como se aprende; o estímulo das habilidades e competências no processo de leitura e interpretação, são fatores indispensáveis para uma educação de qualidade em qualquer idade. Outro fator importante na educação é o método de avaliação, muitas vezes mal pensadas e mal executadas, cujos resultados não revelam nada de significativo e nem levam a reparos. A culpa sempre é colocada nos avaliados, nunca nos avaliadores. A avaliação distrai do importante: a aprendizagem. Certos métodos avaliativos, põe uma tensão enorme nos alunos, tornando o ensino um calvário. Muitas vezes professores e escolas, fomentam a competição e o engano. Para Mosé “a escola contemporânea precisa saber ensinar o aluno do século 21 a aprender a aprender” (2013, p. 1)

O processo ensino-aprendizagem, dentro das necessidades da Educação Integral exige grande dedicação na articulação, execução e avaliação do planejamento pedagógico/plano-de-ação. Instrumentos, que servem como coluna dorsal da Instituição escolar, neles se propõem todas as necessidades básicas, do processo educacional para a formação de homem/mulher em sua integralidade.

Jaqueline Moll, diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, apresenta um conjunto de pressupostos implicados nesta visão de educação integral:

- a escola pública, gratuita e de qualidade como bem inalienável das classes populares e instituição coordenadora e articuladora do movimento instituidor da educação integral;
- a abertura fecunda da escola para a comunidade e da comunidade para a escola, já que não há educação integral em tempo escolar sem novos pactos entre famílias, educadores e escola, por não se tratar da instauração como instituição total, mas sim da articulação de um conjunto de possibilidades que qualifiquem a educação pública;
- a valorização dos saberes popular como saberes legítimos a serem trabalhados/incluídos no “currículo escolar”, implicada em uma profunda mudança cultural, uma vez que revisita toda a tradição cartesiana que reduz os saberes e modos de expressão populares a irracionalismos, credences e tradições infundadas;
- a revisão dos currículos escolares para a valorização tanto dos saberes clássico (patrimônio da humanidade nos vários campos) quanto dos saberes cotidianos do mundo da vida;
- a articulação dos diferentes campos e ações políticas para possibilitar o aprendizado coletivo e individual e o trabalho Inter setorial, aproximando áreas, temas, equipamentos públicos (...);
- a escuta das crianças e dos jovens como sujeito de direitos na cena escolar, e não “objetos” da ação docente. (2009, p. 15).

Os pressupostos apresentados por Moll, vem sendo discutido em todos os ambientes, onde se trata de “qualidade” em educação, pois a escolarização brasileira tem sido alvo de abordagem com destaque ao desempenho dos educandos. Os resultados apresentados pelo IDEB, por exemplo, revelam que há dificuldade no processo ensino-aprendizagem pois, um sistema educacional democrático, não alcança o sucesso apenas com a permanência e acesso à escola, ele precisa ter qualidade.

O sistema governamental no Brasil, está condicionado à ideia de que, “qualidade” na educação se traduz em construção de novos prédios escolares e compras de materiais. Mesmo alguns, profissionais da educação, entendem que escolas superlotadas e um bom salário, representa qualidade na educação. No entanto se for feito, alta avaliação, dos processos educacionais que se têm, seus resultados e compará-los com seus objetivos e suas necessidades. Chegar-se-á a conclusão que, nossos sistemas educacionais ainda estão muito além, do que se necessita para se chegar a uma educação de qualidade e para todos.

A Educação Integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação. Ela será o resultado dessas condições de partida e daquilo que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, educandos e das comunidades que podem e devem contribuir para ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso à

educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem. (BRASIL, 2009, p. 6).

A escola é a instituição responsável pelo primeiro contato da criança com a sociedade fora de casa, ela é a instituição que a humanidade criou para a socialização dos saberes sistematizados. Independentemente de suas modificações no decorrer da história, a escola é o lugar de formação, onde espera-se que homens/mulheres tenham acesso ao conhecimento necessário à vida em sociedade. Nenhuma outra forma de organização até hoje foi capaz de substituí-la. Vale lembrar que, a função da escola é importante, mas não se pode responsabilizá-la exclusivamente pela educação e pelo desenvolvimento moral dos educandos. Existem ainda, outras instituições responsáveis por essa educação, a família por exemplo é responsável em ensinar os valores e princípios éticos aos seus, valores imprescindíveis à formação do caráter e da cidadania. A educação é um direito social que ocupa lugar de destaque nas agendas de políticas governamentais implementadas por países que ainda apresentam taxas elevadas de analfabetismo.

Uma educação de qualidade acontece quando o educar, modifica o pensamento do educador, e assim promovendo transformações na sua maneira de mediar as ações pedagógicas referentes a estes dois fatores. Percebe-se assim a importância da educação na vida das crianças, pois ajudará no desenvolvimento integral da mesma, com a mediação de todos os envolvidos no processo pedagógico na instituição educacional. O Sistema educacional, considerando todo o seu processo de desenvolvimento, acompanhado das mudanças sociais, apresenta uma política educacional que faz parte de um amplo projeto social, de uma totalidade, que deve ser pensada sempre numa íntima e dialética articulação com o planejamento mais global que uma sociedade constrói como seu projeto que se realiza por meio da ação do Estado (Craidy, 2001, p.81).

A Educação Integral, intensifica a busca pela educação de qualidade e para todos; através da implementação de métodos educacionais que estimule o desenvolvimento de homens/mulheres em todas as suas dimensões, oferecendo ambientes e condições que, proporcionem a formação intelectual, afetiva, social e física. Para isso é necessário que haja integração de tempos e espaços com a inclusão de todos os atores do processo educativo. É necessário ainda, que a educação não fique limitada ao espaço escolar e nem esteja apoiada exclusivamente no educador. Ela deve proporcionar um meio de envolvimento e compartilhamento de saberes, dentro e fora da escola, de forma integral e para todos.

É na escola, especificamente, através da organização dos currículos e aplicação dos conteúdos programáticos nas salas de aula ou ambientes de aprendizagens que as políticas

educacionais se efetivam. Ensinar é dar condições ao educando para que ele se aproprie do conhecimento historicamente construído e se insira nessa construção como produtor do conhecimento. O ato de ensinar só acontece de fato quando o educando se apropria do que foi ensinado e torna-se capaz de traduzi-lo através de ações.

Quando a escola, for capaz de trazer tudo isso para os seus ambientes de aprendizagem, a educação de qualidade e para todos, acontecerá. Assim homens/mulheres estarão vinculados a ideia de pertencer à uma sociedade. Para ajudar educadores, pais e qualquer cidadão a entender o que é Educação Integral e o que é preciso para desenvolvê-la, o PORVIR/2013, fez um compilado dos 10 pressupostos que envolvem o conceito: O direito a uma Educação de qualidade é a peça chave para a ampliação e a garantia dos demais direitos humanos e sociais; O objetivo final da Educação Integral é a promoção do desenvolvimento integral dos alunos, por meio dos aspectos intelectual, afetivo, social e físico; A educação não se esgota no espaço físico da escola nem no tempo de 4 horas, 7 horas ou mais em que o aluno fica na escola; A educação deve promover articulações e convivências entre educadores, comunidade e família, programas e serviços públicos, entre governos e ONGs, dentro e fora da escola; A escola faz parte de uma rede que possibilita a compreensão da sociedade, a construção de juízos de valor e do desenvolvimento integral do ser humano; Organizações e instituições da cidade precisam fortalecer a compreensão de que também são espaços educadores e podem agir como agentes educativos; A escola precisa fortalecer a compreensão de que não é o único espaço educador da cidade; O projeto político Pedagógico deve ser elaborado por toda a comunidade escolar refletindo a importância e a complementariedade dos saberes acadêmicos e comunitários; Ficar mais tempo na escola não é necessariamente sinônimo de Educação Integral; Passar mais tempo em aprendizagens significativas, sim; A escola funciona como um catalisador entre os espaços educativos e seu entorno e serve como local onde os demais espaços podem ser resinificados e os demais projetos, articulados; Além de demandar a articulação de agentes, tempos e espaços, a Educação Integral se apoia na articulação de políticas (cultura, esporte, assistência social, meio ambiente, saúde e outras) e programas.

Acredita-se, que esses critérios são indispensáveis a implementação do processo de Educação Integral na escola, pois ela é um importante pilar para a construção de uma sociedade mais igualitária e colaborativa e esperança para se chegar a tão sonhada “educação de qualidade”. Neste contexto, firma-se a ideia de implementação das ações da educação na sociedade contemporânea, na perspectiva quantitativa (educação para todos) ou na aposta

qualitativa (todas as dimensões da vida). Levando em consideração o meio ambiente e as diversidades de cada um.

O homem não se faz homem naturalmente. Para pensar e sentir; querer, agir ou avaliar, é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo. O saber que diretamente interessa à educação é o que emerge como resultado do processo de aprendizagem. Para chegar a esse resultado, a educação toma como referência o saber objetivo produzido historicamente. Portanto, a atividade educativa não é a responsável pela produção do indivíduo, mas a mediadora da apropriação da humanidade por ele (Saviane, 1986, p. 97).

II PARTE – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO

CAPITULO III – PARTE EMPÍRICA

3.1. Problemática

A Educação Integral reconhece o educando como sujeito de direito, atores sociais autônomos e indivisos com expressão e linguagem singular. Criadores e produtores de sua própria história. Ela valoriza e estimula a criação e produção autônoma e independente do educando, preservando a cultura e respeitando a diversidade, promovendo os direitos - inalienáveis - à vida, a saúde, a cidadania e a educação de qualidade; adquiridos em conjunto e para o conjunto, dando ênfase na multidimensionalidade que deve ser contemplada em todos os aspectos do processo ensino-aprendizagem. Garantindo assim, o desenvolvimento intelectual, social, emocional físico e cultural. Essa proposta de educação respeita o conhecimento que o educando traz em sua bagagem e busca trabalhar-la em seu favor. (Centro de Referência em Educação Integral, 2013, p1-3).

O desenvolvimento integral do educando é o elemento central da proposta de ensino-aprendizagem da Educação integral.

A metodologia de pesquisa, aplicada ao desenvolvimento deste trabalho é a qualitativa, que permitiu uma investigação sistemática, considerando os aspectos sociais e educacional dos envolvidos.

A referida pesquisa teve como foco, a identificação dos impactos causados pela Implementação da Educação Integral em Tempo Integral, na turma A do 8ª Ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Feliciano Peres Duarte, buscando ainda, traçar o perfil da Escola Ribeirinha com Educação Integral em Tempo Integral.

Para se alcançar os objetivos esperados, fez-se uso da pesquisa bibliográfica - com leitura de livros, artigos, entrevistas, entre outros - através dos quais buscou-se compreender a História da Educação Integral, seus objetivos e metas, avanços e retrocessos, bem como a legislação na qual está amparada. Fez-se uso também, da pesquisa de campo, através de entrevista com perguntas estruturadas - aplicadas aos responsáveis pelo processo educacional - bem como a aplicação de questionários com perguntas objetivas e subjetivas aplicados aos educandos. Os dados coletados foram observados e tratados estatisticamente, através de gráficos - realizados com a ajuda dos recursos tecnológicos.

A Educação Integral é um importante pilar para a construção de uma sociedade que busca o desenvolvimento humano, social e econômico, pois ela prepara o ser humano para dar continuidade ao processo de transformação de forma responsável. Neste contexto, firma-se a

ideia de que as ações da educação na sociedade contemporânea sejam, na perspectiva quantitativa (educação para todos) ou na aposta qualitativa (todas as dimensões da vida).

A Educação Integral constitui ação estratégica para garantir proteção e desenvolvimento integral às crianças e aos adolescentes que vivem na contemporaneidade marcada por intensas transformações: no acesso e na produção de conhecimentos, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional (MEC, 2009, p.18).

3.2. Objetivos

Ao explorar as referências que deram suporte bibliográfico para esse trabalho, definiram-se os seguintes objetivos:

1- Conhecer as opiniões e ideias dos profissionais e educandos quanto a implementação da Educação Integral em Tempo Integral na Escola Feliciano Peres Duarte, para assim poder identificar os impactos;

2- Divulgar na comunidade educacional as dificuldades enfrentadas pela implementação da Educação integral em Tempo Integral;

3- Estudar as possibilidades da Escola Ribeirinha, quanto a adaptação do espaço e tempo para a implementação da Educação integral em Tempo Integral.

3.3. Metodologia de investigação

Este trabalho é de cariz qualitativo. Trata-se de um estudo de caso que buscou conhecer as ideias e opiniões dos envolvidos no processo de implementação da EITI, na escola Feliciano Peres Duarte, no município de Curralinho/Pará.

Este estudo, foi realizado em um período de cinco meses, desde a sua elaboração até a análise das informações coletadas .

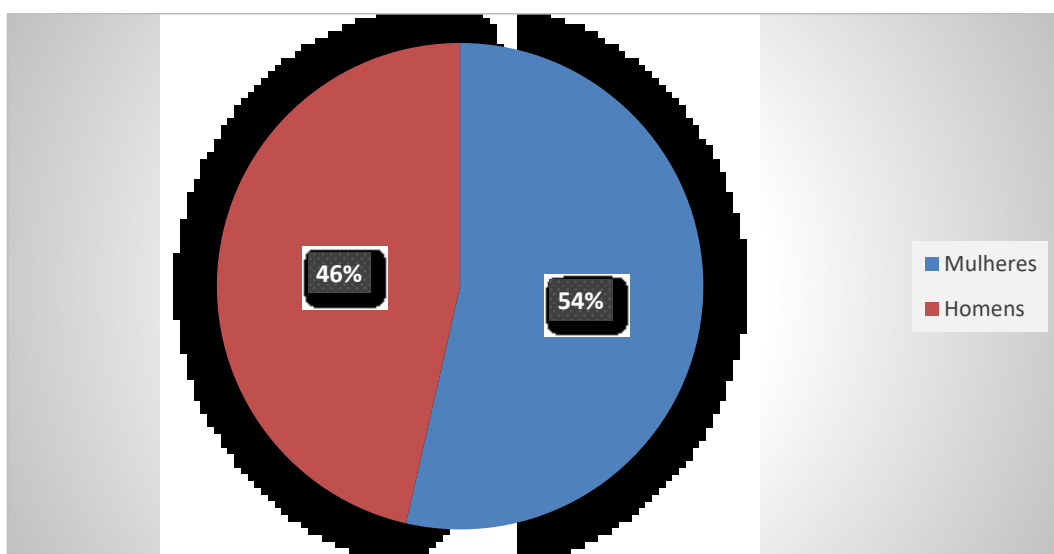
O estudo de caso aqui apresentado baseia-se então nos dados e informações coletados através da entrevista aplicada a 28 pessoas responsáveis pelo processo ensino-aprendizagem da referida Escola. Sendo estes, 26 profissionais da área educacional e 2 representantes da Associação de Pais e Mestres (APM), e o questionário foi aplicado aos 20 educandos. As interpretações dos dados foram feitas com base em análise de conteúdo . Vale ressaltar, entretanto que, estas interpretações são, de certa forma, limitadas já que existem mais pessoas envolvidas no processo de implementação da Educação Integral em Tempo Integral, na referida escola.

3.4. Participantes no Estudo

Participaram da entrevista 48 pessoas. Sendo 26 profissionais em educação com diferentes formações acadêmica e diferentes funções – o diretor e o vice-diretor; 01 coordenador pedagógico; 01 professor comunitário; 04 Monitores de Atividades do PME; 04 professores; 06 condutores de transporte escolar; 02 serventes; 04 merendeiras; 02 porteiros; 2 representantes da APM – presidente e secretario e 20 educandos, todos matriculados na Escola e participantes das atividades nos horários de extensão. Todos abaixo caracterizados.

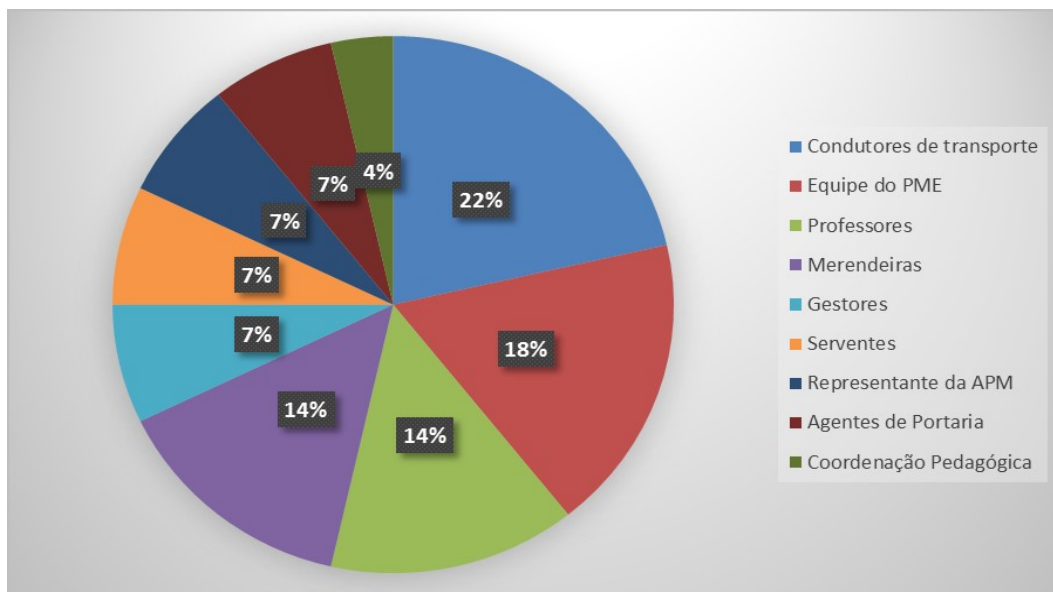
No que se refere aos trabalhadores em educação, apresenta-se a seguinte caracterização:

Gráfico 1 - Distribuição dos profissionais quanto ao gênero



Dos 28 entrevistados, 15 (54%) são mulheres 1 professora comunitária, 1 coordenadora pedagógica, 2 monitoras do PME, 3 professoras da turma, 2 serventes, 4 merendeiras, 1 agente de portaria, 1 secretaria da APM e 13(46%) homens – 1 diretor, 1 vice-diretor, 2 monitores, 1 professor da turma, 6 condutores do transporte escolar, 1 porteiro e 1 presidente da APM. Todos demonstraram grande interesse pela discussão sobre a implementação da Educação Integral em Tempo Integral, uma vez que esse novo modelo de educação parece ter conquistado a todos os que ali se encontravam.

Gráfico 2 – Funções desempenhadas na escola



Todos os participantes da pesquisa têm uma função na escola, muito embora estas sejam diferentes umas das outras. Segundo eles lutam para que todas sejam desempenhadas com o mesmo objetivo “a promoção do processo ensino-aprendizagem dos educandos”, segundo alguns, já a três anos buscam, na medida do possível, trabalhar dentro da filosofia de uma gestão participativa e democrática, onde todos participam de tudo, por isso estão organizados em equipe. Muito embora exista um sistema de hierarquia, eles procuram, respeitar o espaço uns dos outros. A baixo relacionados os que participaram da pesquisa.

Os 6 (22%) condutores, transportam os alunos diariamente e fazem a manutenção e a limpeza dos barcos. A equipe do PME 5 (18%) a professora comunitária e os monitores são responsáveis em fazer o planejamento e mediar as atividades, bem como acompanhar os alunos nas viagens para a socialização dos saberes.

Os 4 (14%) professores trabalham nas turmas regulares com disciplinas a fins e são responsáveis em participar do planejamento do PME nas atividades do acompanhamento pedagógico para a discussão sobre as dificuldades de aprendizagem.

As 4 (14%) merendeiras são responsáveis em manipular a alimentação escolar e manter limpa e organizada a cozinha e o depósito de alimentação. E as 2 (7%) serventes que tem a função de manter a escola limpa e organizada. Essa equipe é responsável também em acompanhar a equipe do PME quando precisam viajar. Elas são responsáveis em acompanhar a equipe do PME nas viagens.

A equipe gestora 2 (11%) diretor e vice-diretor têm a função legal e direta na organização do planejamento e de todas as ações diárias na escola. Eles dizem não trabalhar sozinhos no planejamento, eles sempre buscam meios de envolver a todos nas discussões,

segundo eles no começo foi muito difícil, mais atualmente quase todos já participam e se envolvem nas tomadas de decisões. O que ainda atrapalha, é a política partidária do município.

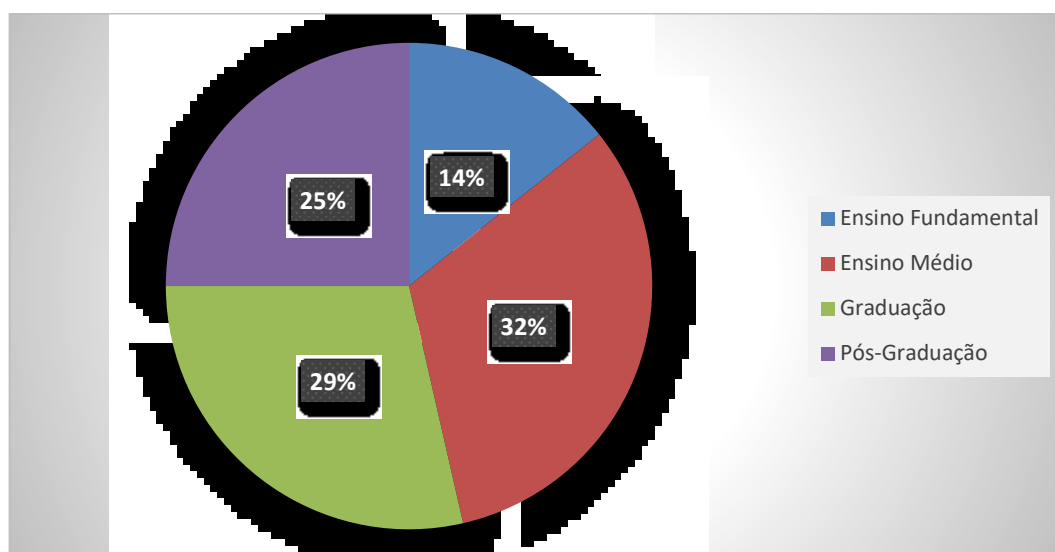
As 2 (7%) serventes tem a função de manter a escola limpa e organizada. Essa equipe é responsável também em acompanhar a equipe do PME quando precisam viajar.

Os 2 (7%) representantes da APM, são responsáveis em administrar os recursos que a escola recebe dos programas federais e participam nas decisões e dos planejamentos das ações pedagógicas e sociais.

Os 2 (7%) agentes de portaria, cuidam da organização e controle de entrada e saída dos educandos e funcionários.

A representante da 1 (%) coordenação pedagógica, organiza e coordena as atividades e os planejamentos pedagógicos além de contribuir na organização das atividades do PME.

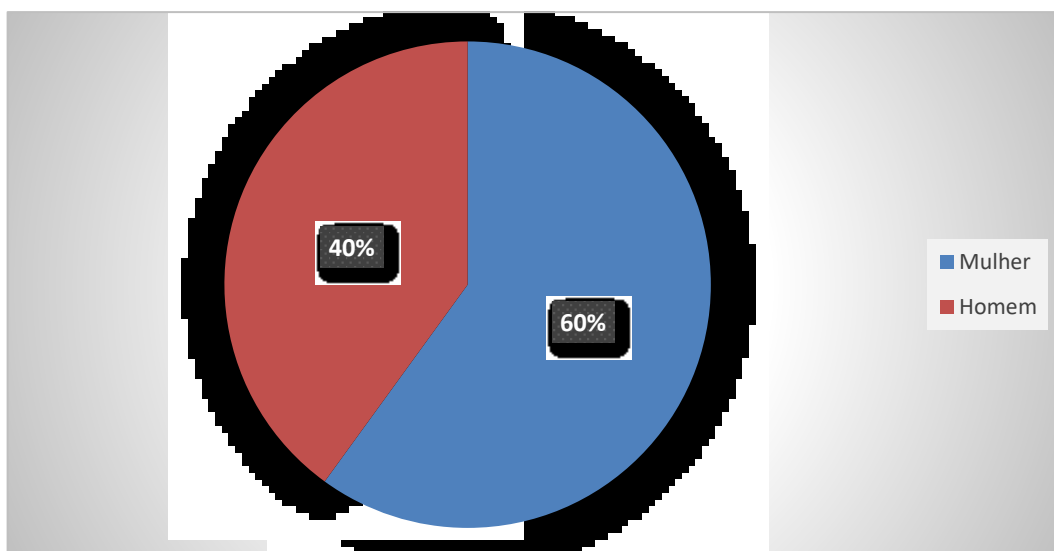
Gráfico 3 - Habilitações acadêmicas dos Profissionais



Dos 28 profissionais entrevistados, 7 (25%) tem graduação e pós-graduação – 1 diretor, 1 vice-diretor, 1 coordenadora pedagógica, os 4 professores da turma; 8 (29%) tem graduação – 1 professora comunitária, 4 monitores de atividades do PME, 1 presidente da APM, 1 agente de portaria; 1 merendeira; 9 (32%) ensino médio – 1 agente de portaria, 2 condutores, 2 serventes e 3 merendeiras, 1 secretária da APM; 4 (14%) apenas ensino fundamental – 4 condutores e transporte escolar.

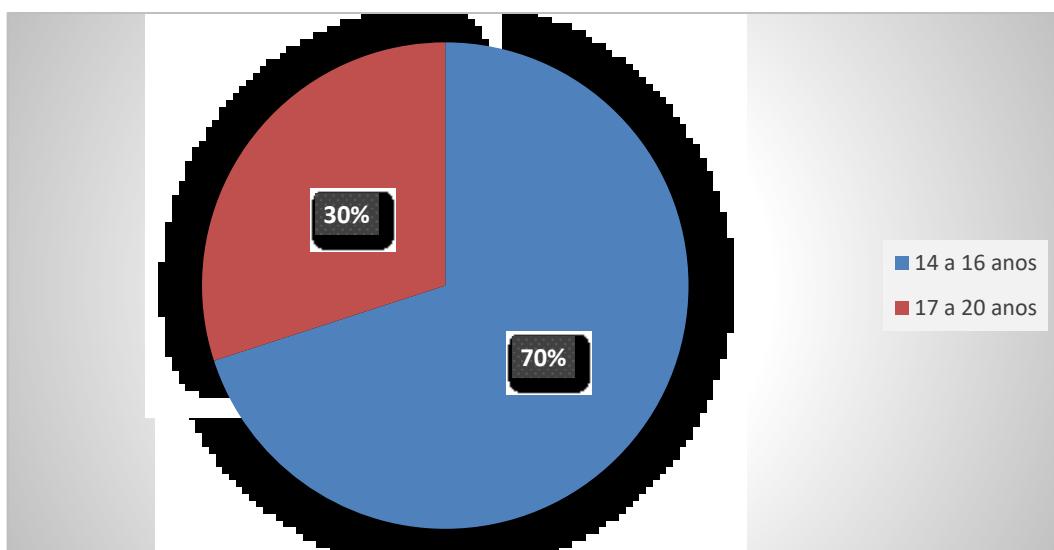
No que se refere aos 20 educandos efetivamente matriculados na turma A do 8º Ano do Ensino Fundamental, que foram inquiridos por questionários, a sua caracterização é a seguinte:

Gráfico 4 - Distribuição dos educandos quanto ao gênero



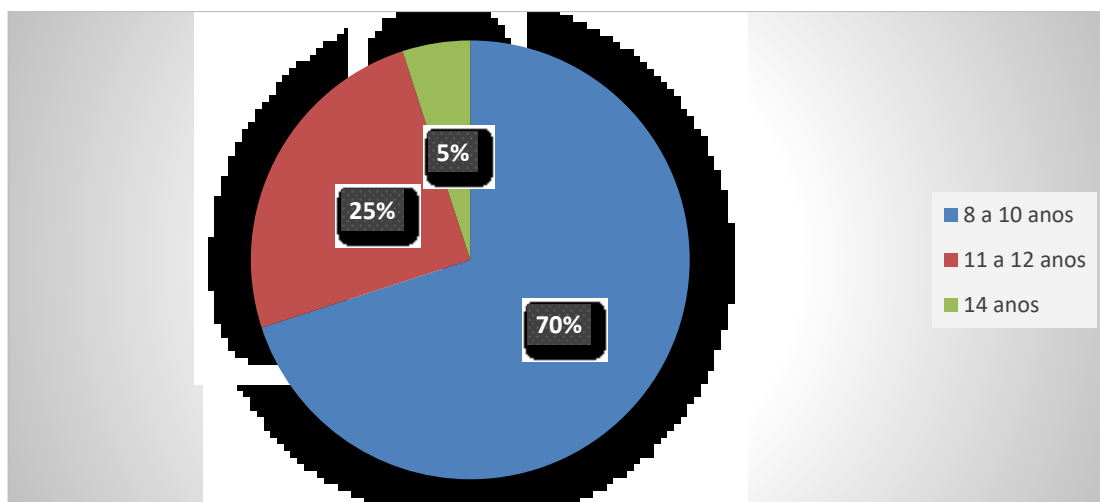
A turma A do 8º Ano do ensino do Ensino Fundamental, e composta de 12 (60%) meninas e 8 (40%) meninos, todos estão inseridos nas atividades do PME.

Gráfico 5 - Distribuição dos educandos quanto à idade



Dos 20 inquiridos apenas 14 (70%) educandos estão na faixa etária de 14 a 16 anos, 6 (30%) deles têm entre 17 e 20 anos.

Gráfico 6 – Tempo de frequência na escola



Dos 20 educandos inquiridos, 14 (70%) já frequentam a escola de 8 a 10 anos, (25%) 5 já frequentam entre 11 e 12 anos e 1 (5%) frequenta a escola já a 14 anos.

3.5. Caracterização do contexto

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Feliciano Peres Duarte, localizada na vila Calheira, a margem esquerda do Rio Canaticú, município de Curalinho, no Estado do Pará, distante da sede do município cerca de 95 km, via marítima. Foi selecionada como objeto de estudo, devido suas peculiaridades, como: a extrema pobreza do povo, a euforia dos responsáveis pelo processo educacional quanto a implementação da Educação Integral em Tempo Integral, os múltiplos esforços para a realização das atividades do PME, a baixa nota no IDEB, que demonstra pouco crescimento não conseguindo atingir as metas estabelecida pelo MEC, as questões de saúde e bem estar – em função da comunidade estar situada em área alagada, é muito comum a incidência de doenças endêmicas como a malária – que afastam os alunos por muito tempo da escola; as questões culturais, que com, a modernidade e os avanços tecnológicos está ficando esquecida pelas novas gerações.

A escola foi fundada no ano de 1980. No começo funcionava como escola de multisérie com aproximadamente 65 alunos matriculados – atendidos em dois horários diferentes e na mesma turma desde a alfabetização até a quarta série do ensino fundamental – em um prédio com apenas dois compartimentos, sala e cozinha. O banheiro céu aberto, apenas um professor, que ministrava as aulas, fazia a merenda e cuidava da limpeza. Os alunos que concluíam a 4º série eram obrigados a mudarem-se para a cidade para poderem dar continuidade aos estudos, fator que provocou o inchaço populacional da cidade de Curalinho, com a falta de emprego e renda, vieram os problemas sociais em maior escala – violência, prostituição, drogas, gravidez precoce etc.

A comunidade escolar é composta por famílias pobres que, vivem com pouca renda financeira – não são assalariados - vivem basicamente do programa social – bolsa família – pensões e aposentadorias federais; do manejo e coleta do açaí, da criação de peixes em cativeiro e da agricultura familiar – plantio de mandioca e hortaliças. Dessa forma muitos dos responsáveis e até mesmo os educandos – crianças, jovens e adultos - veem na escola uma oportunidade de ter alimentação diária e a esperança de uma vida melhor. Para Duarte (2006) a escola é uma instituição com função social, é ela que universaliza o conhecimento científico, artístico e filosófico.

A escola foi nucleada em 2002, possibilitando assim o atendimento de todos os alunos em um mesmo prédio, individualizando assim o multisseriado – com essa nova estrutura a Escola, passou a atender desde a educação infantil – três anos – até a 8ª série do Ensino Fundamental, com isso, ganhou um quadro de funcionários completo – gestor e vice, coordenador pedagógico, secretário, serventes, merendeiras e porteiros. O prédio em madeira tinha 40 metros de comprimento e 24 de largura, dividido em 5 salas de aula, copa/cozinha, sala da gestão, sala de professor, depósito de alimentação, 1 banheiros e 2 sanitários biológicos e trapiche para o desembarque dos alunos. As atividades lúdicas e de educação física eram realizadas em uma área prepara com serragem de madeira que ficava na comunidade – já que a escola fica em área de várzea/alagada. Com esse novo modelo de atendimento educacional, surgiu a necessidade do uso do transporte escolar – barcos foram contratados para fazer o traslado dos alunos de suas casas até a escola. Com tudo isso, no entanto, os alunos ao terminarem a 8ª série do Ensino Fundamental, ainda tinham que mudar-se para a cidade, para terminar os estudos e buscar uma faculdade ou um curso profissionalizante.

A estrutura que a escola recebeu inicialmente, era para atender até 150 alunos por turno, seu funcionamento previsto em apenas dois turnos - manhã e tarde. Devido a credibilidade da escola nos anos que se seguiram essa clientela aumentou consideravelmente, obrigando ao funcionamento em três turnos e o uso das salas de secretaria e de professores como sala de aula – ficando esses profissionais sem espaços para trabalhar, tendo que trabalhar na sala da gestão e corredores da escola.

Em 2006, com todos esses problemas, mais devido a necessidade da comunidade a Escola, adaptou uma sala de aula para atender a Educação Infantil e logo em seguida, foi contemplada com o Ensino Médio, que funciona em parceria com o Governo Estadual que, paga o salário dos educadores e o município fornece, espaço físico, merenda, transporte e

hospedagem para os educadores - em função dos problemas sociais que só alimentavam na cidade, foi obrigada a aceitar mais esse desafio. Nesse ano, a escola tinha aproximadamente 390 alunos matriculados, o Ensino Médio trouxe mais 116 - distribuídos em 3 turmas. Essa superlotação de alunos levou à escola a usar espaços improvisados, como sala de aula – casas alugadas na vila, chamadas de anexo. Em 2013, apesar da superlotação de alunos, a escola aderiu a Educação Especial com a implementação de uma sala Multe Funcional e fez adesão do PME, inserindo 150 alunos dos matriculados no Ensino Fundamental.

Esses fatores, obrigaram ao poder público a ampliar o prédio escolar no ano de 2015. Com a ampliação – em madeira - a escola, ganhou nova estrutura

Em 2017, a escola matriculou 400 alunos no Ensino Fundamenta – 45 Educação Infantil, 20 Educação Especial e 100 no PME – 232 no Ensino Médio. Mantendo o funcionamento nos quatro turnos. Com um quadro de 78 funcionários e 14 barcos transporte.

3.6. Instrumentos e Procedimentos

Este estudo foi autorizado, pela equipe Gestora da Escola, com intuito de se compreender melhor, como está se dando o processo de implementação da educação Integral em Tempo Integral e qual a visão e as perspectivas dos educandos quanto a mesma.

Para a construção do presente trabalho, foram realizadas muitas visitas à Escola, encontros e entrevistas com a equipe responsável pelo processo educacional, bem como a aplicação de questionários aos educandos da Turma A do 8º Ano do Ensino Fundamental.

A base teórica deste trabalho foi construída, através de estudos e pesquisas em obras literárias dos seguintes autores: Teixeira (1994, 1996 e 1997), Cavaliere (2002), Avila (2015), Paulo Freire (1996 e 2000), Paro (1988), Saviani (1999), Basílio e Zinet (2015), Castro e Faria (2002).

A entrevista e o questionário com questões abertas, através dos quais foram recolhidos as informações aqui contidas, foram elaborados a partir da literatura (Teixeira ,1996; Paulo Freire ,2000; Delors , 1998; Cavaliere ,2002; Avila ,2015; Basílio e Zinet ,2015). Os dois instrumentos, foram avaliados por Professores Doutores, especialistas na área, para que fosse feito a validação, tendo assim se chegado à versão final aplicada.

A recolha de informações realizou-se em lócus. Através da entrevista (anexo II) com os responsáveis do processo educacional, em uma das dependências da escola. Na sala de aula os educandos foram inquiridos através de questionários (anexo III).

Para se trabalhar as informações coletadas, foi necessário ainda, conversas em grupos, para falar da pesquisa e o seu objetivo, na busca de sensibilizar e aguçar a curiosidade dos envolvidos. Inicialmente com os gestores, as coordenadoras pedagógicas, a professora

comunitária, os monitores das atividades do PME, os educadores, os representantes da APM e outros profissionais envolvidos no processo educacional da escola como: porteiro, serventes e merendeiras, uma vez que todos estes têm um papel importante no processo ensino-aprendizagem. Em seguida com os educandos na sala de aula. Os instrumentos usados foram todos de caráter anônimo, garantindo a todos o direito de expressar suas ideias e opiniões.

A pesquisa em lócus tem o propósito de ir ao encontro da problemática levantada e de seus objetivos a serem estudados, com o intuito de levar aos interlocutores (profissionais da educação e educandos), a curiosidade de interpretar melhor o processo de implementação da Educação Integral em Tempo Integral e os aspectos envolvidos – tempo, espaço, trabalho pedagógico, processo ensino-aprendizagem, alimentação escolar, transporte escolar, relação educador-educador e educador-educando. O desempenho dessa investigação é de cunho qualitativo. Considerando que a análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, muito embora, se tenha optado por quantificar em Excel os resultados e fazer a sua apresentação em gráficos.

CAPITULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

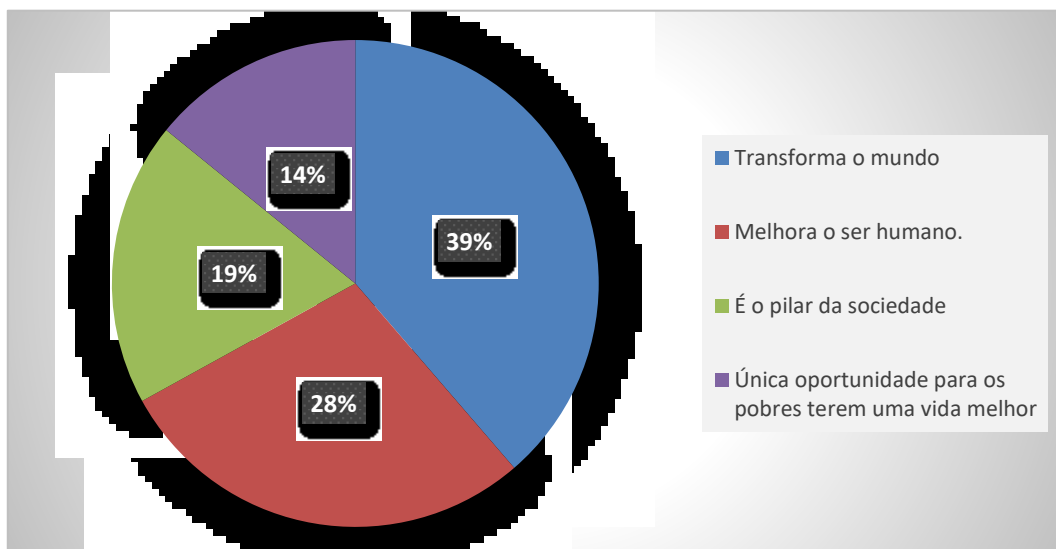
A EITI pode ser o caminho para a melhoria na qualidade da educação, com sua política de integração chegar a democratização da educação no Brasil. Se a escola, investir na integração da comunidade, promovendo oportunidades para que ela participe ativa e democraticamente da construção dos Planos e do PPP, com intuito de tornar a escola mais atrativa e humana, com certeza chegaremos a tão esperada qualidade na educação.

Para responder ao objetivo um **Conhecer as opiniões e ideias dos profissionais e educandos quanto a implementação da Educação Integral em Tempo Integral na Escola Feliciano Peres Duarte, para assim poder identificar os impactos**, foram realizadas entrevistas a profissionais da escola e a 20 educandos , cujos resultados se apresentam em seguida

4.1. Análise das entrevistas

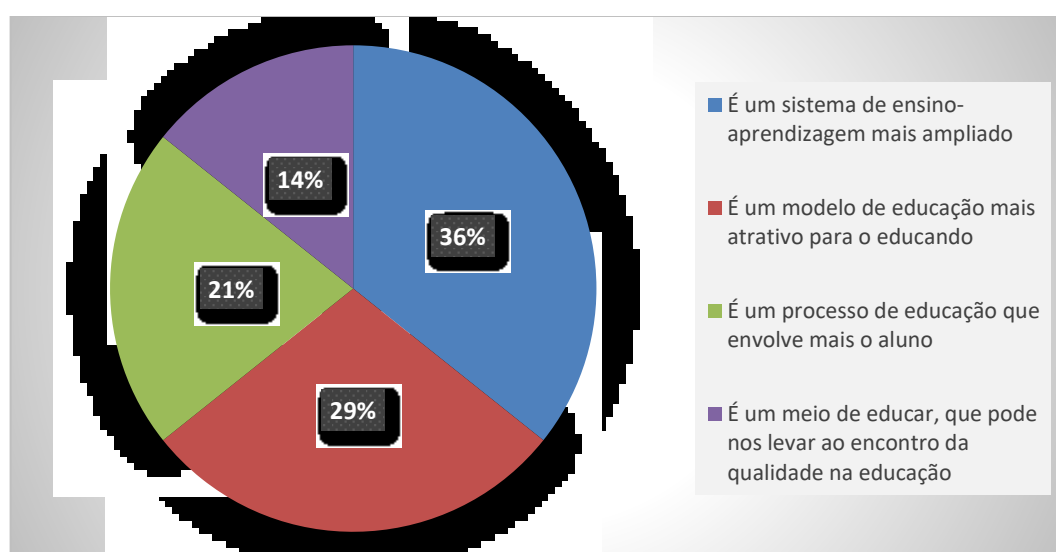
No que se refere às respostas e informações adquiridas, após a análise dos dados e para mais fácil compreensão, optou-se também, por apresentar o resultado das respostas tópico a tópico sob a forma de gráficos.

Gráfico 7 - Opiniões sobre a educação



Quando se perguntou aos entrevistados “o que a educação representa para você”. Todos responderam com frases positivas: 15 (39%) afirmaram que só a educação pode transformar o mundo, em um lugar onde possa haver melhor distribuição de renda e uma sociedade mais justa e igualitária; 6 (28%) disseram que a educação faz a pessoa mais humana e isso pode mudar o histórico de violência e falta de humanismo em que o mundo vive; 4 (19%) responderam que a educação é o pilar de uma sociedade pois quando o povo tem educação de qualidade e para todos, a sociedade tem um certo equilíbrio, ela tem menos violência, menos pessoas desempregadas e passando fome; 3 (14%) disseram que a educação é a única oportunidade que os menos favorecidos tem para mudar de vida e ter uma vida mais digna.

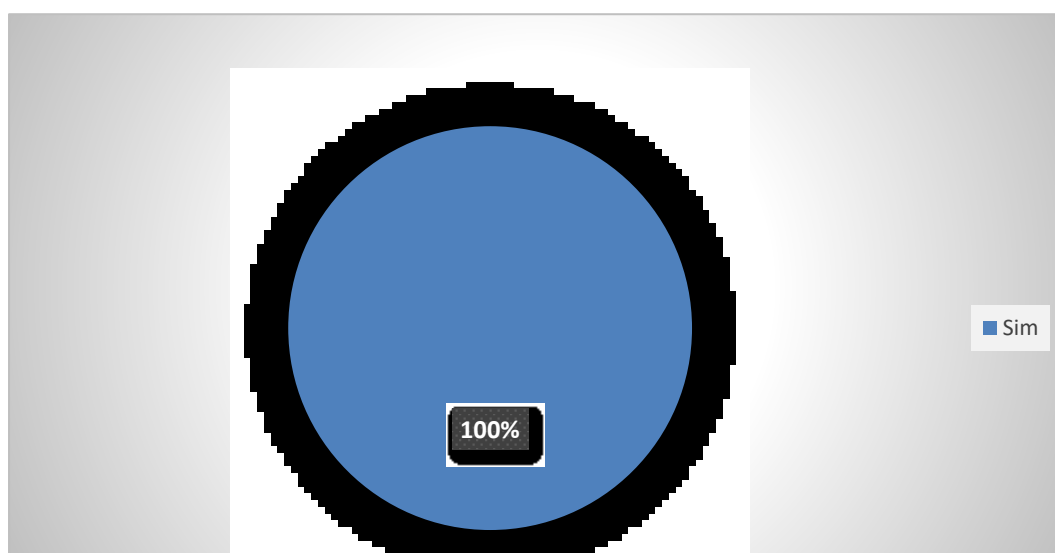
Gráfico 8 - Significado da educação a tempo integral



Quando perguntado sobre o significado da EITI 10 (36%) dos entrevistados – representantes da APM, condutores e equipe de apoio e monitor – falaram que a educação

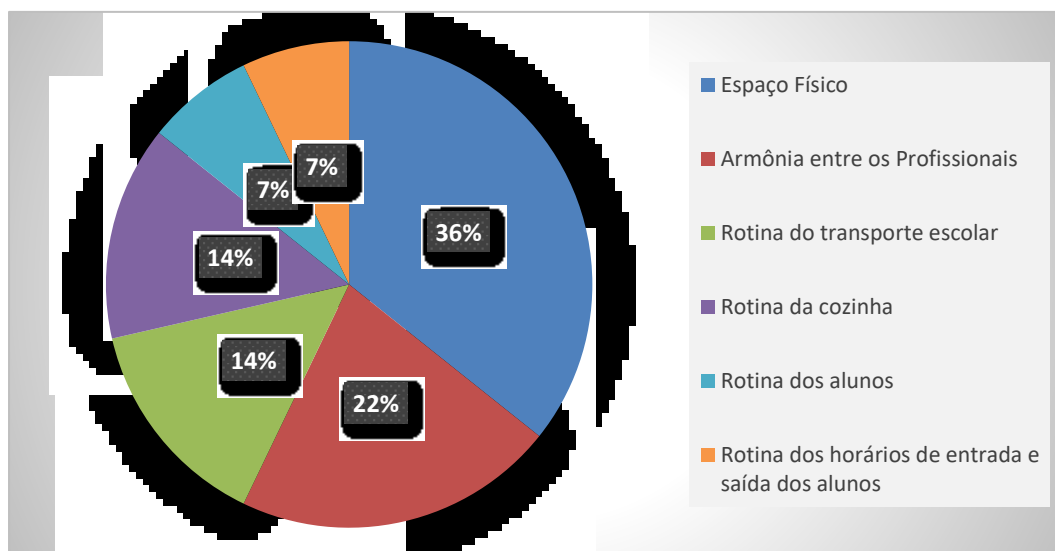
Integral em Tempo Integral e um novo modelo de educação que oferece o ensino de atividades que não fazem parte da educação regular; 8 (29%) deles se referiram – professora comunitária e monitores e professor da turma - sobre ser um modelo de educação mais atrativo para os educando, oferece o aprendizado de atividades mais descontraídas, trabalhadas de forma lúdica e dinâmica e em um tempo e lugares diferentes da sala de aula e do ensino regular; 6 (21%) falaram – diretor e coordenadora pedagógica - sobre ser um processo que envolve mais o aluno, dá mais oportunidade para que eles possam participar e socializar seus saberes. Ela parece ser mais humanizada; para 4 (14%) o vice-diretor e professores é o modelo de educação que certamente trará qualidade para à educação do povo ribeirinho.

Gráfico 9 - Possibilidades da implementação da educação em tempo integral na escola



Ao se perguntar sobre a possibilidade de implementação da EITI na Escola, 28 (100%) responderam que sim, segundo eles não se pode deixar de considerar o espaço que ela vem conquistando na vida dos educandos pois, muitos deles já haviam desistido de estudar, por que não encontravam atração na escola e as atividades diversificadas, trabalhadas no contra turno, parecem ter dado um novo sentido à escola e ao ensino-aprendizagem. A equipe gestora fez um acordo com os alunos. Quem tem o rendimento melhorado nas avaliações bimestrais, participa das as viagens, que o PME faz para realizar as apresentações dos grupos de dança teatro, música etc.

Gráfico 10 - Mudanças sentidas pela implementação da educação em tempo integral



Essa pergunta provocou, grande reflexão nos entrevistados, uma vez que através dela discutiu-se as implicações que a escola vem sofrendo com a implementação da Educação Integral em Tempo Integral. Dos entrevistados, 10 (36%) apontaram o imprevisto de alguns espaços físicos, para a realização das atividades. Nos dias de atividade do PME, os monitores ocupam todos os espaços desocupados na escola como: o salão construído para o PME, os corredores do pátio e a biblioteca. Fazem uso também dos espaços em seu entorno como: o salão comunitário e até uma área construída com serragem é usada para as atividades esportivas e ensaios de danças e coreografias.

Outros 6 (22%) entrevistados, mencionaram a falta de harmonia entre os profissionais pois com o PME começaram os conflitos entre os professores das turmas regulares e os responsáveis pelo PME. Segundo os professores a dinâmica das atividades, o barulho e a hora da refeição, atrapalham o funcionamento das aulas e atraem os alunos, de forma que muitos acabam não assistindo aula.

Outros 4 (14%) mencionaram a situação do transporte escolar, que com as atividades do PME e a extensão dos horários, precisou sofrer algumas mudanças como o aumento de horas trabalhadas, a superlotação nos horários da manhã e intermediário e o aumento no consumo do combustível.

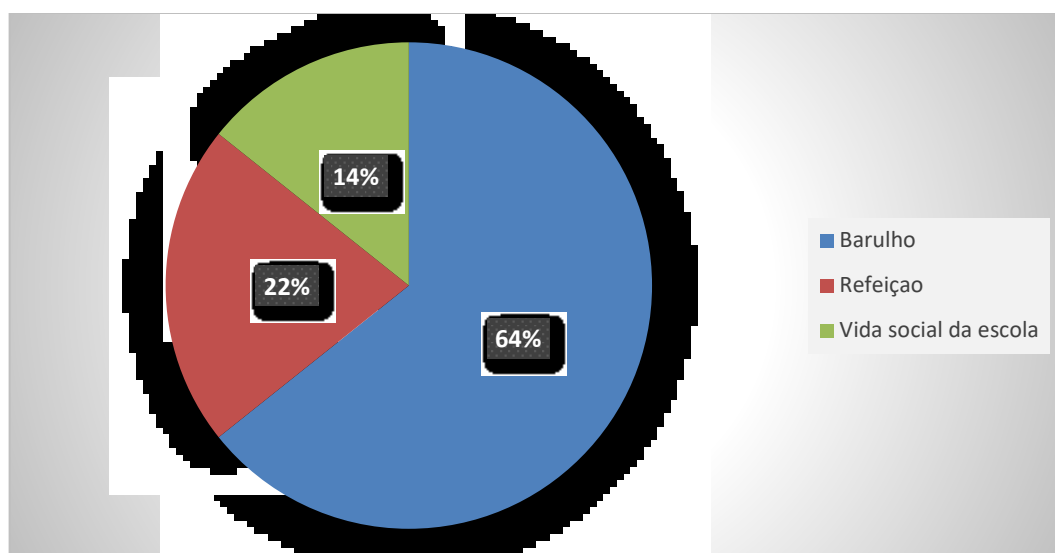
Para 4 (14%) dos entrevistados são as mudanças na cozinha. O aumento dos trabalhos, já que eles faziam apenas a merenda, com a extensão do horário eles passaram a fazer comida e servir refeições completas, para mais de 100 pessoas diariamente e esses fatos ocasionaram muitos problemas na cozinha. Por ser uma área pequena a cozinha só tem espaço para 3 pessoas trabalharem, o fogão não comporta mais de dois panelões por vez, as panelas e outros

utensílios muitas vezes são insuficiente para se fazer a merenda dos alunos do ensino regular e o almoço dos alunos do PME ao mesmo tempo.

Entre os entrevistados 2 (7%) acreditam que, o que mudou muito na escola, foi o fluxo de aluno, que aumentou, em especial nos horários da manhã, intermediário e noite. A escola está recebendo mais aluno nos turnos e isso provoca mais barulho e constantes idas e vindas do pessoal de apoio nos corredores e pátios da escola, para estar colocando aluno nas salas de aula, pois esse constante vai-e-vem interfere nas aulas.

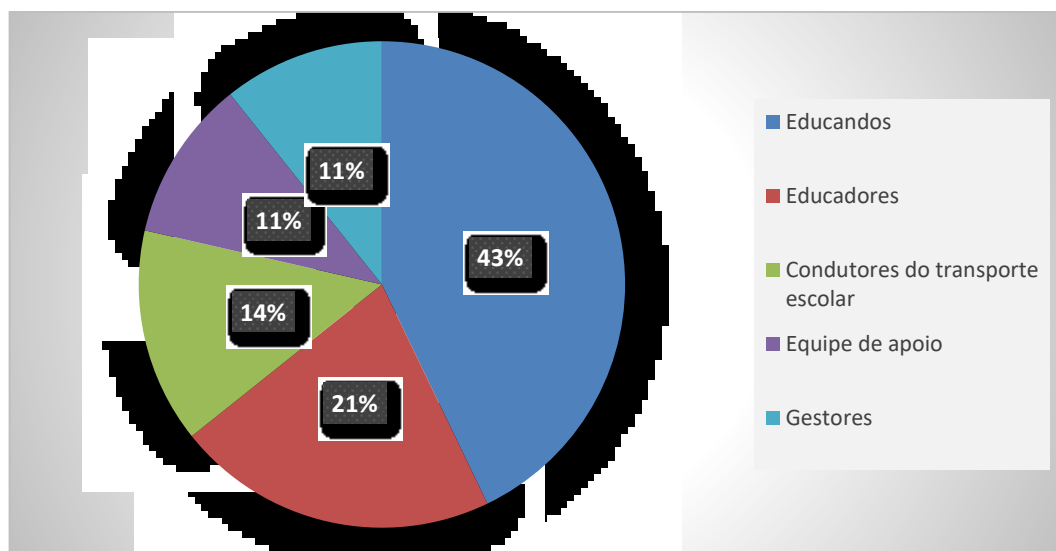
Para 2 (7%) dos entrevistados foi a mudança nos horários de entrada e saída dos alunos que participam do PME, isso provocou um certo conflito na portaria pois, alguns dos alunos das turmas do regular se misturam aos do Programa e aproveitam para fugir no horário de aula e no intermediário quando as crianças da Educação Infantil veem o portão se abrir para os alunos do PME saírem eles também querem sair.

Gráfico 11 - Mudanças na rotina escolar



Verificou-se que 18 (64%) dos entrevistados disseram que foi o barulho nos horários da manhã e no intermediário devido as atividades no contra turno e a noite devido aos ensaios das apresentações dos grupos. Para 6 (22%) deles foi a rotina da cozinha que, passou a servir o almoço, apesar da extensão do horário acontecer nos turnos da manhã e no intermediário, alguns alimentos são tratados preventivamente nos horários da tarde e da noite. Outros 4 (25%) disseram que a vida social da escola ficou mais intensa, com a organização dos grupos de apresentações de dança, música, teatro entre outros, a escola passou a realizar mais eventos e quase todos os finais de semana ela é convidada para fazer apresentação em outros ambientes.

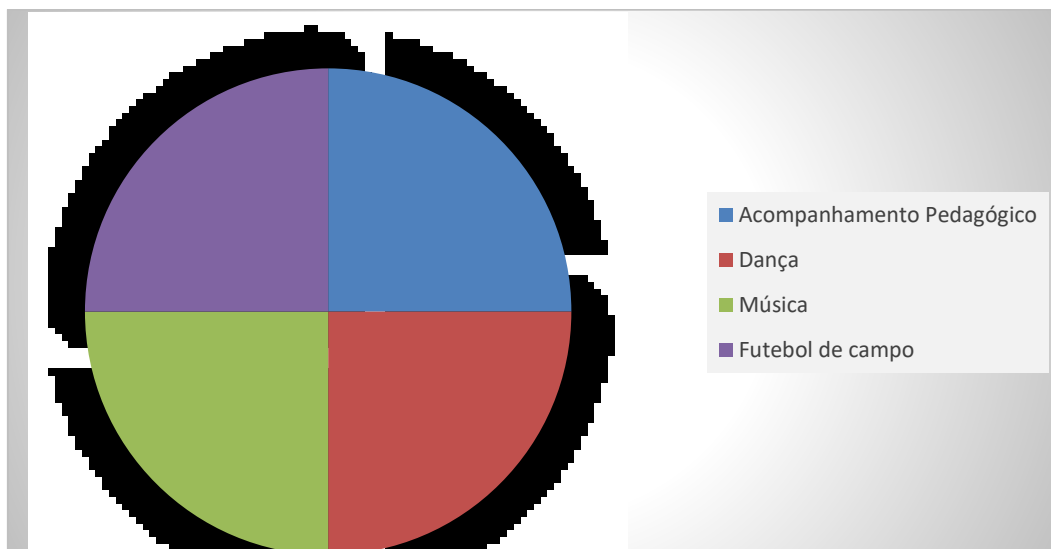
Gráfico 12 - Classes afetadas com a implementação da EITI



Para os entrevistados, a pergunta “quais as classes afetadas com a implementação da Educação Integral em Tempo Integral”, fez com que eles refletissem sobre como cada um está vivenciando esse processo de implementação. Para 12 (43%) dos entrevistados os mais afetados estão sendo os educandos pois, a extensão do horário das aulas, as novas atividades e os diferentes espaços usados, fogem muito à cultura escolar que eles estavam acostumados. Para 6 (21%) dos entrevistados os mais afetados são os educadores pois, essa política de educação mudou o comportamento dos alunos que, passaram a ser mais ativos e a exigir mais em sala de aula no que se refere aos conteúdos ministrados, outro fator é a rotina da escola que, passou a ficar muito agitada nas horas das aulas e isso exige mais energia e dedicação dos mesmos, nos planejamentos e durante as aulas. Para 4 (14%) dos entrevistados os condutores do transporte escolar estão sendo afetados, devido ao aumento do número de passageiros nos barcos, em determinadas viagens, o acréscimo de uma viagem a mais que eles têm que fazer nos dias de extensão do horário de aula e o acréscimo no consumo do combustível e o aumento do horário de trabalho dos mesmos. Para 3 (11%) deles, a equipe de apoio é a que está sendo muito afetada pois, o trabalho dobrou, tanto na portaria, como na limpeza dos espaços físicos, nos trabalhos da cozinha que teve aumento na quantidade de alimentação para ser tratada, na quantidade de louças para serem lavadas, na quantidade de pessoas para serem servidas e ainda tem o transtorno causado pelo calor muitas vezes insuportável, devido ao pouco espaço na cozinha. E 3 (11%) deles, acreditam que a equipe gestora é a que está sendo afetada devido, a falta de recursos financeiros para a compra de uma alimentação em quantidade suficiente e de qualidade – eles afirmam que muitas vezes precisam fazer coleta, pedir para outras pessoas e realizar promoções para poderem complementar a alimentação servida aos educandos. Ela é a responsável em providenciar a

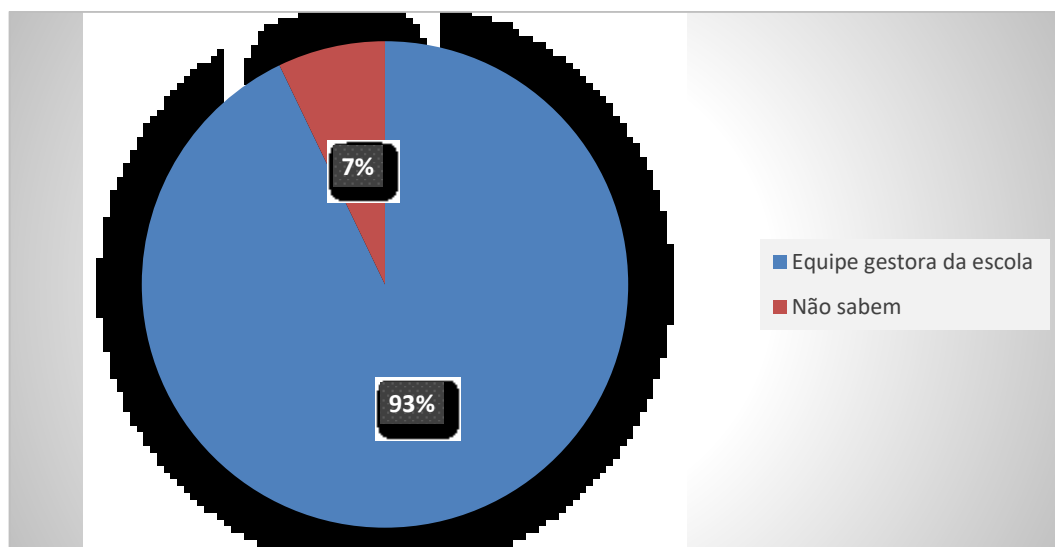
estrutura física adequada para as atividades é ela que têm que conter e resolver os conflitos que surgem entre os profissionais na hora das atividades do PME, e na falta de alguns profissionais ela tem que improvisar.

Gráfico 13 - Atividades oferecidas no contraturno



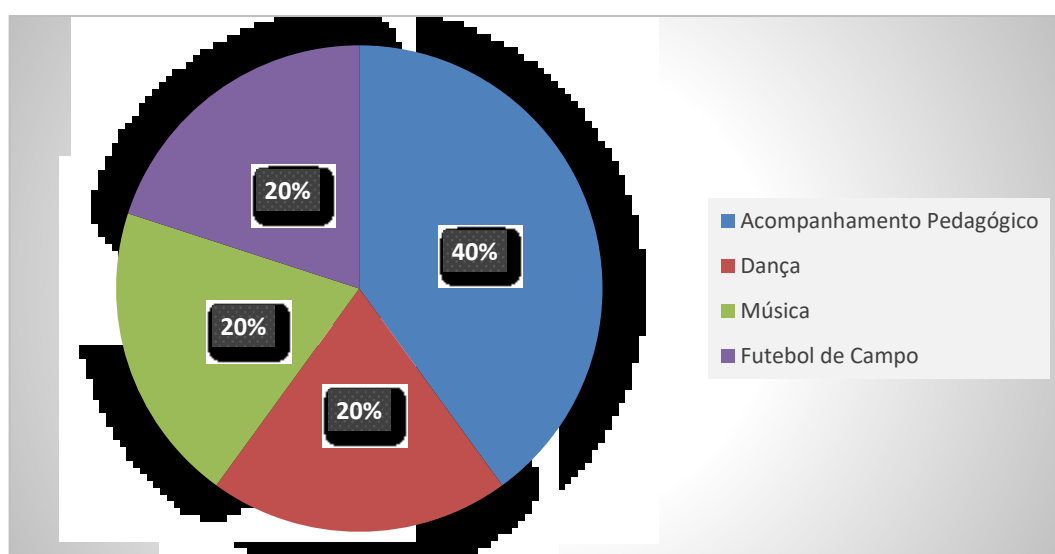
As atividades oferecidas nessa etapa, são a dança, a música com instrumentos de corda, mas os monitores aproveitam e fazem uso de todos os instrumentos a que tem acesso, o futebol de campo, no qual se aproveita para trabalhar o futebol de salão, o voleibol e a queimada. E o Acompanhamento Pedagógico, que é obrigatório para todas as escolas que aderem ao PME. Nessa atividade os monitores trabalham os conteúdos pedagógicos através de teatro, poesias, rimas, trava-língua, cotação de histórias, musicais, jogos e brincadeiras.

Gráfico 14 – Processo de escolha das atividades



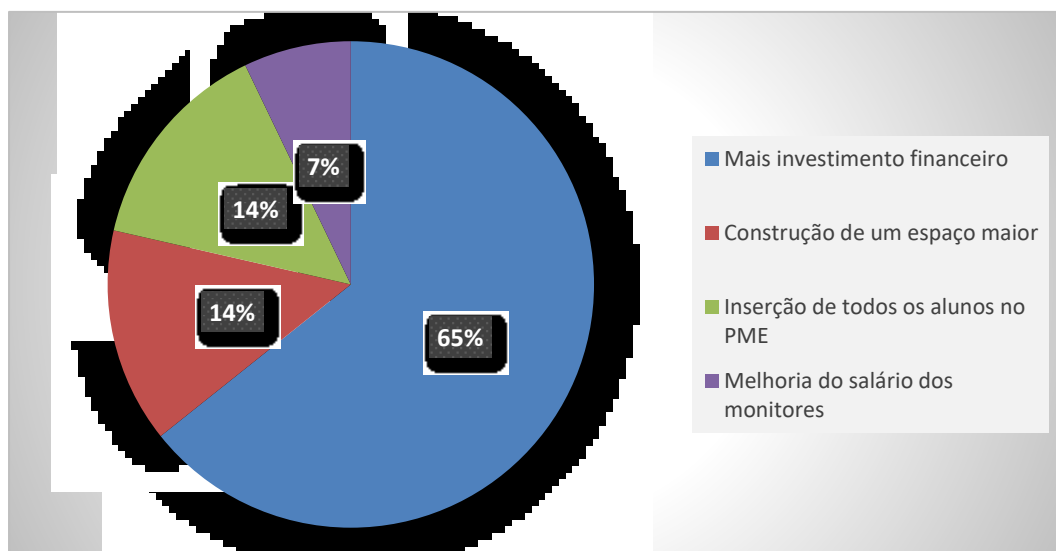
Ao se fazer esta pergunta, 26 (93%) dos entrevistados responderam que a equipe estoura da escola é que faz essa escola pois, isso acontece na hora em que se faz o preenchimento do formulário online do Plano de Ação da Escola, para o PDDE e 2 (7%) dos entrevistados disseram não saber como essa escolha era feita. As atividades trabalhadas atualmente no PME são: futebol de campo, dança, música com instrumento de corda e no acompanhamento pedagógico trabalha-se os conteúdos das disciplinas da educação regular através de teatro, poesias, jogos, brinquedos, brincadeiras, rimas, trava-língua.

Gráfico 15 - Distribuição do tempo para o planejamento por atividades



Para essa pergunta obtivemos as seguintes respostas, das 15 horas semanais destinadas ao planejamento, 6 (40%) horas são usadas para planejar as atividades do Acompanhamento pedagógico pois, seu horário de funcionamento é o dobro do horário das outras atividades, 3 (20%) horas para o planejamento da dança, 3 (20%) para música e 3 (20%) para o futebol de campo. O planejamento é feito pelos monitores com o acompanhamento da coordenadora pedagógica e da professora comunitária. Os recursos usados são os livros e quando tem acesso, a internet. A equipe gestora costuma convidar pessoas da comunidade que se identificam com alguns saberes – como manuseio de instrumentos musicais, coreografias de danças, regras de esporte entre outros - para auxiliarem nos planejamentos e nas atividades do PME.

Gráfico 16 - Sugstões para a melhoria da implementação da EITI



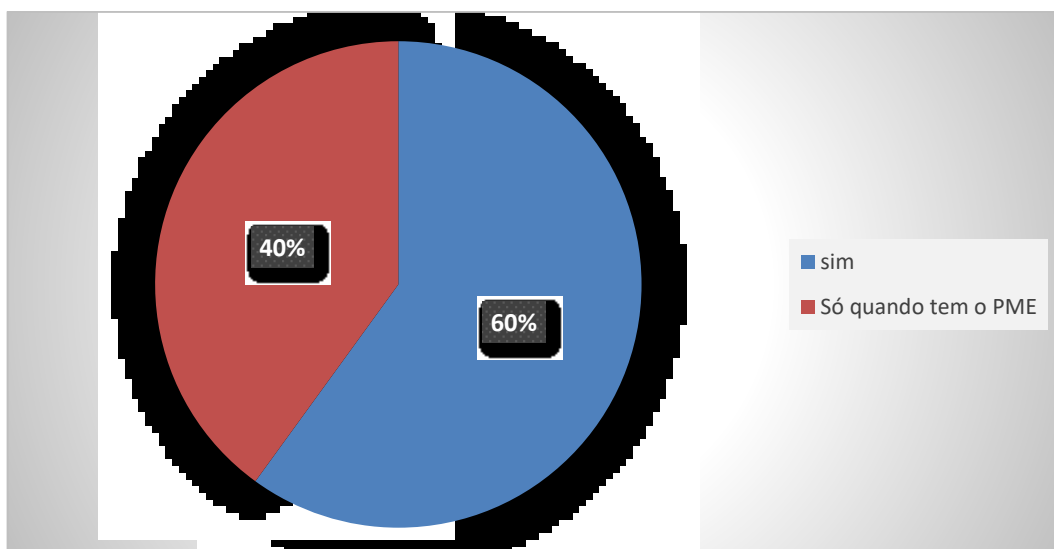
Para essa pergunta, todos referiram-se ao fato do investimento do governo ser muito pouco e isso causa certas limitações no bom funcionamento da política da Educação Integral. Dos 28 entrevistados 18(65%) afirmam que o governo precisa investir mais recursos financeiros para a compra de alimentação e combustível, construção/adaptação de espaços mais confortáveis e contratação de barcos próprios para o transporte dos alunos no contra turno. Para 4 (14%) dos entrevistados a sugestão é construir mais espaço amplos e adequados à realização das atividades de danças, apresentações e ensaios, 4 (14%) deles acreditam que é preciso inserir todos os alunos matriculados no ensino regular nas atividades do PME pois, isso acabaria com os conflitos e os problemas da portaria. Para 2 (7%) o pagamento de um salário melhor para os monitores das atividades – eles recebem apenas uma bolsa para ajuda de custo do transporte e do lanche - daria condições para que esses se dedicassem mais ao planejamento – que acontece semanalmente, com o acompanhamento da coordenação pedagógica e da professora comunitária – e a realização das atividades e os ensaios das apresentações que acontecem fora dos horários de expediente da escola.

4.2. Análise dos questionários

Para completar a análise anterior foram inquiridos ainda 20 educandos efetivamente matriculados na turma A do 8º Ano do Ensino Fundamental, que foram inquiridos por questionários. Seguem suas respostas representadas por gráficos.

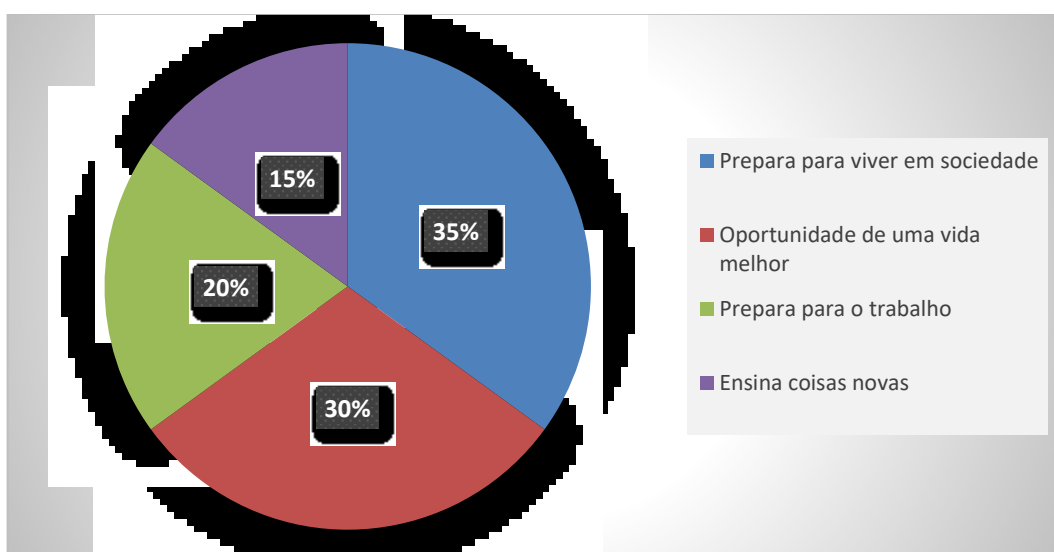
4.2.1. Resposta dos Educandos

Gráfico 17 - Gosto por frequentar a escola



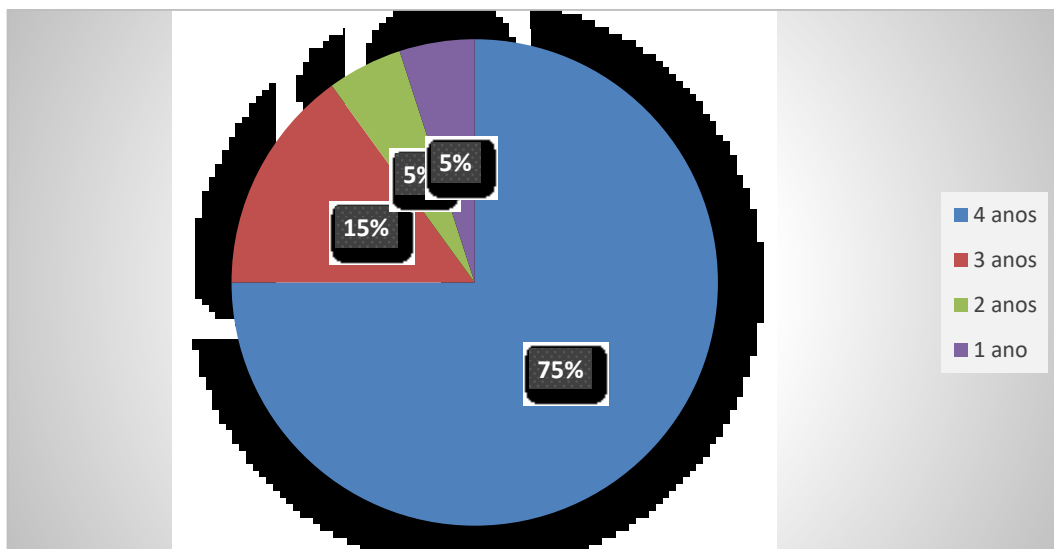
Entre os alunos inquiridos 12 (60%) afirmaram gostar de ir à escola e 8 (40%) disseram que só gostam de ir à escola nos dias que tem as atividades do PME.

Gráfico 18 - Atribuição da importância à educação



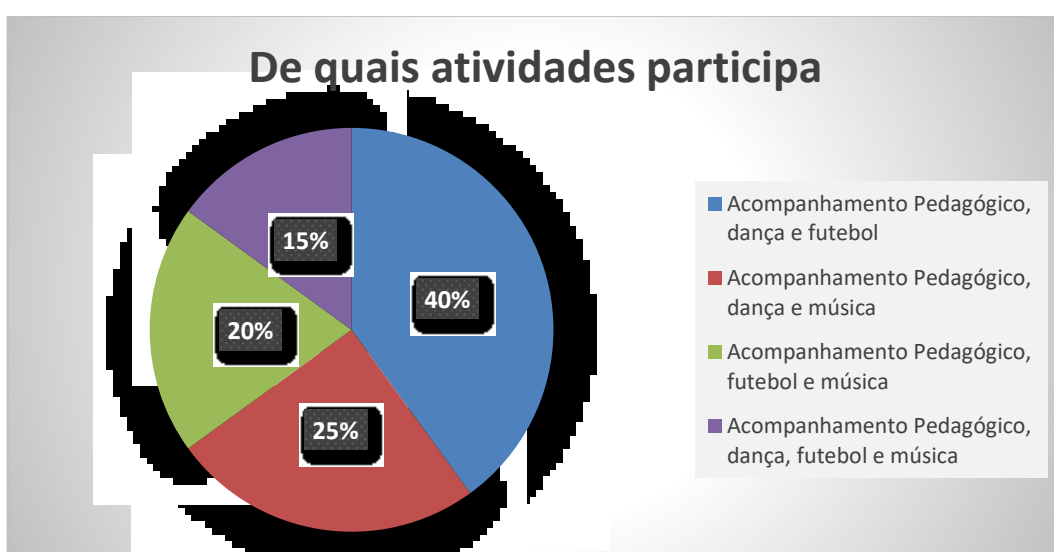
À essa pergunta as respostas foram, 7 (35%) disseram que a educação prepara para viver em sociedade, para 6 (30%) educandos disseram que é só através da educação que o ser humano tem a oportunidade de ter uma vida melhor, para 4 (20%) deles a educação prepara para o trabalho e para 3 (15%) é só através da educação que aprendemos coisas novas.

Gráfico 19 - Distribuição de tempo de participação no contraturno



Nesta pergunta obtivemos as seguintes respostas, 15 (75%) já frequentam há 4 anos, 5 (15%) deles responderam que por gostarem muito das atividades e por sentirem-se valorizados no PME, participam do programa mesmo não estando inseridos na matrícula dele em algumas etapas, já chegaram a procurar o Diretor da escola, para pedir que os deixassem participar mesmo assim pois, fazem parte dos grupos de capoeira, dança, teatro entre outros. Dos participantes 1 (5%) frequentam há 3 anos, são alunos que vieram transferidos de outras escolas, 1 frequentam a 2 anos, também transferido de escolas onde não funciona o PME e 1 frequentam a 1 ano, vindo de escola multisseriada, onde o Ensino Fundamental maior funciona no modelo de circuito não tem PME.

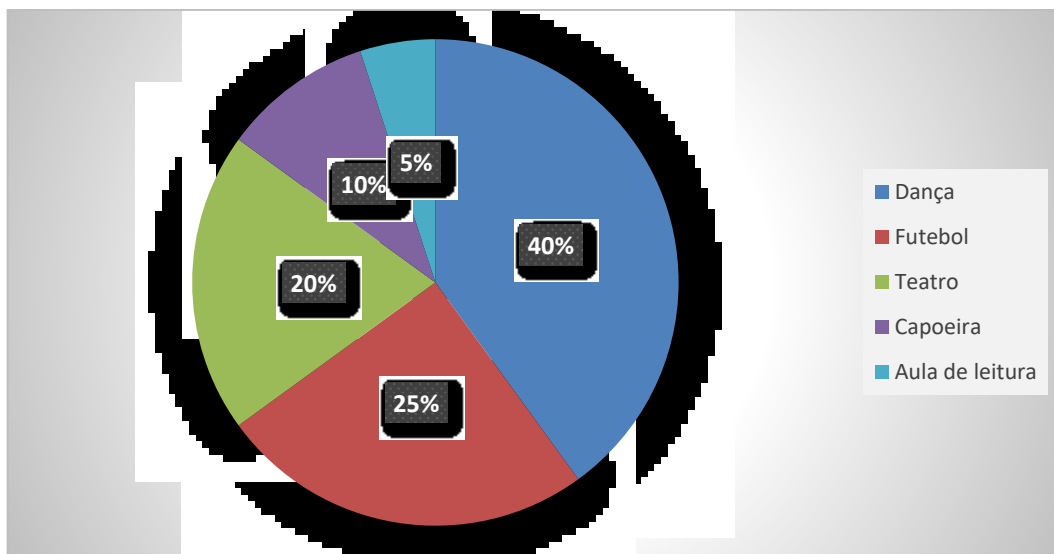
Gráfico 20 - Distribuição de participação em atividades



Apesar de todos terem a obrigação de participar de todas as atividades, sendo o Acompanhamento Pedagógico obrigatório observou-se que, 8 (40%) educandos participam do

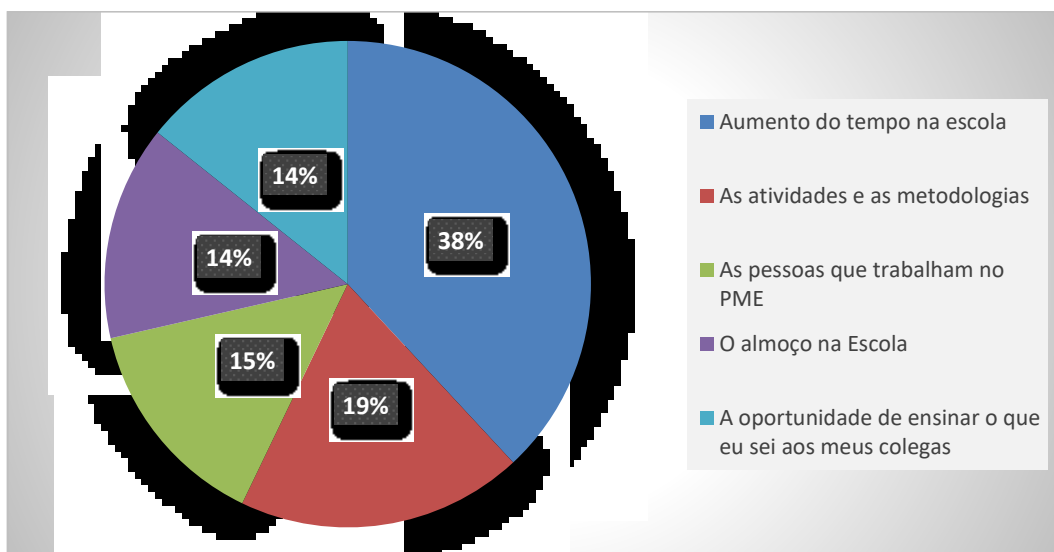
Acompanhamento Pedagógico, dança e futebol, 5 (25%) participam do Acompanhamento Pedagógico, dança e música, 4 (20%) participam do Acompanhamento Pedagógico, futebol e música e apenas 3 (15%) participam do participam do Acompanhamento Pedagógico, dança, futebol e música.

Gráfico 21 - Distribuição de Atividades por preferências



Quando se perguntou sobre as atividades que mais gostam 8 (40%) responderam que é a dança, 5 (25%) que é o futebol, 4 (20%) teatro, 2 (10%) capoeira apenas 1 (5%) respondeu que gosta das aulas de leitura.

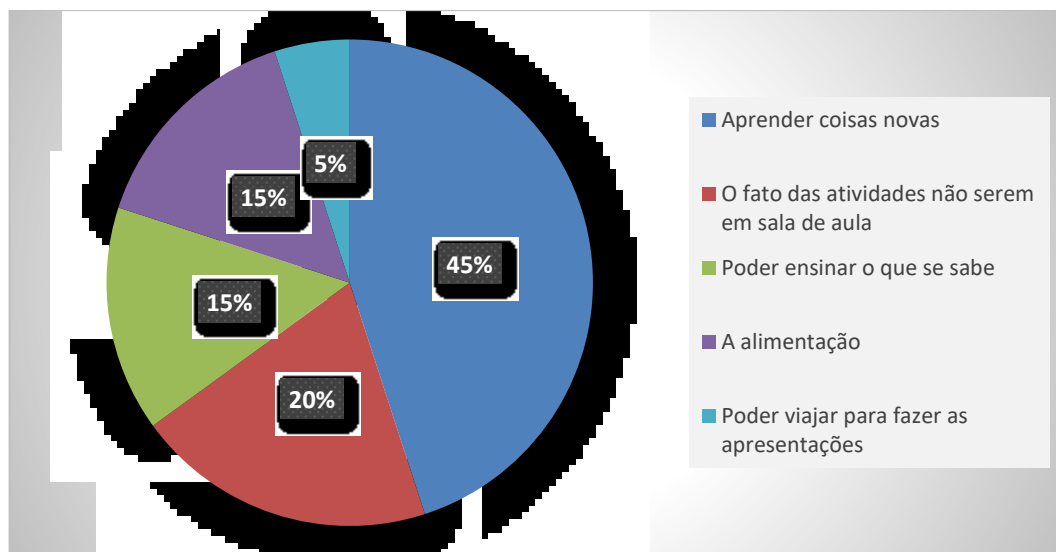
Gráfico 22 - Mudança de rotinas na escola



Para essa pergunta tivemos as seguintes respostas, 7 (38%) dos inquiridos afirmaram que o aumento do tempo de permanência dos alunos em atividades pedagógicas na escola é

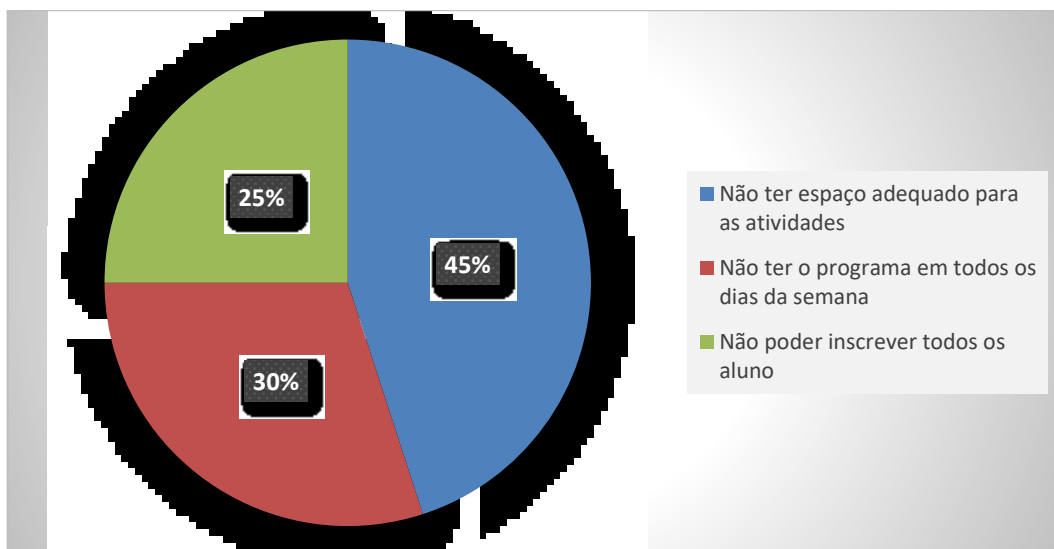
uma das mudanças significativas na rotina escolar, para 4 (19%) dos educandos são as novas atividades e suas metodologias, 3 (15%) disseram que as pessoas que trabalham no PME, são mais amigos do que professores, eles se aproximam mais dos educandos, para 3 (14%) deles é o almoço servido na escola e 3 (14%) dizem ser a oportunidade que eles têm de transmitir os seus conhecimentos para os colegas.

Gráfico 23 - Pontos considerados positivos na EITI



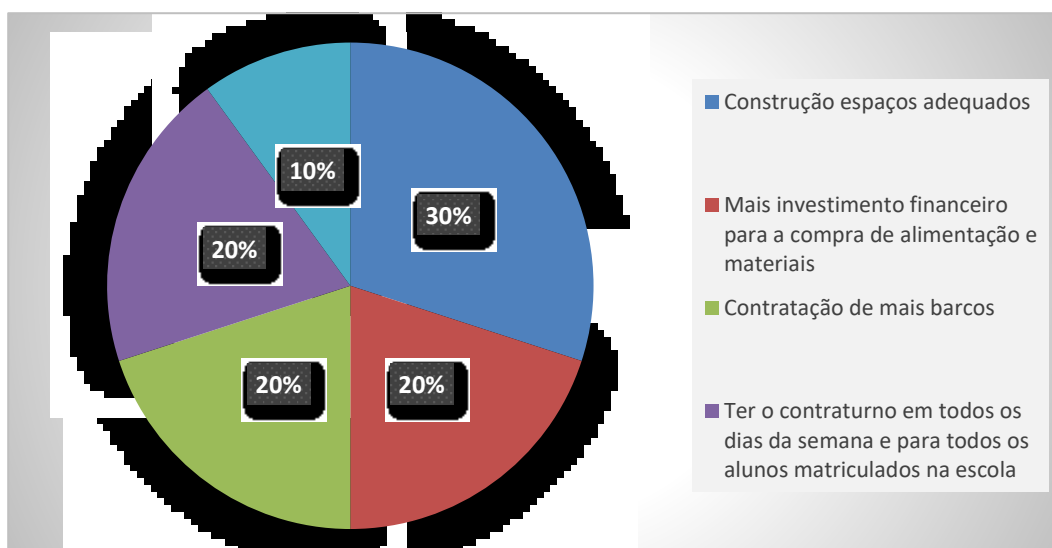
Essa pergunta foi muito argumentada pelos inquiridos, 9 (45%) disseram que aprender coisas novas, diferentes das que estavam acostumados é um ponto muito positivo pois, isso faz com que gostem de estar na escola e fazer parte dela. Para 4 (20%) só o fato das atividades não serem na sala de aula já torna as atividades mais legais, 3 (15%) disseram que a oportunidade que o Programa dá para que eles possam ensinar/socializar o que sabem faz toda a diferença, para 3 (15%) as refeições que eles tem nos dias que precisam ficar mais tempo na escola é um ponto muito positivo pois, muitas vezes chegam em casa e ainda têm que ir procurar o que comer – pescar, caçar etc. – se não fosse a refeição oferecida na escola, iriam com fome procurar o que comer, 1 (5%) educando respondeu que, as viagens que eles fazem para apresentar seus saberes em outras escolas ou comunidade é muito positivo pois, antes desse sistema der adotado pela escola, ele particularmente não gostava muito de ir à escola, agora ele faz de tudo para não faltar, muitas vezes chega a ir remando, só para não perder as atividades do Programa, está mais dedicado a estudar os conteúdos das disciplinas para não tirar notas baixas e assim poder passar de ano e quem sabe no futuro poder trabalhar como monitor de música no Programa.

Gráfico 24 - Pontos considerados negativos na EITI



As respostas a essa pergunta foram muito comentadas. Para 9 (45%) dos inquiridos o ponto negativo da Educação Integral em Tempo Integral é não ter espaço adequado para as atividades, em especial para os ensaios das coreografias e das danças que, muitas vezes são realizadas com muitos componentes, como a quadrilha por exemplo, que é formada por 40 pessoas e por falta de espaço na escola os ensaios acontecem no campo de serragem em meio a muita poeira e o sol quente. Para 6 (30%) deles um ponto negativo é as atividades do PME, não acontecerem todos os dias da semana pois, elas acontecem apenas 3 vezes na semana e isso interfere no aprendizado das mesmas. Já para os outros 5 (25%) o fato da escola não inscrever todos os alunos é muito negativo, pois todos gostariam de participar das atividades, segundo eles isso causa um certo ciúme entre os alunos.

Gráfico 25 – Necessidades percebidas na implementação da EITI



Dos inquiridos 6 (30%) responderam que, a necessidade de se construir espaços maiores e mais adequados para a realização das atividades, nos quais eles não precisassem ter que limitar algumas das atividades trabalhadas no contra turno, 4 (20%) responderam que falta mais investimento financeiro para a compra de materiais e alimentação pois, muitas vezes eles têm que realizar eventos para angariar fundos, para suprir tal necessidade. Para 4 (20%) destes, faz-se necessário contratar mais barcos para o transporte de alunos pois, se houvessem barcos exclusivos para o transporte dos alunos que fazem o contra turno, eles não faltariam, pois, muitas vezes devido o barco vir lotado, ele não para na casa desses alunos, que acabam faltando e isso é revoltante pois. Quando a necessidade é muito grande destes participarem em algum evento, eles precisam buscar outros meios de chegar à escola. Para 4 (20%) educandos, seria bom que houvesse atividades do PME todos os dias da semana pois, assim eles aprenderiam mais e rápido o que lhes é ensinado e que todos os alunos fossem inseridos nas atividades do contra turno. Deles 2 (10%) responderam que, é necessário que se pague um salário aos monitores pois, estes recebem uma bolsa de um valor muito baixo, que os obriga a procurar outros trabalhos, para assim poderem complementar as suas rendas mensais, isso faz com que, eles não possam acompanhar em muitos momentos, os ensaios e as apresentações, momento em que eles, muitas vezes ficam inseguros.

Como síntese do que atrás foi exposto, poderíamos dizer que estes participantes enquadram-se num contexto específico, por isso merecem ser aqui referidos. Suas experiências serviram como reflexão e compreensão do processo de implementação da EITI na Escola, contribuindo assim para a elaboração e o desenvolvimento desse projeto que, propõem uma reflexão sobre os aspectos impactados.

Ficou claro que, a implementação é um projeto aprovado por todos que compõe a EFPD, uma vez que estes demonstraram, verdadeiro interesse em buscar soluções para os problemas que interferem no bom desempenho das atividades realizadas no contra turno. Ao entrevistá-los, foi possível perceber que, eles têm noção da responsabilidade, que assumiram quando abraçaram essa causa tão nobre. Os responsáveis pela educação têm noções claras sobre os desafios que ainda tem que enfrentar até chegarem a efetiva implementação da EITI. Eles deixaram claro a vontade de lutar por essa implementação com tudo aquilo que os educandos têm direito. A equipe demonstrou cumplicidade em suas opiniões e seus projetos, a prova disso é que, durante a conversa eles fizeram relatos de tantas vezes que já fizeram

coletas e promoveram eventos para arrecadarem fundos para a comprar de alimentação, materiais e até combustível para as viagens dos grupos que realizam atividades fora da Escola.

Ao se fazer análise das questões levantadas durante a entrevista, representadas em gráficos anteriormente, vale ressaltar **a necessidade de construção de espaços adequados** para a realização das atividades, que em função disso é necessário que os alunos ocupem os corredores e pátios, lugares que ficam expostos ao sol e a chuva e quando isso acontece eles ficam impedidos de realizar as atividades. Outra questão é o **trabalho excessivo na cozinha**, com a extensão do horário surgiu a necessidade de servir o almoço aos educandos, só que em nem um momento se pensou que o pessoal que trabalha na cozinha é suficiente para dar conta de fazer e servir a merenda para os alunos da manhã e do intermediário, com a necessidade de se fazer o almoço, esse pessoal passou a ser insuficiente, quando falta um funcionário, a merenda e o almoço atrasam ou as vezes nem acontecem. Nesse sentido ainda existem outras questões, o espaço da cozinha, o tamanho do fogão e a quantidade de utensílios de cozinha tornaram-se insuficientes para essa nova realidade. Um terceiro ponto é a questão do **transporte escolar** que com a extensão do horário de alguns educandos sofreu vários impactos, alguns passaram a trafegar superlotados, houve aumento de horas no trabalho dos condutores em função das viagens extras e aumentou o consumo do combustível. Fatores que oneram a despesa com o transporte escolar, segundo a prefeitura, não existem recursos disponíveis para essas despesas.

Analisando as questões em gráficos, apresentadas anteriormente, pode-se retirar das respostas dos educandos três questões: a primeira refere-se **ao espaço dentro da escola onde são realizadas as atividades** que necessitam de aparelho de som ou instrumentos musicais que, segundo eles, provocam conflitos entre professores e monitores, pois devido o som alto acontecem muitas reclamações por parte de educadores que dizem estar atrapalhado as aulas dos alunos que estão nas turmas do ensino regular, isso vem causando certo desconforto entre os profissionais e educandos, eles acreditam que a escola deveria ter um lugar mais afastado, pois o salão do PME, fica no prédio da escola. O segundo questionamento é o **porquê de a escola não incluir todos os alunos matriculados no Ensino Regular, nas atividades do PME**, uma vez que isso provoca ciúme entre os alunos que não estão inseridos no Programa. O terceiro questionamento é sobre do **os dias de funcionamento Programa**, que segundo eles deveria acontecer todos os dias da semana, o fato deles participarem das atividades apenas três dias na semana torna mais lento o aprendizado

Quanto aos educandos, pode-se afirmar que todos gostam de estudar e de estar na Escola, eles parecem já ter um pré-conceito formado sobre educação e demonstram considerá-la importante para a sua formação social e profissional. Eles gostam de participar das atividades no contra turno, alguns chegam a pesquisar novos conhecimentos e sugerir a Prof.^a comunitária e aos monitores, para que estas sejam incluídas no planejamento. Quanto ao tempo a mais na escola, ressaltam que no começo foi um pouco difícil pois, estavam acostumados com apenas quatro horas de aula, quando começaram a frequentar as 7 horas diárias, sentiam-se cansados, mais logo com o passar do tempo, muitas conversas e incentivo da parte pedagógica e com as atividades, suas metodologias diferenciadas, foram se acostumando. Com o tempo as horas passaram a não ser percebidas, hoje em muitos dias parece que tudo passa muito rápido. Segundo eles, hoje o dia que não tem Programa, alguns dão um jeitinho de ficar mais tempo na escola mesmo sem ter o que fazer. Alguns ressaltam que com o PME, tiveram suas habilidades despertadas para a música, o teatro, a poesia, as rimas, os trava-língua entre outros.

CAPÍTULO V – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Faziam ainda parte dos objetivos do trabalho, **divulgar na comunidade educacional as dificuldades enfrentadas pela implementação da Educação integral em Tempo Integral e Estudar as possibilidades da Escola Ribeirinha, quanto a adaptação do espaço e tempo para a implementação da Educação integral em Tempo Integral.**

Depois de analisados os resultados e em relação aos dois objetivos atrás expostos referimos que implementar a EITI é um desafio para qualquer escola, para a escola ribeirinha é mais desafiador ainda. Se levarmos em consideração sua realidade, pode-se chegar à conclusão que esse momento que a Escola pesquisada vive é um momento delicado e muito difícil. É um momento de experiências novas, que vão de encontro a sua cultura e sua identidade.

Após a análise e reflexão dos resultados da pesquisa realizada, elaborou-se uma proposta de intervenção para ser executada futuramente. Para se chegar aos resultados descritos abaixo, foram inúmeros estudos e discussões, com expectativa de sua realização, acreditando em políticas públicas que respeitem e preservem o meio e a cultura do povo ribeirinho, especificamente voltadas para a realidade do ensino-aprendizagem desses educandos.

Esse trabalho teve a colaboração de todos os participantes da pesquisa, todos os envolvidos estão em busca da melhoria na qualidade da educação da EFPD.

5.2. Objetivos

5.2.1. Geral

Chamar a atenção do poder público municipal e responsáveis pelo funcionamento das escolas, com intuito de discutir os impactos negativos causados pela falta de planejamento na implementação da EITI nas escolas ribeirinhas, em busca de práticas capazes de minimizá-los.

5.2.2. Específicos

- Divulgar o resultado da pesquisa na comunidade educacional;
- Promover discussão acerca dos impactos diagnosticados no meio político e sociedade em geral.

5.2.3. Ações

As ações que aqui se propõe, deverão ser realizadas através de encontros com os alunos em sala de aula, reuniões com pais e equipes da APM, encontros pedagógicos e comunitários. Usar como pauta nas discussões com a SEMED e o poder público municipal, os resultados obtidos com a pesquisa, no sentido de buscar possíveis soluções que minimizem esses impactos e promovam um modelo de implementação menos fragmentado e mais integral.

5.2.4. Recursos Humanos

O Gestor escolar, coordenadores pedagógicos, professores, monitores, representantes da APM, equipe de serviços gerais, agentes de portaria, condutores de transporte escolar e educandos. Todos deverão agir como condutores e colaboradores na divulgação dos resultados obtidos com a pesquisa, seja na comunidade escolar, bem como na comunidade extra-escolar. O responsável pela pesquisa deverá ser um veículo de comunicação e divulgação no meio acadêmico e na comunidade educacional.

5.2.5. Avaliação

A avaliação é um instrumento muito interessante, ela nos leva ao encontro das deficiências e necessidades sofridas dentro da execução de uma ação. Dessa forma, a avaliação deste se dará através da observação e análise do comportamento e a interação de todos os responsáveis em divulgar os resultados dessa pesquisa, bem como a análise das futuras ações

de implementação. A avaliação deste deveria tornar-se um compromisso de todos os envolvidos no processo de implementação da EITI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado, manifesta a necessidade do olhar crítico e reflexivo sobre a educação pública do município de Curralinho, resgatando elementos históricos significativos para a implementação da EITI. Todo o contexto do trabalho baseia-se na necessidade contemporânea de adequar o sistema de ensino à realidade social das comunidades ribeirinhas, de maneira a proporcionar uma educação que atenda às suas necessidades respeitando e preservando as suas especificidades e a sua cultura. A escola é sem dúvida, uma das instituições mais significativas que luta e trabalha pela construção da cidadania e a Escola de Tempo Integral exerce esse papel não só com seus educandos, mas com toda a comunidade e em todos os espaços que possam ser considerados espaços educativos.

Com este projeto conseguiu-se concluir que na opinião dos inquiridos só a educação pode transformar o mundo, em um lugar onde possa haver melhor distribuição de renda e uma sociedade mais justa e igualitária, pois faz a pessoa mais humana e isso pode mudar o histórico de violência e falta de humanismo em que o mundo vive, podendo proporcionar menos pessoas desempregadas e passando fome . Consideram mesmo que é a única oportunidade que os menos favorecidos têm para mudar de vida e ter uma vida mais digna. Todos consideram como possível a implementação da EITI na Escola, mas encontram algumas dificuldades tais como o imprevisto de alguns espaços físicos, para a realização das atividades, os conflitos entre os professores das turmas regulares e os responsáveis pelo PME. Segundo os professores a dinâmica das atividades, o barulho e a hora da refeição, atrapalham o funcionamento das aulas e atraem os alunos, de forma que muitos acabam não assistindo aula.

Como alguns impactos visíveis na escola consideraram o fluxo de aluno, que aumentou, em especial nos horários da manhã, intermediário e noite, o que provocou mais barulho e constantes idas e vindas do pessoal de apoio nos corredores e pátios da escola. Enquanto que alguns consideram que esta implementação está a afetar os educandos pois, a extensão do horário das aulas, as novas atividades e os diferentes espaços usados, fogem muito à cultura escolar que eles estavam acostumados, outros pensam que são os educadores pois, essa política de educação mudou o comportamento dos alunos que, passaram a ser mais ativos e a exigir mais em sala de aula no que se refere aos conteúdos ministrados. O aumento do trabalho na cozinha é ainda considerado outra dificuldade

Foram ainda referenciados outros fatores de impacto tais como a rotina da escola que, passou a ficar muito agitada nas horas das aulas, o aumento de nº de horas de trabalho dos condutores do transporte escolar, devido ao aumento do número de passageiros nos barcos, o trabalho da limpeza, portaria e cozinha. Outros acreditam que o impacto também se faz sentir na equipe gestora, devido a falta de recursos financeiros para a compra de uma alimentação em quantidade suficiente e de qualidade é uma dificuldade.

Entre as políticas públicas educacionais, sente-se falta de políticas voltadas para a realidade das escolas ribeirinhas, talvez por isso esteja sendo tão impactante a implementação da EITI, que contribui de maneira sustentável para a diminuição das desigualdades educacionais e da valorização da diversidade cultural. Educar integralmente significa educar para garantir direitos e contribuir para a formação de ser autônomos, indivisos e resilientes, cidadãos atuantes.

Conclui-se ainda que a maioria dos alunos inquiridos gostam de ir á escola, embora alguns prefiram os dias em que existem atividades menos formais. Consideram que a educação os prepara para o trabalho e que só através da educação aprendem coisas novas.

No que se refere às alterações à rotina escolar ,para os alunos o aumento do tempo de permanência em atividades pedagógicas na escola é uma das mudanças significativas que se verificaram , bem como as novas atividades e suas metodologias. Referiram ainda que as pessoas que trabalham no PME, são mais amigos do que professores, eles se aproximam mais dos educandos.

Como impactos mais positivos, consideraram o aprender coisas novas, diferentes das que estavam acostumados e que isso os faz gostar de estar na escola e fazer parte dela. Só o fato das atividades não serem na sala de aula já as consideram mais legais. Para alguns alunos as refeições que eles tem nos dias que precisam ficar mais tempo na escola é um ponto muito positivo pois, muitas vezes chegam em casa e ainda têm que ir procurar o que comer

Como impactos negativos consideraram o não ter espaço adequado para as atividades, em especial para os ensaios das coreografias e das danças pois os ensaios acontecem no campo de serragem em meio a muita poeira e o sol quente. Outro ponto negativo são as atividades do PME, não acontecerem todos os dias da semana, já para os outros o fato da escola não inscrever todos os alunos é muito negativo, pois todos gostariam de participar das atividades, segundo eles isso causa um certo ciúme entre os alunos.

No que se refere às necessidades sentidas referem de imediato contratar mais barcos para o transporte de alunos, responderam que, é necessário que se pague um salário aos

monitores pois, estes recebem uma bolsa de um valor muito baixo, que os obriga a procurar outros trabalhos, para assim poderem complementar as suas rendas mensais, isso faz com que, eles não possam acompanhar em muitos momentos, os ensaios e as apresentações, momento em que eles, muitas vezes ficam inseguros.

Através do resgate da História e das experiências vivenciadas pelos educandos e profissionais envolvidos nesse processo pôde se perceber tais impactos, mas, vale ressaltar que esses são apenas alguns, que podem existir outros. Isso nos leva a entender que a implementação da EITI vem acontecendo, mais sem qualquer planejamento e adequação às realidades, e isso é um fator preocupante, pois, a escola pública é sem dúvida, uma das instituições mais significativas para as classes menos favorecidas, muito embora ela seja criticada por muitos, ela ainda é a instituição que trabalha e luta pela construção da cidadania. E a prova disso é essa busca incessante das pessoas que fazem o processo educacional da EFPD pela efetivação das políticas da EITI e a melhoria da qualidade da educação.

Como sugestões para futuras investigação e considerando que a escola é um espaço de relações, suger-se a aplicação do projeto atrás referido e uma avaliação do mesmo. Seria também interessante um estudo semelhante mas com um nº mais significativo de participantes.

Se qualidade de ensino é educando aprendendo, socializando e interagindo é isso que queremos através da diagnose dos impactos e da busca de condições favoráveis ao processo de implementação da Educação Integral em Tempo Integral, na Escola Feliciano Peres Duarte, pois, o fracasso da educação, muitas vezes está no fato do sistema/escola desconhecer a participação e as necessidades dos educandos e dos responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem. Fica claro que o educando aprende quando todos sentem-se bem e a vontade no espaço escolar, por isso a curiosidade sobre as categorias impactadas, quais prejuízos estão sendo causados e se estes poderão deixar sequelas e por quanto tempo. Tudo isso para ser estudado e divulgado, na esperança de se poder buscar alternativas capazes de minimizar tais problemas.

Vivemos hoje numa sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem, chamada de “sociedade aprendente”, na qual as consequências para a escola e para a educação em geral, são enormes. Torna-se fundamental aprender a pensar autonomamente, saber comunicar-se, buscar ferramentas e parcerias, pesquisar, saber fazer e ter raciocínio lógico. Aprender a trabalhar colaborativamente, sabendo organizar o próprio trabalho, ter disciplina e

ser sujeito da construção. Do estar aberto a novas aprendizagens, conhecer as fontes de recursos e informações, saber articular o conhecimento com a prática e com os outros.

Não há ensino-aprendizagem sem beleza, sem bem-estar, sem organização, conforto e integração. A estética não está separada da ética. E elas se farão presentes quando houver prazer e sentido no conhecimento que construímos. Por isso, precisamos também saber o que, por que, para que estamos buscando melhores condições de educar, a escola é o único e verdadeiro espaço da cidadania e da democracia. Para concluir propõem-se que para dar continuidade a esse trabalho possamos no futuro, realizar uma pesquisa sobre os resultados que o processo de implementação da EITI está trazendo para esta comunidade ribeirinha, o nível de satisfação das famílias, o envolvimento dos educadores e a formação social dos educandos.

Foi gratificante estar na Escola durante todo esse processo, os momentos com os responsáveis pelo processo educacional permitiram, a compreensão de muitas situações no que diz respeito a implementação da EITI, o entusiasmo de muitos da equipe é contagiante, eles demonstram ao relatar suas experiências, que estão determinados a lutar para que tudo dê certo e a comunidades escolar possa garantir à sociedade a formação de indivíduos mais responsáveis com meio em que vive.

Com os educandos foi mais gratificante ainda, nos momentos de conversa em sala de aula percebeu-se o quanto a nossa escola pública precisa de atenção, pois para muitos educandos ela é a esperança de uma vida mais digna e um futuro promissor.

BIBLIOGRAFIA

- Aranha, Maria lúcia de Arruda (1989). *A História da Educação*. Disponível em: <http://www.academia.edu/23762439/MARIA_L%C3%9ACIA_DE_ARANHA_E_A_HIST%C3%93RIA_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O>;
- Aranha, Maria Lucia de Arruda (1996). *História da Educação*. 2ª Ed. rev. E atual. São Paulo, Moderna;
- Aranha, Maria Lúcia de Arruda (1996). *História da Educação*. São Paulo, Moderna;
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996;
- Ariés, Philippe (1981). *História Social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman (1999). 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar;
- Associação Cidade Escola Aprendiz (2015). *Centro de Referencia em Educação Integral*. Disponível em: <[http://www.educacaointegral.org.br/centro de referencia em educacao integral-2015](http://www.educacaointegral.org.br/centro-de-referencia-em-educacao-integral-2015)>;
- Avila, Alais Ribeiro (2014). *Mais tempo na escola: como, por que e para quê?* Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/mais-tempo-na-escola-como-por-que-para-que>>;
- Azevedo, F.(2000). *A educação na encruzilhada*. São Paulo, Melhoramentos;
- Babalim, Valéria de Souza (2016). *Escola de Tempo Integral: relato de uma experiência na rede estadual de ensino de São Paulo*. Disponível em: <<https://bibliotecatede.uninov.br/bitstream/tede/1514/2/Val%C3%A9ria%20de%20Souza%20Babalim.pdf>>;
- Basilio, Ana Luiza e Zinet, Caio (2015). *Como será o cenário da educação integral em 2016?* Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/como-sera-cenario-da-educacao-integral-em-2016>>. *ei* centro de referência em educação integral;
- Bassedas, Eulália; Huguet, Teresa e Solé, Isabel (1999). *Aprender a Ensinar na Educação Infantil*. Porto Alegre, Artes Médicas Sul;
- Brasil (2009). *Educação integral: texto referência para o debate nacional*. Brasília/DF, MEC/SECAD;
- Brasil (2009). *Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral*. Brasília/DF, MEC/SECAD;
- Brasil, Constituição da Republica Federativa do (2004). *Promulgada em 05 de outubro de 1988*. Barueri/SP, Manole;
- Brasil, Lei nº 10.741/03 (atual. 2013). *Legislação sobre o Idoso*. 3ª ed. Brasília/DF, editora@câmara.leg.br;
- Brasil. Lei nº 9.394/96. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>;
- Brasil. Ministério da educação (2009). *Educação integral/educação integral e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira*. Brasília/DF, MEC/SECAD;

Brasil. Portaria Interministerial nº 17/2007. *Institui o Programa Mais Educação*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?>>;

Câmara dos Deputados (2003). *Legislação sobre o Idoso, Lei n. 10.741/2003*. Brasília/DF, editora@camara.leg.br;

Campos, Marília Andrade Torales; Branco, Verônica e Daniel, Leziane Silveira (2016). A organização do espaço e do tempo educativo-escolar: análise de uma experiência de Educação Integral. Disponível em:<<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6333>>;

Castro, Ana Rosa Viveiros de; Faria, Lia Ciomar Macedo de (2002). *Educação brasileira e(m) tempo integral*. Petrópolis/RJ, Vozes;

Cavaliere, Ana Maria Vilela (2002). *Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira?* . Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>;

Cavaliere, Ana Maria (2007) *Tempo de escola e qualidade de educação pública*. In: Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28,nº 100, Educação e sociedade;

Cavaliere, Ana Maria (2009). *Escolas tempo integral versus alunos em tempo integral*. Vol. 22, nº 80, Brasília. Disponível em:<http://em.aberto.inep.gov.br/index.php>;

Craidy, Carmem Maria; Kaercher, Gladis Elise P. da Silva (2001). *Educação Infantil: pra que te quero?* Porto Alegre, Armed. Disponível em: <<http://sedes.unicamp.br>>;

Delores, Jacques (1998). *Os quatro pilares da educação*. São Paulo, Cortez;

Dewey, John(1959) *Democracia e educação* . São Paulo: Nacional;

Di Giovanni, Geraldo e Souza, Aparecida Neri de (1999). *Criança na escola? Programa de Formação Integral da Criança*. Vol. 20, nº 67, p. 70-111, Campinas, Educação e Sociedade;

Di Giovanni, Geraldo e Souza, Aparecida Neri de (1999). *Criança na escola? Programa de Formação Integral da Criança*. Vol. 20, nº 67, p. 70-111, Campinas, Educação e Sociedade;

Didonet, Vital (2000). *Plano Nacional de Educação (PNE)*. Brasília, MEC;

Dourado, L. F.; Oliveira, J. F. e Santos, C. A. (2007). *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Série Documental: textos para discussão, Brasília/DF;

Dourado, L. F.; Oliveira, J. F.; Santos, C. A.(2007). *Políticas e gestão da educação Básica no Brasil: limites e perspectivas*. Vol. 28, nº 100, Campinas, Educação & Sociedade;

ECA (1990). *Lei 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: <http://criancaconsumo.org.br/normas-em-vigor/lei-no-8-06990-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca/>;

Elias, Norbert (1998). *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro, Zahar;

Faria Filho, Luciano Mendes de Vidal, Diana Gonçalves (2000). *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais;

Faure, Sébastien (1989). *Educação Libertária*. Edições Ivan Davy, França, Instituto de Histórias das pedagogias libertárias;

- Fazenda, Ivani (2000). *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo, Ed. Cortez;
- Ferreira, Valéria Milena Rohrich e Arco-Verde, Yvelise Freitas de Souza (2001). *O tempo nos tempos da escola*. Curitiba, n. 17, Ed. UFPR;
- Freire, Paulo (1981). *Pedagogia do Oprimido*. 10ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra;
- Freire, Paulo (1994). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra;
- Freire, Paulo (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 2ª ed. São Paulo, Paz e Terra;
- Freire, Paulo (2000). *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo, UNESP;
- Godotti, M. (2008). *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. 15ª ed. São Paulo, Cortez;
- Lacerda, Maria do Pilar (08/2013) *porvir: Cidade educadora*. Disponível em: <<http://porvir.org/vimos-escrevemos-em-2013>>;
- Le Goff, Jacques (1994). *História e memória*. Campinas, Ed. Unicamp;
- Lemme, P. (1984). *Memórias*. Brasília/DF, INEP;
- Libâneo, José Carlos (1993). *Democratização da escola pública: A pedagogia crítico social dos conteúdos*. São Paulo, Loyola;
- Libâneo, José Carlos (2001). *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia, Alternativa;
- Libâneo, José Carlos (2012). *O processo educativo na escola de tempo integral: ensino e aprendizagem em diferentes tempos e espaços*. Palestra proferida no Encontro Regional sobre Educação Integral e Escola Pública de Tempo Integral. Aparecida Goiânia. Disponível em: <http://www.letras.ufg.br/up/25/o/VIIISLE_11.pdf>;
- Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). In *Revista HISTEDBR on-line*. ed. especial, ago. 2006, nº 204, Campinas/SP;
- Mercadante, Aloisio (03/2016). *Qualidade na Educação*, Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Aloisio_Mercadante>;
- Miranda, Cleusa Regina Secco (2010). *Educação inclusiva e escola: saberes construídos*. Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes;
- Moll, Jaqueline (2009). *Educação Integral: texto referência para o debate nacional*. Brasília/Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov/dmdocuments/cadfinal>>;
- Moll, Jaqueline (2013). *Caminhos da Educação Integral no Brasil: direitos a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre, Penso;
- Moll, Jaqueline (2009). *Um Paradigma contemporâneo para a Educação Integral*. Pátio/revista pedagógica n.51. Porto Alegre, Pergamum;

- Monteiro, A. M. F. C. (2002). *A formação de professores nos CIEPs: a experiência do curso de Atualização de Professores para escolas de Horário Integral no Estado do Rio de Janeiro: 1991-1994*. In: Coelho, Ligia M. C. da Costa; Cavaliere, Ana Maria V. (Orgs.), Educação Brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis, Vozes;
- Mosé, V. (2013). *A escola e os desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- Moll, Jaqueline (2013). *A agenda da Educação Integral: compromissos para a sua consolidação como política pública*. In: Moll, Jaqueline, et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre, Penso;
- Nogueira, C. M. M.; Nogueira, M. A. (2002). *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições*. *Educação & Sociedade*. Campinas, v.23, n. 78, p. 15-36;
- Paro, Vitor Henrique...[et al] (1988). *Escola de Tempo Integral: desafio para o ensino público*. São Paulo, Cortez;
- Pelegrin, Júlio Vicente de (11/2016). *Avaliação Institucional*. Guaraciaba/SC, Disponível em:<<https://docs.google.com/forms-de-educar-porvir>. (2013). *O que vimos, escrevemos e aprendemos em 2013*. Disponível em: <<http://porvir.org/vimos-escrevemos-em-2013>;
- Rios, Terezinha Azeredo (2001). *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. Ed.2ª, São Paulo, Cortez;
- Rodrigues, Ernalina Souza Silva (2009). *Organização do Tempo Pedagógico no Trabalho Docente: relações entre o prescrito e o realizado*. São Paulo, Universidade Metodista de Piracicaba;
- Santos, Santa Marli Pires dos (2002). *O Lúdico na Formação do educador*. 5ª ed. Petrópole, Vozes;
- Saviani, Dermeval (1999). *Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo*. 32º ed. Campinas/São Paulo, Autores Associados;
- Souza, Valéria (2016). (coord) *Escola de Tempo Integral*, São Paulo, FNDE;
- Souza, Valéria (2016). (coord) *Escola de Tempo Integral*, São Paulo, FNDE;
- Teixeira, A. (1994). *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro, ed. UFRJ. (original publicado em 1957);
- Teixeira, A. (1996). *Educação não é um direito*. Rio de Janeiro, ed. UFRJ. (original publicado em 1968);
- Teixeira, A. (1997). *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro, ed. UFRJ. (original publicado em 1936);
- Teixeira, A. (1999). *Educação no Brasil*.(org.) Nunes, Clarice, Rio de Janeiro, ed. UFRJ. (original publicado em 1936);
- Teixeira, A. (2007). *Educação não é privilégio*.(org) Nunes, Clarice, Rio de Janeiro, ed. UFRJ;
- Teixeira, A. (2007). *Educação para a democracia: Introdução à administração educacional*. (org.) Nunes, Clarice. Rio de Janeiro, ed. UFRJ;

Torres, P. L. (2014). *Redes e Conexões para compor os liames do conhecimento*. In: Andreoli, C. V.; Torres P. T.(Org.). *Complexidade: redes e conexões do ser sustentável*. V. 1, Curitiba, SENARPR;

UNDIME (2013). *O olhar da Criança sobre o mundo*. Disponível em:<<http://undime.org.br/reportagens/centro-de-referencia-em-educacao-integral>>;

Uol. Portal Aprendiz (2012). *O que é educação de qualidade*. Disponível em:<<http://portal.aprendiz.uol.com.br>>;

Vieira, Sofia Lerche. (2001). *Estrutura e Funcionamento da educação básica*. Fortaleza, Demócrito Rocha;

Vygotsky, L. S.; Luria, A. R. & Leontiev, A. N. (1998). *Linguagem. Desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo;

Whitrow, G.J (1993). *O Tempo na História: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar;

Xavier, Maria Luisa (2002). *Disciplina na escola: enfrentamentos e reflexões*. Porto Alegre, Mediação.

ANEXOS

Anexos I – Entrevista aos Responsáveis pelo Processo Educacional

Anexos II – Questionário aplicado aos educandos

Anexos III – Transcrição Integral da entrevista

ANEXO I – ENTREVISTA AOS ENCARREGADOS DO PROCESSO EDUCACIONAL

Esta entrevista teve como objetivo, recolher informações para a investigação no âmbito de uma dissertação apresentada no final do curso de Mestrado, com o tema “*Educação Integral: os impactos causados pela implementação da Educação integral em tempo Integral na turma A do 8º Ano do Ensino Fundamental da Escola Feliciano Peres Duarte*”. As informações são confidenciais e anônimas.

- 1 – Gênero.
- 2 – Qual sua função na escola?
- 3 – Qual a sua habilitação acadêmica?
- 4 – O que a Educação representa para você?
- 5 – Você planeja suas ações pedagógicas? Com qual frequência?
- 6 – Para você. O que é Educação Integral em Tempo Integral?
- 7 – Como você vê a implementação da Educação Integral em Tempo Integral aqui na escola?
- 8 – O que sofreu mudança aqui na escola com a implementação da Educação Integral em Tempo Integral?
- 9 – O que mudou na rotina escolar, com a implementação da Educação Integral em Tempo Integral, que você considera radical?
- 10 - Qual (ais) os grupos de pessoas foi mais afetado com a Implementação da Educação Integral em Tempo Integral aqui na escola? Por quê?
2. – Quais são as atividades de macro campo oferecidas aos alunos no contra turno escolar?
3. – Como são escolhidas as atividades dos Macro campos, que são oferecidas aos alunos inseridos na Educação Integral em Tempo Integral aqui na escola?
4. – Como acontece o planejamento das atividades dos Macro campos?
5. - Quais sugestões você daria para melhorar o processo de implementação da Educação Integral em Tempo Integral nesta Escola.

ANEXO II – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EDUCANDOS

Este questionário teve como objetivo, recolher informações para a investigação no âmbito de uma dissertação apresentada no final do curso de Mestrado, com o tema “*Educação Integral: os impactos causados pela implementação da Educação integral em tempo Integral na turma A do 8º Ano do Ensino Fundamental da Escola Feliciano Peres Duarte*”. As informações são confidenciais e anônimas.

1 – Gênero. M () F ()

2 – Qual sua idade? _____

3 – Você gosta de ir à escola? S () N ()

4 – Acredita que a escola é importante para você ter um futuro melhor? S () N ()

5 – Você vai à escola com frequência? Em quantos turnos? Por quê? _____

6 – Há quantos anos você frequenta a escola no contra turno? Você gosta de estar na escola mais tempo do que costumava? Por quê? _____

7 – De quais atividades você participa no contra turno? _____

8 – Qual a atividade que você mais gosta de participar? Por quê? _____

9 – O que mudou na sua rotina escolar com a implementação da Educação Integral em Tempo Integral? _____

10 – Quais os pontos positivos da implementação da Educação Integral em Tempo Integral na escola em que você estuda? _____

11 – Quais os pontos negativos da implementação da Educação Integral em tempo Integral na escola em que você estuda? _____

12 – Na sua opinião. O que precisa ser feito para que a implementação da Educação Integral em Tempo Integral fique perfeita. Porquê? _____

ANEXO III - TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DA ENTREVISTA

A conversa com a equipe responsável pelo processo educacional da escola Feliciano Peres Duarte. Realizou-se no dia 20 de abril de 2017, no horário de 7:30, na sala dos professores, com a presença de 26 funcionários e 2 membros do conselho escolar – sendo 15 homens e 13 mulheres. Na ocasião iniciou-se a conversa fazendo as apresentações das credenciais de pesquisador – Carta de Apresentação do Aluno do Curso de Mestrado - e em seguida fez-se uma breve abordagem sobre o Tema da pesquisa e o que causa inquietação a esse respeito. A conversa prosseguiu em tom de harmonia e cumplicidade, com perguntas, questionamento, indagações e muita expectativa, já que - quando se fala em impactos causados pela implementação da Educação Integral em Tempo Integral - os questionamentos parecem ser basicamente os mesmos para todos. A pergunta inicial foi. É possível implementar a Educação Integral em Tempo Integral nessa escola? - A resposta a esse questionamento, foi unânime, “sim”, da qual surgiu várias indagações/reflexões, como: Infraestrutura da escola – que para poder atender os educandos no contra turno é necessário se improvisar espaços, mesmo tendo o salão do PME, ainda falta espaço; Transporte escolar – que em suas rotinas diárias, devido ao tamanho, torna-se difícil aumentar o número de passageiros e o recurso do PNATE é insuficiente para a compra de mais combustível, para que se possa fazer uma viagem a mais, de retorno dos educando as suas casas; Alimentação escolar – o recurso do PNAE é insuficiente para a compra de alimentação para as refeições dos alunos no horário de extensão; Reorganização da rotina diária da escola – com a Educação Integral em Tempo Integral os turnos da manhã e tarde passaram a ter um fluxo maior de educandos circulando no espaço escolar; Rotina da cozinha – devido a escola ter que servir uma merenda e uma refeição aos alunos, o trabalho na cozinha aumentou e com isso o número de profissionais ficou pouco, o espaço da cozinha ficou pequeno para mais pessoas, o fogão é insuficiente para comportar mais panelas em um mesmo tempo, a falta de utensílios de cozinha, a falta de gêneros alimentícios para se fazer uma alimentação com qualidade; Diferencial do planejamento e as metodologias pedagógicas; a mudança na rotina escolar – a escola passa a ter um fluxo maior de alunos circulando em seus espaços, e durante quase todo o seu período de funcionamento; As entradas e saídas de alunos em horários diferentes – os alunos menores quando vêm os alunos do PME sair, também querem sair - dos de costume da escola; A adaptação do aluno quanto a mudança de atividade e espaços em períodos menores – os alunos trocam de atividade de uma em uma hora; Hora de servir a refeição aos alunos do

contra turno – os educandos do regular veem e muitas vezes com fome, querem também; Limpeza e arrumação da escola – já que todas as dependências ficam ocupadas o dia todo, fica difícil encontrar tempo para fazer; Aumento da produção do lixo; um novo modelo de ensino-aprendizagem através das oficinas no contra turno; Reforço nas disciplinas de Português e Matemática- a valorização da cultura artesanal, artística e literária do aluno nas descobertas do seu talento; Aproximação da comunidade com o uso dos espaços públicos como praça, centros comunitários, igrejas, bibliotecas, ginásios esportivos e praias.

A conversa fluiu naturalmente e ao final, todos podemos perceber que há uma grande expectativa de que a Educação Integral em Tempo Integral, seja implementada na comunidade e segundo relatos - escola e a comunidade - estão buscando todos os recursos para que isso aconteça. Segundo eles, a Escola tem planos para 2017, “o recurso do PDDE, será boa parte investida na compra dos materiais necessários a permanência dos alunos no contra turno na escola”. Antes de dar por encerrado a conversa, dividiu-se os participantes em grupo por categoria, para que pudessem discutir o que foi tratado e entre e em seguida todos participaram da entrevistada. A conversa teve durabilidade de 1:30 minutos.

Com os educandos, a conversa aconteceu às 15:30, do dia 20 de abril de 2017. Na sala de aula, o educador de Matemática, cedeu o espaço de sua aula para a realização da mesma, uma vez que os alunos sempre fazem indagações sobre o processo de implementação da Educação Integral em Tempo Integral. Estavam presentes 20 educandos na sala de aula.

A conversa teve início com a apresentação das credenciais do pesquisador – Carta de Apresentação do Aluno do Curso de Mestrado – em seguida apresentou-se a ideia da pesquisa, sua metodologia, seus objetivos e suas perspectivas. A pergunta inicial foi. Como você vê o fato de ter que ficar mais 3 horas diariamente na escola? Todos responderam que é bom. Em seguida levantaram outros questionamentos a partir deste, como: É difícil se acostumar a ficar mais tempo na escola – a mudança da cultura do horário escolar; A hora do almoço na escola é um pouco difícil – todos são acostumados a comer com açaí e farinha; Ter que trocar de atividade de 1 em 1 hora é muito divertido – não deixa a aula ficar chata; Ter acesso a atividades e outros conhecimentos, que parecem não pertencer a grade curricular comum da escola, como dança, música, colheita e plantio de hortas, teatro, coral, confecção de livros de histórias ilustradas, experiências científicas, organização de rádio escolar e jornais – é muito legal “dá vontade de ficar o dia todo nessas atividades”; Ter aula em lugares diferentes da sala de aula – ao ar livre na praia e na rua, em espaços sem paredes; Ser

professor de vez em quando – os alunos dão oficinas, com orientação dos monitores, sobre as atividades que desenvolvem nas turmas de Educação Infantil e Fundamental Menor – uma forma de socializar o que aprenderam; Poder ser mais livre, durante a aula, na própria escola; Não fazer Prova; Não precisar escrever – escreve-se muito pouco; Poder mostrar o que aprendeu em outros lugares – é feito exposição a cada bimestre, das atividades desenvolvidas em espaços diferentes como outras escolas, na praça da cidade, centros comunitários entre outros.

Os educandos demonstraram certa surpresa, com os aspectos que envolvem o processo de Educação Integral em Tempo Integral, muito interessados participaram fazendo perguntas, intervenções e questionamentos, em seguida a reunião distribuiu-se os questionários, os quais foram todos respondidos e devidamente entregues. Esse processo teve duração de 1:00 hora.

Análise das entrevistas

Os Gestor da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Feliciano Peres Duarte

Aos Gestores escolar – graduados em Pedagogia e pós-graduado em Gestão Escolar - foi aplicado o inquérito por entrevista. Eles relatam que a gestão da escola é feita por eles e toda a equipe que faz a educação da Escola Feliciano Peres Duarte. Eles afirmam que na escola, no que se refere ao processo educacional não existe a palavra “eu” e sim “nós”.

De acordo com a análise das respostas obtidas, pode-se afirmar que: Os Gestores são profissionais com grandes experiências, aparentemente tem certo conhecimento sobre a política de implementação da Educação Integral em Tempo Integral e conhecem muito bem o funcionamento das atividades do PME. Eles demonstraram certo grau de preocupação, quando afirmam que, tem medo de não conseguirem a efetivação desse processo diferenciado de educação, na escola. Devido à falta de espaço físico adequado, as condições que o transporte escolar não oferece – os barcos aumentaram os seus horários de trabalho, de 8:00 horas, passaram para 11:00 horas de trabalho diariamente, houve aumento no gasto de óleo diesel e lubrificante e a Prefeita afirma não poder pagar por esses aumentos. A falta de profissionais para o serviço de merendeira e a adaptação e compra de equipamentos para a cozinha – reclamam da falta de apoio e assistência do Secretário de Educação – ressaltam o apoio dos colegas - profissionais que ajudam no processo educacional – e dos educandos que, muitas vezes trazem de casa insumos para ajudar no preparo da alimentação, servida na escola. Eles reclamam sobre o Conselho escolar, que resume suas obrigações, a assinatura dos

Cheques do PDDE, para as compras de materiais e da falta de participação da comunidade nas decisões e realizações dos eventos na escola.

Coordenadora pedagógica

A coordenadora pedagógica – graduada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia - também foi entrevistada e nas suas respostas enfatizou, a esperança de ver efetivada a Educação Integral em Tempo Integral na escola. Ele ressalta que, no ano de 2015, quando as atividades do PME, foram de fato trabalhadas com seriedade e dedicação. A escola viveu, grandes momentos de realização e brilho. “A escola parecia viva, animada e integrada com a comunidade” em todos os eventos sociais realizados, a escola tinha novidades para mostrar para a comunidade – teatro, dança, música, paródias, musicais, concurso de trava-língua e muito mais – e a maior satisfação foi, quando recebeu o resultado do IDEB, que cresceu em 2016. Para ela isso teve muito a ver com o desempenho da Educação Integral em Tempo Integral. Ela faz observação quanto a falta de participação de alguns pais/responsáveis – muitas vezes de famílias desestruturadas – de alunos que não conseguem avançar no processo ensino-aprendizagem e nem se integrar as inovações que a escola oferece. A coordenadora ressalta ainda a dificuldade de se planejar as atividades do PME/Educação Integral, uma vez que os monitores são da cidade – por receberem uma bolsa de pequeno valor - impõe dificuldade para encontrar tempo para planejar seus encontros com os educandos. Finaliza afirmando que a Educação Integral, oferece uma formação saldável ao educando, acredita que é possível se chegar a educação de qualidade através de sua implementação.

Professora Comunitária

A Prof.^a comunitária – Graduado em Pedagogia – foi entrevistada e demonstrou um bom conhecimento sobre as políticas da Educação Integral em Tempo Integral e o trabalho com o PME. A Professora demonstra muita preocupação com os espaços, usados para a realização das atividades pois, no momento estão sendo usados o salão do PME, o pátio da escola – as atividades que acontecem nesse espaço, normalmente chamam a atenção dos alunos que estão nas salas do Ensino Regular e isso causa certo tumulto, pois estes acabam saindo da sala, para assistir as atividades, que na maioria das vezes são atividades dinâmicas - e uma sala de aula que fica vazia no intermediário. Outra preocupação é a alimentação, que em função do recurso ser muito pouco e, as vezes é insuficiente para servir todos os alunos, por isso muitas vezes ela já chegou a fazer coleta com os seus colegas de trabalho e de vez em quando pede a contribuição dos alunos para comprar complementos para as refeições. Ela

afirmou com muito entusiasmo que, faz o possível para que tudo dê certo nos dias de realização do PME – acontece nos dias de terça-feira, quarta-feira e quinta-feira, em função da falta de combustível e alimentação – e que nos dias da semana que não acontece o Programa, ela - quando consegue – reuni com os monitores e articulam as metodologias lúdicas para os encontros.

Quando não está com os monitores ela faz pesquisa de metodologias diferenciadas para introduzir nas atividades. Ela diz que pede para os alunos darem sugestões de temas, para serem incluídos no planejamento – com isso ela já recebeu sugestões muito curiosas. Aos sábados sempre que tem oportunidade, e condições – de alimentação e transporte - leva os grupos para se apresentarem em outras escolas/comunidades. E ressalta, nunca deixou de levar os grupos da escola para participar - de dois em dois meses – dos encontros do PME, que acontece na cidade de Curralinho – promovido pela SEMED, mesmo que para isso, tenha que fazer promoções para arrecadar fundos para, custear a viagem. Ela comenta com certa tristeza, sobre o Programa ter sido interrompido no ano de 2016. Mais afirma que para 2017, tem muitas ideias e confiança que o PME, vai acontecer e através dele a Educação Integral em Tempo Integral, vai ser “implementada e ficar de vez na Escola”.

Monitor de Atividade

Os Monitores entrevista, trabalham com os Macro campos e monitoram o processo de desenvolvimento das atividades de Acompanhamento Pedagógico, Atletismo, Música e Futebol de campo, apesar de não serem membros da comunidade sentem-se gratificados em poder ajudar aquela comunidade escolar. Os Monitores ressaltam que é de suma importância para a formação dos educandos as atividades – atletismo, futebol de campo, tetro, música, entre outros - que vem sendo desenvolvidas pelo Programa, já que estas deram um novo significado ao processo de ensino-aprendizagem e a permanência dos educandos na escola. Eles mencionam as dificuldades que eles enfrentam, com a falta de espaços adequados, pois muitas vezes quando trabalham determinadas atividades são chamados, a atenção pelos professores do Ensino Regular que, devido as atividades serem animadas e dinâmicas, acabam produzindo um certo barulho, que segundo os professores incomoda – eles dizem acreditar que, o que incomoda mesmo, é o fato dos alunos saírem de suas salas e quererem participar das atividades do PME, que por seu dinamismo acabam sendo atrativas e prazerosas – tudo isso devido o Programa, ainda não atende a todos os alunos matriculados na escola. Eles finalizam dizendo que, veem na Educação Integral em Tempo Integral, uma válvula de escape

e salvação para muitos alunos daquela comunidade, uma vez que, depois da implementação do PME, muitos alunos que, haviam abandonado a escola, matricularam-se novamente e estão participando das aulas e do Programa e agora falam em planos para o futuro. Um desses alunos vem ajudando nas turmas com o trabalho de artesanato, já que tem um certo domínio da atividade.

Educador da Turma

Os Educadores entrevistados, ministram as disciplinas da grade curricular na Turma A do 8º Ano do Ensino Fundamental – todos Graduados – os educadores mostraram-se, muito preocupados com a falta de planejamento, com o qual a Educação Integral em Tempo Integral, está chegando à escola. Para eles a escola não tem estrutura adequada para essa modalidade de ensino, falta espaço físico, transporte de qualidade e em quantidade e alimentação para atender os educandos. A falta de investimento no projeto de Implementação desse modelo de educação, para a realidade do Brasil, torna-se muito caro. Mais ressaltam que mesmo com todos esses problemas, veem na Educação integral a oportunidade de uma educação de qualidade pois, reconhecem que o trabalho desenvolvido pelo PME, no ano de 2015, ajudou muitos alunos a não desistirem no meio do ano, muitos demonstraram mais interesse pelas disciplinas, a nota da escola no IDEB melhorou e o índice de aprovação no final do ano cresceu – reconhecem que muitos alunos em distorção idade/série que, estavam a alguns anos sem avançar no processo de leitura e escrita, conseguiram com o apoio do Programa, promoção no final do ano.

Servente

As Serventes entrevistadas, ressaltam que a Educação Integral é uma realidade bem diferente da que, estavam acostumadas pois, com esse modelo de educação a escola passa o dia todo com seus compartimentos ocupados, o fluxo de alunos nos corredores da escola aumentou, são muitas louças durante todos os horário para lavar, falta água de vez em quando no bebedouro – ele é pequeno para atender tantos alunos - esses fatores impedem a limpeza e arrumação das dependências durante a semana, tendo que ser feito só aos sábados. Mais elas reconhecem que a escola ganhou mais vida “parece que os educandos estão ficando mais conscientes e responsáveis” – muitas vezes vamos varrer as salas e elas estão limpas.

Merendeira

As Merendeiras entrevistadas, afirmam que, a implementação da Educação Integral em Tempo Integral, é boa desde que, o governo faça as adaptações necessárias para que isso aconteça. Elas reclamam que o trabalho na cozinha dobrou, o fogão é pequeno e insuficiente para comportar tantas panelas de uma só vez – pela manhã é feito o café, em seguida tem que fazer a merenda do turno da manhã e paralelo a essa o almoço dos alunos do PME, antes de terminar estes é preciso providenciar a merenda do intermediário – o espaço físico da cozinha é insuficiente – na hora de servir os pratos, com as refeições dos educandos, não tem espaço suficiente para agasalhá-los – a pia é pequena para se fazer a limpeza dos alimentos. Elas finalizam dizendo que torcem para que esses problemas sejam resolvidos pois, sentem-se muito bem quando apreciam as apresentações dos alunos e percebem que estes, gostam de estar mais tempo na escola.

Agente de Portaria

Os Porteiros entrevistados dizem que, a rotina da escola mudou muito com a implementação do Programa, houve a criação de novos horários de entradas e saídas de alunos, isso causa certo transtorno pois, as crianças da Educação Infantil, das séries iniciais do fundamental e até mesmo algumas da Educação Especial quando veem os educandos do PME saírem, pensam que é a hora delas saírem e correm para o portão. É preciso estar atento para que eles não se misturem e acabem saindo antes de seu horário. Segundo eles “o que é bom de tudo isso é o clima de alegria em que a escola passou a viver”.

Condutor de Transpor Escolar

Os Condutores do Transporte Escolar entrevistados, informam que são 14 barcos com 14 condutores, que fazem o transporte dos alunos, nos quatro turnos de funcionamento da escola, segundo eles, a vida dos condutores ficou mais difícil agora. Eles saem as 5:00 horas da manhã, faziam 4 viagens por dia, de duas horas cada uma. Com o PME eles passaram a fazer 6 viagens – as duas viagens que aumentaram é em torno de 1:30 minutos. Muitos já desistiram de continuar com o aluguel pois, apesar do aumento do trabalho, não houve aumento de salário.

Representante do Conselho Escolar

Os representantes do Conselho Escolar não demonstraram muito conhecimento sobre o processo de implementação da Educação integral em Tempo Integra, mais pareceu que estes

ficaram entusiasmados com o que ouviram durante as conversas. Eles falaram que apesar de participarem pouco da escola, reconhecem que o colegiado que eles representam é muito importante para a escola. Eles ressaltam que, no último ano, receberam que a escola está de vida nova, observa-se um fluxo maior de alunos na escola, os eventos são mais animados e a escola está participando de mais eventos na comunidade. Eles finalizam dizendo que vão procurar se informar mais sobre a Educação Integral em Tempo Integral e vão estar mais presentes na escola junto com a equipe gestora. Segundo eles “só através da educação as crianças da comunidade podem ter um futuro melhor”.